

A “História da loucura” e o discurso racional em debate

“Os sonhos da razão produzem monstros”,
de Hieronymus Bosch

Cesar Candiotto

A privação da liberdade como doença

E mais:

Augusto Bach

Os discursos racionais no banco de réus

>> **Stefano Zamagni**
Reciprocidade, fraternidade,
justiça: uma revolução da
concepção de economia

Andrea Scisleski

O monólogo da razão sobre a loucura

>> **José Francisco Sarmiento**
Os jovens indígenas
e a inclusão digital

A “História da loucura” e o discurso racional em debate

Uma obra que segue inquietante e atual para diversas áreas do conhecimento. Assim é *A história da loucura*, de Michel Foucault, lançada originalmente em 1961. Para debater seu impacto quando de seu surgimento, bem como o interesse que continua despertando 50 anos depois, a IHU On-Line entrevistou diversos pesquisadores e pesquisadoras.

Para o filósofo Cesar Candiotto, professor na PUCPR, maquinaria criada para vigiar e corrigir, a prática asilar aplica ao louco a ortopedia moral. Cada época tem percepções diferentes da loucura, e a perda da liberdade, transformada em doença, é fenômeno que remonta ao século XIX, como apontado por Foucault.

Segundo Guilherme Branco, filósofo e docente na UFRJ, apenas a partir do século XIX é que a loucura se tornou um fato científico e médico. Ele recupera a provocação de Foucault segundo a qual, em nosso tempo, a política “funciona nos mesmos moldes dos hospitais psiquiátricos”.

Alfredo Veiga-Neto, professor da Unisinos, analisa a loucura como mecanismo de exclusão. Em termos filosóficos e políticos, acentua, a doença mental continua sendo um mecanismo segregatório, vinculada a uma norma “faminta e incansável”, que atinge inclusive níveis microscópicos.

A psicóloga Andrea Scisleski, professora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, recupera as ideias do filósofo francês, ao argumentar que apenas a razão é “autorizada” a falar sobre a loucura e, quando esta quer se pronunciar, é calada. Os manicômios surgem para “defender” a sociedade dos loucos, lembra.

O também filósofo Augusto Bach, afirma que, tal como Kant examinando as condições de possibilidade do conhecimento humano, Foucault coloca os discursos racionais sob questionamento em *A história da loucura*.

Celso Kraemer, filósofo e professor da Universidade Regional de Blumenau, explica que há relação muito próxima entre normalidade e loucura, e a fim de sustentar o referente “normalidade”, faz-se preciso fabricar seu oposto. A produção da verdade acerca da loucura é o objeto da obra de Foucault.

Um artigo escrito pelo sociólogo francês Jean-François Bert e pelo historiador Philippe Artières complementa o debate sobre o livro de Michel Foucault.

“Reciprocidade, fraternidade, justiça: uma revolução da concepção de economia” é o título da entrevista concedida por Stefano Zamagni, economista italiano, ao analisar os desafios da ciência econômica na contemporaneidade. Um dos principais assessores de Bento XVI na elaboração da encíclica *Caritas in Veritate*, Zamagni narra a sua trajetória de vida como economista.

Os jovens indígenas e a inclusão digital é o tema abordado por José Francisco Sarmiento, professor da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS. Ele coordena o Fórum de Discussão Sobre Inclusão Digital nas Aldeias - Fida.

O roubo de dados da plataforma online da Sony é o tema do artigo de Douglas Alves Medeiros e Anderson David G. dos Santos, participantes e membros, respectivamente, do Grupo de Pesquisa Cepas, da Unisinos.

A pesquisadora Verônica Zevallos fala sobre Derrida e a educação. O acontecimento do impossível, tema do próximo IHU ideias, agendado para esta quinta-feira, 9-06-2011.

A todas e todos, uma ótima leitura e excelente semana!

Expediente

IHU On-Line é a revista semanal do Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. ISSN 1981-8769. Diretor da Revista IHU On-Line: Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br). Editora executiva: Graziela Wolfart MTB 13159 (grazielaw@unisinos.br). Redação: Anelise Zanoni MTB 9816 (aneliseza@unisinos.br), Márcia Junges MTB 9447 (mjunges@unisinos.br) e Patricia Fachin MTB 13062 (prfachin@unisinos.br). Revisão: Isaque Correa (icorrea@unisinos.br). Colaboração: César Sanson, André Langer e Darli Sampaio, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR. Projeto gráfico: Bistrô de Design Ltda e Patricia Fachin. Atualização diária do site: Inácio Neutzling, Greyce Vargas (greyceellen@unisinos.br), Rafaela Kley e Stefanie Telles. IHU On-Line pode ser acessada às segundas-feiras, no site www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8h, na Unisinos. Apoio: Comunidade dos Jesuítas - Residência Conceição. Instituto Humanitas Unisinos - Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling. Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br). Endereço: Av. Unisinos, 950 - São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuonline@unisinos.br. Fone: 51 3591.1122 - ramal 4128. E-mail do IHU: humanitas@unisinos.br - ramal 4121.



LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Ministério
da Cultura



Leia nesta edição

PÁGINA 02 | Editorial

A. Tema de capa

» Entrevistas

PÁGINA 05 | Cesar Candiotto: A privação da liberdade como doença

PÁGINA 11 | Augusto Bach: Os discursos racionais no banco de réus

PÁGINA 14 | Andrea Scisleski: O monólogo da razão sobre a loucura

PÁGINA 17 | Celso Kraemer: A fabricação da anormalidade

PÁGINA 20 | Alfredo Veiga-Neto: A loucura como mecanismo de exclusão

PÁGINA 22 | Jean-François Bert e Philippe Artières: *História da loucura*: o retorno sobre um livro e sua recepção

PÁGINA 28 | Guilherme Branco: A loucura como produção e construção sociais

B. Destaques da semana

» Entrevistas da Semana

PÁGINA 31 | Stefano Zamagni: Reciprocidade, fraternidade, justiça: uma revolução da concepção de economia

PÁGINA 38 | José Francisco Sarmiento: Os jovens indígenas e a inclusão digital

» Coluna do Cepos

PÁGINA 42 | Douglas Alves Medeiros e Anderson David G. dos Santos: A crise da PlayStation Network na perspectiva da EPC

» Destaques On-Line

PÁGINA 44 | Destaques On-Line

C. IHU em Revista

» Eventos

PÁGINA 49 | Verónica Zevallos: Derrida e a educação. O acontecimento do impossível

» IHU Repórter

PÁGINA 51 | Eduardo Veras



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

A.

Tema de Capa

A privação da liberdade como doença

Maquinaria criada para vigiar e corrigir, a prática asilar aplica ao louco a ortopedia moral, assinala o filósofo Cesar Candiotto. Cada época tem percepções diferentes da loucura, e a perda da liberdade, transformada em doença, é fenômeno que remonta ao século XIX

POR MÁRCIA JUNGES

“**F**oucault questiona a loucura como doença mental quando mostra que esta não é a natureza da loucura, mas somente uma de suas objetivações históricas”. A observação é do filósofo Cesar Candiotto, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, “cada época percebe a loucura como um objeto diferente para o saber: os renascentistas a apreendem como possessão demoníaca mediante o quadro de uma experiência cósmica; os clássicos a entendem como desrazão a partir do quadro de uma experiência ontológica; os modernos a objetivam como doença mental a partir do quadro de uma experiência antropológica”. E complementa: “não é o sujeito racional e livre aquele capaz de definir e interpretar a loucura. Somente na experiência, formada por discursos e práticas de cada época, é que se pode mostrar a constituição do sujeito louco”. Foucault questiona o fato de a psiquiatria do começo do século XIX “ter transformado a privação da liberdade do louco, por ocasião da reforma social do internamento, em natureza da loucura, em doença, objeto de tratamento psiquiátrico”. Assim, tirar o louco de circulação, internando-o no asilo, significa tirá-lo do espaço da desordem para o da ordem, sujeito à ortopedia moral, à constante vigilância por um “olho anônimo, a uma maquinaria que vigia e corrige”.

Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Candiotto é graduado em Filosofia por essa instituição, e em Teologia pela PUC do Chile. cursou mestrado em Educação pela PUCPR e doutorado em Filosofia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e na Universidade de Paris XII com a tese *Foucault e a verdade*. Organizou as obras *Mente, cognição, linguagem* (Champagnat: Curitiba, 2008) e *Ética: abordagens e perspectivas* (Champagnat: Curitiba, 2010). Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual é a importância de *História da loucura* no conjunto da obra de Foucault?

Cesar Candiotto - Essa pergunta poderia ser respondida de diversas formas. Uma delas, talvez a mais fecunda, é a constatação de que *História da loucura* constitui o início de uma estratégia metodológica - nomeada mais tarde como arqueologia - que rompe com a concepção de verdade como sua adequação a um referente essencial ou natural. A loucura não é um referente já dado na natureza ou no pensamento suscetível de uma verdade universal. Entre as ciências do homem, região a ser privilegiada por Foucault em sua investigação, não existem verdades universalmente válidas. Os objetos dos quais tratam estas “ciências” são singulares

e raros, apresentados como acontecimentos irrepetíveis na ordem do saber. Embora ciências como a psiquiatria, a psicologia, a sociologia, procurem naturalizar seus objetos para apreendê-los mediante uma racionalidade específica, trata-se sempre de uma ilusão tranquilizadora. A arqueologia procura estudar qual a “experiência fundamental” (*História da loucura*), “episteme” (*As palavras e as coisas*) ou “discurso” (*A ordem do discurso*) de uma época que permite legitimar práticas discursivas e não discursivas como verdadeiras e outras, como falsas. Busca examinar a condição histórica de possibilidade a partir da qual algo é constituído como um objeto apreensível ao saber e coerente num sistema de relações.

Ao afirmar que a emergência de um

objeto somente é apreensível ao saber a partir do quadro formal ou da condição histórica de possibilidade na qual ele está situado, Foucault mostra que a história da loucura era irredutível à história de um conceito. Jamais se trataria de fazer a história das diferentes interpretações a respeito de um mesmo conceito. Cada época percebe a loucura como um objeto diferente para o saber: os renascentistas a apreendem como possessão demoníaca mediante o quadro de uma experiência cósmica; os clássicos a entendem como desrazão a partir do quadro de uma experiência ontológica; os modernos a objetivam como doença mental a partir do quadro de uma experiência antropológica. O fato de que cada experiência corresponda a um objeto novo, implica que

também o quadro formal ou a condição histórica de possibilidade muda de uma época para outra.

Sistemas de racionalidade

Essa estratégia metodológica posta em prática em *História da loucura* pode ser pensada como o início de uma “trajetória” que exercerá enorme influência em livros como *Nascimento da clínica*, *As palavras e as coisas*, *Vigiar e punir*, *História da sexualidade*. Todos esses livros são “histórias”, muito distantes da mera história das ideias pensada nos limites do progresso ininterrupto da razão. Trata-se de demarcar o nascimento, desenvolvimento e desaparecimento de objetos relativamente a racionalidades diferentes. Com isso Foucault desautoriza pensar numa história progressiva da razão e, conseqüentemente, que estamos sempre a discorrer a respeito da *mesma* razão. Cada época tem seus sistemas de racionalidade que apreendem objetos singulares como coerentes ou incoerentes. Em conseqüência, não podemos avaliar o passado a partir do presente, julgar a prática clássica de aprisionamento do louco pelo seu internamento asilar moderno.

Em razão disso é que Foucault irá deduzir que a psiquiatria não é a única a discorrer sobre a verdade da loucura. Igualmente a psicologia positivista não pode *conhecer* a doença mental, prescindindo de sua história. Quanto à arqueologia, jamais tenta traçar o caminho dos erros do passado rumo às verdades do presente, da noite das trevas à claridade do saber médico; antes, ela procura escavar os diferentes subsolos para saber como cada época percebe e enuncia a loucura, de modo a permanecer o mais próximo possível daquilo que um acontecimento tem de raro, de estranho e de irredutível, sem jamais desqualificá-lo por um saber ulterior considerado “mais” verdadeiro e objetivo.

IHU On-Line - Como essa obra continua a impactar no pensamento filosófico, 50 anos após seu lançamento?

Cesar Candiotti - A história da loucura continua a impactar o pensamento

filosófico porque este geralmente estuda objetos universais mediante sua demonstração teórica ou pelas suas diferentes interpretações. Como sugerimos na questão anterior, Foucault jamais parte de um objeto já dado, seja na ordem da natureza, seja no plano do pensamento. Antes, ele está preocupado com seu *nascimento* como algo apreensível por um saber ou por uma ciência. Os objetos investigados em sua arqueologia - e mais tarde, na arqueogenealogia - são aqueles pertencentes ao terreno frágil e movediço das chamadas ciências humanas, mas também aqueles que fazem interface com a filosofia.

Provavelmente o conceito mais pro-

**“O médico tem uma
função moral: impelir
com suas exigências
racionais a que o doente
reprima suas paixões e
seus desejos. Ele não
conhece a loucura,
apenas a domina”**

blematizado na investigação de Foucault tenha sido o de *sujeito*. O sujeito da filosofia - o “eu” do *Ego cogito* - é aquele que permanece inalterado, transparente a si mesmo, constituinte de sentido, em que pese as transformações históricas nas quais ele está situado. Esse sujeito é o sujeito racional; aquele que para se autocompreender como Mesmo exclui o Outro, ou tenta reduzi-lo o máximo possível; ou ainda o sujeito de liberdade, que para se afirmar como legislador universal exclui aqueles que perderam a capacidade de deliberar e decidir. Ora, em *História da loucura* Foucault vai justamente mostrar que não é o sujeito racional ou o sujeito de liberdade que define e dá coerência à contingência da história. Quando nos referimos ao sujeito, estamos sempre diante de um concei-

to constituído na trama de discursos e práticas historicamente delimitados. Significa que não é o sujeito racional e livre aquele capaz de definir e interpretar a loucura. Somente na experiência, formada por discursos e práticas de cada época, é que se pode mostrar a constituição do sujeito louco.

Loucura como objeto de saber

A grande novidade da arqueologia da loucura é se afastar da ideia de que ela é um objeto trans-histórico do qual se trataria somente de interpretá-lo. O arqueólogo não parte da verdade dos objetos já pensados e feitos, mas do ponto em que *algo* se torna problemático e *nasce* como objeto para o pensamento. A loucura é problematizada num determinado momento a partir da partilha entre o verdadeiro e o falso, sendo transformada em objeto para o pensamento. Daí é que se entende a afirmação de Foucault de que a loucura somente existe em uma sociedade.

Mais tarde Foucault volta ao tema: “Fizeram-me dizer que a loucura não existia, enquanto que o problema era absolutamente inverso: tratava-se de saber como a loucura, sob as diferentes definições que pudemos lhe dar num momento dado, pôde ser integrada num campo institucional que a constituía como doença mental, adquirindo um determinado lugar ao lado de outras doenças” (FOUCAULT, M. “L'éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, v. IV, p. 726).

Foucault nega a naturalidade da loucura como objeto do saber, não sua constituição histórica e cultural na condição de algo a ser pensado e problematizado. Tal precisão difere da perspectiva fenomenológica a respeito da loucura. “Provavelmente, podemos dizer que a loucura ‘não existe’, mas isso não quer dizer que ela seja nada. Tratava-se, em suma, de fazer o inverso daquilo que a fenomenologia nos havia ensinado a dizer e a pensar; a fenomenologia que, grosso modo, dizia: a loucura existe, o que não significa que seja algo” (FOUCAULT, M. *Sécurité, territoire, population*. Paris: Gallimard, p. 122, 2004).

IHU On-Line - Em que sentido a *História da loucura* questiona o conceito de doença? É possível falar num outro ponto de vista para essa concepção a partir do *corpus* teórico dessa obra?

Cesar Candiotto - Foucault questiona a loucura como doença mental quando mostra que esta não é a natureza da loucura, mas somente uma de suas objetivações históricas. Objetivação essa possível no espaço da modernidade, quando a experiência antropológica é a condição histórica de possibilidade a partir da qual a loucura passa a ser apreendida.

Essa nova objetivação tem início quando Pinel¹ identifica loucura e alienação. Chamou-se alienação a queda do louco num estado no qual ele deixa de ser completamente homem, ao possuir *menos* razão em relação aos padrões de normalidade vigentes. A loucura passa a ser associada a um *fato humano* encarnado em tipos antropológicos específicos estigmatizados por um “certo desvio em relação à norma social” (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*. Paris: Gallimard, 1972, p. 117). A ideia de que a loucura corresponde à alienação de uma verdade de ordem antropológica marca a transição de sua percepção ontológica clássica como desrazão para sua percepção moderna como doença mental.

Foucault nota que a causa da alienação está relacionada a uma percepção do mundo civilizatório ao qual é atribuído um caráter doentio, em consequência de sua perda de contato com a natureza. O mundo é a realidade móvel, particular e negativa dominada por forças penetrantes, das quais procede a alienação. No caso da loucura, são três as forças penetrantes que lhe dão origem: a sociedade, a religião e a civilização. A não repressão dos desejos pela sociedade, a não regulação do espaço e da imaginação pela religião e a não imposição de limites à sensibili-

1 Philippe Pinel (1745-1826): médico francês, considerado por muitos o pai da psiquiatria. Notabilizou-se por ter considerado que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que ao contrário do que acontecia na época, deviam ser tratados como doentes e não de forma violenta. Foi o primeiro médico a tentar descrever e classificar algumas perturbações mentais. A obra mais importante escrita por Pinel foi *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie*. (Nota da IHU On-Line)

“No caso da loucura, são três as forças penetrantes que lhe dão origem: a sociedade, a religião e a civilização”

dade e ao pensamento pela civilização são consideradas as principais causas da loucura. Ao contrário de Rousseau², que pensava ser a alienação somente de caráter social, Pinel ampliará esse horizonte, ao afirmar que a sociedade produz também alienação intelectual, psíquica e moral.

Loucura e liberdade

No final do século XVIII “a loucura é a natureza perdida, é o sensível desnorteado, o extravio do desejo, o tempo despojado de suas medidas; é a imediatez perdida no infinito das mediações. Diante disso, a natureza, pelo contrário, é a loucura abolida, o feliz retorno da existência à sua mais próxima verdade” (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 393) O homem perde sua verdade pela alteração de suas faculdades quando deixa de seguir sua natureza e torna-se influenciável por aquelas mediações que continuamente o alienam de si mesmo, em direção de seu exterior. Por essa razão é que ele deverá ser isolado de tais mediações para enfrentar a si próprio num espaço de reclusão total a fim de que aí reencontre sua natureza perdida. Retirar o louco do mundo e aprisioná-lo no asilo equivale a deslocá-lo do espaço da desordem para o espaço da ordem.

Na época moderna, caracterizada pela experiência antropológica da loucura (fim do século XVIII e século XIX),

2 Jean Jacques Rousseau (1712-1778): filósofo franco-suíço, escritor, teórico político e compositor musical autodidata. Uma das figuras marcantes do Iluminismo francês, Rousseau é também um precursor do romantismo. As idéias iluministas de Rousseau, Montesquieu e Diderot, que defendiam a igualdade de todos perante a lei, a tolerância religiosa e a livre expressão do pensamento, influenciaram a Revolução Francesa. Contra a sociedade de ordens e de privilégios do Antigo Regime, os iluministas sugeriam um governo monárquico ou republicano, constitucional e parlamentar. (Nota da IHU On-Line).

ela deixa de ter como padrão normativo fundamental a razão e a ordem. O novo padrão normativo em relação ao qual ela é desqualificada e sequestrada é a liberdade, entendida como atributo antropológico fundamental do cidadão soberano no contexto do novo estado burguês. A loucura será entendida doravante pela perda parcial ou total da liberdade psicológica, faculdade humana que capacita ao indivíduo pensar, deliberar, decidir e agir com responsabilidade moral e imputabilidade jurídica.

Se a liberdade está inscrita na natureza humana e essa última é racional, o louco não perde sua liberdade ao permanecer recluso no asilo, senão que já a perdeu antes de nele ingressar. Se antigamente o confinamento e, portanto, a privação da liberdade, era somente da ordem das consequências jurídicas, doravante será da ordem de uma psicologia da loucura. Interna-se não para privar o indivíduo da liberdade, mas para sancionar sua abolição já detectável em nível psicológico. A perda da liberdade deixa de ser vista como consequência de uma prática política de exclusão e higiene social, para se tornar a essência da loucura. Depreende-se que o mundo fechado do asilo, local da privação de liberdade, é o lugar mais adequado para aquele que já a perdeu.

Determinismo da loucura

O que Foucault questiona é a psiquiatria positivista do início do século XIX ter transformado a privação da liberdade do louco, por ocasião da reforma social do internamento, em natureza da loucura, em doença, objeto de tratamento psiquiátrico. A coerção do louco paradoxalmente passou a se constituir em um determinismo da loucura: “aquilo que era reforma social do internamento torna-se fidelidade às verdades profundas da loucura; e a *maneira pela qual se aliena o louco* deixa-se esquecer para reaparecer como *natureza da alienação*” (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 458). Se a loucura pôde ser concebida como alienação, é porque ela já estava internada *na* e *pela* estrutura do internamento.

Foucault vê na alienação da psiquiatria positiva um novo mito: o internamento clássico criou um estado de alienação, que existia somente a partir de fora, para aqueles que internavam e viam no louco um animal, um estranho. Quanto a Pinel e Tuke, *interiorizaram* esta alienação, instalaram-na no internamento, delimitaram-na como distância do louco em relação a si próprio. Os lendários pais da psiquiatria naturalizaram o que era somente um conceito, entenderam por liberação de uma verdade o que não passava de reconstituição de uma moral, transformaram em cura espontânea da loucura aquilo que somente era constitutivo de uma realidade artificialmente elaborada (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 501). A psiquiatria reconheceu como sua origem uma evidência que, paradoxalmente, não passava de um mito.

Camisas de força químicas

Pinel, no seu *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania*, foi quem, pela primeira vez, definiu as categorias da doença mental que perdurariam por um século. A principal delas, a que melhor expressava a essência da loucura, era a *mania*, uma espécie de fúria e delírio agudo. Após a adoção da lei de 1838, a discussão em torno da natureza da loucura mudou. Essa lei facultava a criação de hospitais psiquiátricos em todo o território francês e definia a condição do homem louco a partir da proteção do ideal da família e do comércio, segundo a sociedade burguesa. A natureza da loucura agora estava centrada na noção de *monomania*, criada em 1810, por Étienne Esquirol³, discípulo de Pinel e um dos fundadores do asilo. Monomania era a ideia fixa e obsessiva que se apossava da mente saudável. Na verdade constituía a tradução, em termos patológicos, de um anseio compreensível de uma sociedade pós-revolucionária saída do regicídio na sequência da qual cada um passou a se considerar rei, imperador - imperador do crime, rei da fortuna etc. (ROUDINESCO, E. *Filósofos da tormenta*. Rio de Janeiro, Zahar,

3 Jean-Étienne Dominique Esquirol (1772-1840) : psiquiatra francês, discípulo de Pinel. (Nota da IHU On-Line)

2007, p. 137). Seria preciso ainda citar Jean-Martin Charcot⁴, que integrou a histeria como uma espécie de semi-loucura, uma doença de fim de século, que iria tomar o corpo das mulheres e confundir a identidade dos homens. Essas categorias da doença mental iriam perdurar até os anos 1960, quando os remédios tranquilizantes substituiriam as antigas camisas de força pelas novas camisas de força químicas.

A rigor, Foucault não negou a definição da loucura como doença mental, somente mostrou que essa definição

**“O novo padrão
normativo em relação ao
qual ela é desqualificada
e sequestrada, é a
liberdade, entendida
como atributo
antropológico
fundamental do cidadão
soberano no contexto do
novo estado burguês”**

é unicamente moderna, indissociável de um novo sequestro da loucura por parte da razão (psiquiátrica). Foucault não quis fazer a história *sobre* a loucura, mas a história do poder da razão que progressivamente a silenciou, seja como “erro”, como “desrazão” ou como “doença”. Com isso, o que ele questiona é a gênese “pura” e a maneira “objetiva” de tratar a loucura, reivindicadas pela psiquiatria.

IHU On-Line - A expressão “ortopedia

⁴ Jean-Martin Charcot (1825-1893): neurologista francês e professor de patologia anatômica. Seus trabalhos influenciaram grandemente o desenvolvimento dos campos da neurologia e psicologia. Trabalhou e lecionou por mais de trinta anos no famoso Hospital Salpêtrière. Sua reputação como professores trazia estudantes de toda a Europa. Em 1882, estabeleceu uma clínica neurológica no hospital, a primeira do tipo na Europa. Suas descobertas sobre a histeria constituem-se no seu maior legado. (Nota da IHU On-Line)

moral” pode nos ajudar a compreender a institucionalização da loucura? Por quê?

Cesar Candiotta - A expressão “ortopedia moral” foi empregada por Foucault alguns anos mais tarde em *Vigiar e punir* para caracterizar os mecanismos da normalização disciplinar na sociedade ocidental, no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Neste livro, ele mostrou que os imperativos morais da sociedade burguesa eram indissociáveis de tecnologias de poder cuja finalidade mais significativa era a constituição do indivíduo normal mediante o controle sutil da distribuição dos seus corpos segundo as variáveis do espaço e tempo. Tratava-se de criar um campo de visibilidades suscetível de objetivar seus gestos e ações corporais para torná-los cada vez mais úteis e, indiretamente, ele mesmo se subjetivasse como vontade dócil e obediente.

Mas esse processo de ortopedia moral, também incluía a higienização social segundo a qual os indivíduos irredutíveis à norma disciplinar, porque desviantes, perigosos ou inaptos, deveriam ser segregados e submetidos a mecanismos que misturavam correção e vigilância. Em *História da loucura* Foucault não utiliza a expressão “ortopedia moral”, mas ela poderia ser retrospectivamente identificada nesse livro a partir de dois níveis indissociáveis: o primeiro concerne à distribuição do espaço asilar, o segundo diz respeito à relação nele estabelecida entre médico e paciente.

Ortopedia moral e espaço asilar

A miríade (real ou virtual) de visibilidades à qual o louco está submetido na nova estrutura arquitetural do asilo caracteriza uma forma de ortopedia moral. Importante é que o louco se sintá vigiado, que o espaço no qual ele transita seja similar a um olho anônimo, a uma maquinaria que vigia e corrige. Uma das teses de Foucault sobre a psiquiatria nascente é sua relação embrionária com esse espaço asilar. Psiquiatria e prática asilar não alcançam a loucura porque se limitam a dobrar o louco à ortopedia moral, como também ocorreu nos hospícios brasileiros a partir de meados do século XIX: “Tanto

sua estrutura [hospício e psiquiatria] quanto seu funcionamento realizam o projeto psiquiátrico nascente: isola o louco da sociedade; organiza o espaço interno e a distribuição dos indivíduos preservando uma convivência regular e ordenada; vigia o alienado em todos os momentos e em todos os lugares, através de uma ‘pirâmide de olhares’ composta de médicos, enfermeiros, funcionários e serventes; distribui o tempo dos internos submetendo-os à realidade do trabalho como principal norma terapêutica” (MACHADO, Roberto. *A constituição da psiquiatria no Brasil*. Conceito, n.1, Lisboa: novembro 2005, p. 60-61). Portanto, a terapêutica aqui é sinônimo de ortopedia moral, de correção dos desvios, algo muito similar ao que ocorria em outras práticas sociais de instituições semiabertas ou fechadas dos séculos XVIII e XIX.

Ortopedia moral e relação médico/paciente

Na perspectiva de Foucault, o novo gesto da reclusão do louco no asilo não se deu em função de uma humanização da loucura e sim de um novo sequestro da loucura, por meio da relação entre médico e paciente. Inicialmente, a terapia está fundamentada na autoridade do médico, e não no conhecimento real da doença; ela procede da interiorização da *ordem* e da *razão* do médico pelo louco diante de sua vontade irracional e sua paixão desenfreada. Antes de tudo, o médico tem uma função moral: impelir com suas exigências racionais a que o doente reprima suas paixões e seus desejos. Ele não conhece a loucura, apenas a domina; aquilo que para a psiquiatria é objetividade para Foucault nada mais é do que outra forma de ortopedia moral, objetivo da nova separação social. “A personagem do psiquiatra [...] devia agir não a partir de uma definição objetiva da doença ou de um certo diagnóstico classificador, mas apoiando-se nesses prestígios onde se ocultam os segredos da Família, da Autoridade, da Punição e do Amor. É jogando com esses prestígios e assumindo a máscara do Pai e do Justiceiro que o médico, prescindindo da sua competência médica, transforma-se no operador quase mágico da

cura e assume a figura de um taumaturgo. Basta que ele olhe e fale para que as faltas secretas apareçam, para que as presunções insensatas se esfumem e a loucura finalmente se ordene pela razão. Sua presença e sua fala são dotadas desse poder de desalienação que de repente descobre a falta e restaura a ordem da moral” (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 526). Nesse segundo caso, não se trata de um médico que cura uma doença, mas de um taumaturgo que pretende alcançar uma ortopedia moral do comportamento.

IHU On-Line - Em que medida a psiquiatria reflete os mecanismos coercitivos sociais através da forma como trata a loucura?

Cesar Candiotto - A partir da Revolução Francesa, por um lado a loucura se libera de sua associação à miséria e às contravenções morais; por outro, ela sofre uma nova reclusão pela moral social. Se o pobre saudável é liberto do aprisionamento e passa a ser absorvido na indústria incipiente, se o contraventor moral, político ou religioso é solto como resultado da crítica revolucionária ao poder tirânico, o insensato, porém, permanece preso. Agora, porém, não mais no hospital geral, mas na geografia do asilo.

A transferência do hospital geral para o asilo, do aprisionamento para o internamento, inscreveu o louco em um domínio médico que o livrou das cadeias que pesavam sobre seu corpo, mas não da cadeia moral que o encerrava junto aos demais habitantes do antigo hospital geral. Na perspectiva de Foucault, o novo gesto da reclusão do louco no asilo não se deu em função de uma humanização da loucura e sim de seu novo sequestro pela razão social, a partir do argumento da defesa da sociedade.

Historicamente, antes de tratar do louco como doente, o médico foi solicitado ao hospital para proteger a própria sociedade dele. Mesmo depois de tratá-lo como doente mental, essa rede de proteção social continuou a existir na forma de aprisionamento moral, já que o louco era tido como um indivíduo virtualmente perigoso.

Muitos traços do mundo correcioná-

rio do hospital geral estarão presentes na nova estrutura do asilo. Neste permanece uma confusão entre castigo e remédio, entre o gesto que pune e o gesto que cura (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p.100). Os primeiros asilos do século XIX têm entre suas atividades a aplicação de remédios morais (p. 101), penitência, julgamento perpétuo (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 519), uso regrado da humilhação e ducha fria.

Perda psicológica da liberdade

Foucault irá salientar que foi a partir dessa relação moral que a psiquiatria constituiu-se como ciência humana. No fundo, o distanciamento científico do objeto loucura foi precedido da distância física da sociedade em relação aos loucos, dela prosritos ao modo como o foram os leprosos na Idade Média.

Importante é ser ressaltado que a psiquiatria não representa o término dos mecanismos de controle social, mas é secretamente permeada pelos mesmos. Esses mecanismos de controle eram exercidos pelas famílias ou pela comunidade. No Antigo Regime, essa instância social-familiar, representante do “bom senso”, demandava que a lei declarasse o louco como incapaz da gestão de seus bens, do cuidado dos seus filhos, irresponsáveis pelos seus atos. (FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*, op. cit., p. 466-467). Desse controle social é que surge a penalidade, não como resposta a uma infração, mas como meio de correção dos indivíduos ao nível de seu comportamento, de suas atitudes, do perigo que eles representam ao nível de suas virtualidades (FOUCAULT, M. “La vérité et les formes juridiques”. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, v.II, p. 603). Já no Estado burguês, é o cidadão livre o primeiro juiz da loucura. Isso porque a liberdade é “a verdade imediata de toda natureza humana” e “a medida de toda legislação” (HF, 465). Se, como já dissemos, a natureza da loucura é a perda psicológica da liberdade, a coerção que o cidadão soberano exerce sobre o louco é tão justificável quanto aquela que o psiquiatra exercerá sobre o doente mental. No entanto, independentemente da posição de Foucault, seria muito redutível pensar o estágio atual da psiquiatria como

mera reprodutora das coerções sociais pelo modo como trata a loucura.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar alguns aspectos não questionados?

Cesar Candiotto - Somente gostaria de comentar que este ano, por ocasião dos 50 anos de *História da loucura*, diversos eventos e dossiês procuram refletir sobre o livro. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, entre 24 e 27 de outubro, ocorre o VII Colóquio Internacional Michel Foucault, organizado por Salma Tannus Muchail⁵ e Márcio Alves da Fonseca, sobre o tema: *O Mesmo e o Outro. 50 anos de História da Loucura (1961-2011)*. Mais informações podem

5 Salma Tannus Muchail: filósofa brasileira, docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), autora de, entre outros, *Foucault, simplesmente* (São Paulo: Edições Loyola, 2004). (Nota da IHU On-Line)

ser obtidas no sítio: <http://ipfone.com.br/wp/?p=1>. Já a prestigiada revista de filosofia italiana, *Aut Aut*, publicará no segundo semestre de 2011 um dossiê, intitulado *Folie et Déraison*, organizada por Mauro Bertani. São algumas iniciativas importantes de reflexão sobre a primeira grande obra de Foucault, meio século depois de sua publicação.

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por César Candiotto à IHU On-Line.

- * Foucault e a governamentalidade biopolítica. Edição número 324, revista IHU On-Line, de 12-04-2010, disponível em <http://bit.ly/cuwk4>;
- * A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana. Edição número 344, revista IHU On-Line, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/lKIM3y>.

BAÚ DA IHU ON-LINE

>> Confira o que mais a IHU On-Line já publicou sobre Michel Foucault:

- * Michael Foucault e as urgências da atualidade. 20 anos depois. Edição número 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/iwNQaG>;
- * Michel Foucault 80 anos. Compreensão e rebeldia. Edição número 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/j36ehk>;
- * Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault. Edição número 335, de 28-06-2010, disponível em <http://bit.ly/ggvqty>;
- * O (des) governo biopolítico da vida humana. Edição número 343, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/jDM2zU>;
- * Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate. Edição número 344, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/mNI9Ks>.
- * Cadernos IHU em Formação número 13, de 2007, intitulado Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética, disponível em <http://bit.ly/b3i9pB>.

Sobre o livro - *Histoire de la folie à l'âge classique* (No Brasil: *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978), de Michel Foucault, é um estudo das ideias, práticas, instituições, arte e literatura concernentes à loucura na história do mundo ocidental. Esta foi a primeira grande obra de Foucault, escrita enquanto ele era diretor da Maison de France na Suécia.

Sobre Michel Foucault - Paul-Michel Foucault (15-10-1926, Poitiers, França - 25-06-1984, Paris, França). Nascido em uma família tradicional de médicos, mudou-se para Paris em 1945 e antes de conseguir ingressar na École Normale da rue d'Ulm, foi aluno do filósofo Jean Hyppolite, que lhe apresentou à obra de Hegel.

Em 1946 conseguiu entrar na École Normale. Seu temperamento fechado o fez uma pessoa solitária, agressiva e irônica. Em 1948, após uma tentativa de suicídio, iniciou um tratamento psiquiátrico. Em contato com a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise, leu Platão, Hegel, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Freud, Bachelard, Lacan e outros, aprofundando-se em Kant, embora criticasse a noção do sujeito enquanto mediador e referência de todas as coisas, já que, para ele, o homem é produto das práticas discursivas.

Dois anos depois, Foucault se licenciou em Filosofia na Sorbone e no ano seguinte formou-se em Psicologia. Em 1950 entrou para o Partido Comunista Francês, mas afastou-se devido a divergências doutrinárias.

No ano de 1952 cursou o Instituto de Psychologie e obteve diploma de Psicologia Patológica. No mesmo ano tornou-se assistente na Universidade de Lille. Foucault lecionou psicologia e filosofia em diversas universidades, na Alemanha, na Suécia, na Tunísia, nos Estados Unidos e em outras. Escreveu para diversos jornais e trabalhou durante muito tempo como psicólogo em hospitais psiquiátricos e prisões.

Viajou o mundo fazendo conferências. Em 1955, mudou-se para Suécia, onde conheceu Dumézil. Este contato foi importante para a evolução do pensamento de Foucault. Conviveu com intelectuais importantes como Jean-Paul Sartre, Jean Genet, Canguilhem, Gilles Deleuze, Merleau-Ponty, Henri Ey, Lacan, Binswanger, etc.

Aos 28 anos publicou *Doença Mental e Psicologia* (1954), mas foi com *História da Loucura* (1961), sua tese de doutorado na Sorbone, que ele se firmou como filósofo, embora preferisse ser chamado de "arqueólogo", dedicado à reconstituição do que mais profundo existe numa cultura - arqueólogo do silêncio imposto ao louco, da visão médica (*O Nascimento da Clínica*, 1963), das ciências humanas (*As Palavras e as Coisas*, 1966), do saber em geral (*A Arqueologia do Saber*, 1969).

Esteve no Brasil em 1965 para conferência a convite de Gerard Lebrun, seu aluno na rue d'Ulm em 1954. Em 1971 ele assumiu a cadeira de Jean Hyppolite na disciplina História dos Sistemas de Pensamento. A aula inaugural foi "a Ordem do discurso".

A obra seguinte, *Vigiar e Punir*, é um

amplo estudo sobre a disciplina na sociedade moderna, para ele, "uma técnica de produção de corpos dóceis". Foucault analisou os processos disciplinares empregados nas prisões, considerando-os exemplos da imposição, às pessoas, e padrões "normais" de conduta estabelecida pelas ciências sociais. A partir desse trabalho, explicitou-se a noção de que as formas de pensamento são também relações de poder, que implicam a coerção e imposição.

Deixou inacabado seu mais ambicioso projeto, *História da Sexualidade*, que pretendia mostrar como a sociedade ocidental faz do sexo um instrumento de poder, não por meio da repressão, mas da expressão. O primeiro dos seis volumes anunciados foi publicado em 1976 sob o título *A Vontade de Saber*.

Em 1984, pouco antes de morrer, publicou outros dois volumes: *O Uso dos Prazeres*, que analisa a sexualidade na Grécia Antiga e *O Cuidado de Si*, que trata da Roma Antiga. Foucault teve vários contatos com diversos movimentos políticos. Engajou-se nas disputas políticas nas Guerras do Irã e da Turquia. O Japão é também um local de discussão para Foucault. Várias vezes esteve no Brasil, onde realizou conferências e firmou amizades. Foi no Brasil que pronunciou as importantes conferências sobre "A Verdade e as Formas Jurídicas", na PUC do Rio de Janeiro.

Em 25 junho de 1984, em função de complicadores provocados pela AIDS, Foucault morreu aos 57 anos, em plena produção intelectual.

Os discursos racionais no banco de réus

Para Augusto Bach, tal como Kant examinando as condições de possibilidade do conhecimento humano, Foucault coloca os discursos racionais sob questionamento em *História da loucura*. Transformação da casa em asilo fomentou a culpabilização do louco, alienando-o do processo civilizatório ocidental

POR MÁRCIA JUNGES

Para o filósofo Augusto Bach, “a novidade de *História da loucura* à época de seu lançamento reside no fato justamente de ela nos convidar a uma reflexão filosófica sobre a questão do novo”. Ele observa que é necessário recordar que “da mesma maneira que Kant teria colocado a razão no banco dos réus para estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento humano, Foucault estaria operando um empreendimento análogo ao colocar os discursos racionais na mesma tribuna”. Na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, o pesquisador menciona que o lugar dos loucos hoje foi tomado pelos “indivíduos de imaginação criativa, livres em seu pensamento; os desempregados que não estão em busca de um emprego, uma alienação; as pessoas mais felizes...” Atualmente não se pode mais falar em uma estigmatização da loucura nos moldes dos séculos XVI e XVII, “mas apenas alienação dela na linguagem abstrata da razão. Última etapa de um processo que a condenou ao desaparecimento completo”. Bach recupera aspectos sobre a história da desrazão: “Toda a ética de uma cidade moral expiava suas culpas para dentro dos muros do internamento. Mas é só com sua transformação em casa de asilo, por Pinel e Tuke, que a cultura ocidental apostou em uma culpabilização do louco com o fito de aliená-lo ao processo civilizatório”.

Graduado e mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Augusto Bach é doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR com a tese *Foucault e a história arqueológica*. É pós-doutor pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. É autor de inúmeros capítulos de livros e artigos científicos sobre o pensamento de Michel Foucault. Leciona no Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), campus Guarapuava, Paraná. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como a arqueologia de Foucault se faz presente em *História da loucura*?

Augusto Bach - Eu diria que a arqueologia se faz presente nesta obra de um modo bastante *sui generis*. Há uma miríade de elementos oriundos de diferentes matrizes de pensamento que Foucault acaba por reunir num só projeto. Característica típica de sua pena desde 1961 que costuma confundir os leitores mais desavisados.

Para responder objetivamente à sua pergunta, afirmo no indicativo (para não deixar margens à dúvida) que ela se realiza enquanto uma hermenêutica da *ratio* ocidental. O que quer dizer isso e qual a importância? Primeiro que a postura marxista da década de 1950, adotada em *Doença mental e perso-*

nalidade, já se encontra abandonada. São outros em 1961 os referenciais teóricos da arqueologia a sustentar uma segunda crítica da razão ocidental. Justifico-me: recorde o leitor que, da mesma maneira que Kant teria colocado a razão no banco dos réus para estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento humano, Foucault estaria operando um empreendimento análogo ao colocar os discursos racionais em mesma tribuna. A diferença agora decorre do caráter histórico da análise e do sentido conotativo da expressão “tribunal da razão”, quando Foucault transpõe arqueologicamente o argumento transcendental kantiano. Por ser contemporâneo da Revolução Francesa, Kant minava os fundamentos do trono e do altar abrindo margem ao

humanismo racional da *episteme* moderna, destituído de superstições. Já Foucault, em pensamento coetâneo à Revolução de Maio de 1968¹, entende a razão como repressora; daí o *leitmotiv* de *História da Loucura* ser mais transgressor e subversivo do que judicante. Dessa maneira, todos os poderosos discursos que a linguagem de razão produziu ao longo dos séculos acerca de sua diferença (os excluídos, a linguagem da loucura ou da desrazão) são chamados a depor para que apreendamos o modo como interpretamos as figuras da alteridade, sempre confiscadas em seu valor de veracidade.

¹ Maio de 1968: sobre o tema confira a edição 250 da Revista IHU On-Line, de 10-03-2008, intitulada *Maio de 1968: 40 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/kDXPfJ>. (Nota da IHU On-Line)

Resgate da linguagem excluída

Pois bem, dizer que há dois tipos de linguagem - uma de razão e outra da desrazão, atribuindo à última o caráter de veracidade e à primeira corolaria-mente o de mentira - significa dizer que por trás dos documentos racionais existe um nível mais profundo de análise histórica sobre o qual é preciso se debruçar. Significa, outrossim, que Foucault tomava de antemão um partido para suas investigações arqueológicas à primeira vista bastante isentas. Em outras palavras, em 1961 sua arqueologia se associa diretamente ao projeto de resgatar uma linguagem excluída de nossa cultura que se encontraria por trás dos documentos racionais. Daí o peso da afirmação de que ela seria uma hermenêutica, à procura de uma riqueza ainda perdida para nós - uma espécie de camada pré-sal se me permitem a comparação - do “fundamento ontológico oculto” dos discursos racionais que, como camadas, sobre a loucura se depositaram ao longo dos séculos.

IHU On-Line - Qual é a importância da arqueologia dentro da proposta dessa obra especificamente?

Augusto Bach - Eu preferiria inverter o raciocínio: qual a importância dessa obra em específico dentro da proposta arqueológica? *História da loucura* marca uma posição deveras estranha se comparada ao livro *Arqueologia do saber* de 1969. Estranha, porém fundamental para a compreensão de seu projeto intelectual como um todo. Em 1969, não encontramos mais referências a um nível subjacente de análise. Tudo, então, se passa como se (*Als ob*), para a reconstituição arqueológica de nossa civilização, só houvesse um nível de discursos sobre os quais não restaria senão a possibilidade de operar uma análise dos monumentos históricos, e não mais de seus documentos. Essa postura estruturalista de 1969 já abandona temas típicos da arqueologia (seja de *História da loucura* ou de *As palavras e as coisas*); como a questão da literatura, do grau zero da história da loucura, da psicanálise freudiana associada à pena de poetas delirantes e

subversivos (Roussel, Nerval², Artaud³, Nietzsche⁴); para antecipar suas análises genealógicas que se seguirão na década de 1970. Vide como ilustração a crítica à psicanálise em *História da sexualidade I (a vontade de saber)*.

A arqueologia do Outro

De todo modo, para citar como exemplo, a importância de *História da loucura* é que sem ela - a arqueologia do Outro - não se compreende o projeto de *As palavras e as coisas*, a arqueologia do Mesmo. Em 1966 Foucault está ainda falando em nome de um outro tipo de linguagem, mormente a literária, que sustenta e dá legitimidade ao seu projeto crítico. Ao mesmo tempo e paradoxalmente, sem ela não percebemos que

2 Gérard de Nerval (1808-1855): poeta francês. Desde cedo foi atraído pela literatura alemã, em especial “Contos Fantásticos”, de Hoffmann, e “Fausto”, de Goethe, que começou a traduzir em 1828. (Nota da IHU On-Line)

3 Antonin Artaud (1896-1948): poeta, dramaturgo, diretor e ator francês, sua proposta era despertar as forças inconscientes do espectador, para libertá-lo do condicionamento imposto pela civilização. Não há separação rígida entre palco e plateia. Parte de sua teoria está exposta no livro *O Teatro e Seu Duplo* (1936). (Nota da IHU On-Line)

4 Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim falou Zaratustra* (9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998), *O anticristo* (Lisboa: Guimarães, 1916) e *A genealogia da moral* (5. ed. São Paulo: Centauro, 2004). A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da IHU On-Line, de 13-12-2004, intitulado *Nietzsche: filósofo do martelo e do crepúsculo*, disponível para download em <http://migre.me/s7BB>. Sobre o filósofo alemão, conferir ainda a entrevista exclusiva realizada pela IHU On-Line edição 175, de 10-04-2006, com o jesuíta cubano Emilio Brito, docente na Universidade de Louvain-La-Neuve, intitulada “Nietzsche e Paulo”, disponível para download em <http://migre.me/s7BH>. A edição 15 dos Cadernos IHU em formação é intitulada *O pensamento de Friedrich Nietzsche*, e pode ser acessada em <http://migre.me/s7BU>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista IHU On-Line, de 10-05-2010, disponível em <http://migre.me/FC8R>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do Ciclo de Estudos Filosofias da diferença - Pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. Na edição 330 da Revista IHU On-Line, de 24-05-2010, leia a entrevista *Nietzsche, o pensamento trágico e a afirmação da totalidade da existência*, concedida pelo Prof. Dr. Oswaldo Giacoia e disponível para download em <http://migre.me/Jzvg>. (Nota da IHU On-Line)

muitos dos dispositivos e disciplinas de poder analisados em sua etapa genealógica já estavam antecipados em 1961. Lembre-se que foi por intermédio de uma análise dos desdobramentos que se edificou uma psicologia da personalidade, uma análise dos automatismos que possibilitou uma psicologia da consciência, um estudo dos déficits mentais que desencadeou uma psicologia da inteligência. Enfim, é todo o projeto epistemológico de uma ciência humana como a psicologia a possuir suas fundações nessa operação “secreta” de ensurdecimento de uma outra linguagem.

E o que isso teria a ver com a genealogia? Nada, com a exceção do fato de todo esse aparato científico ser utilizado com o intuito de normalização, domesticação, docilidade e utilidade às formas cada vez mais flexíveis de acumulação do capital. Só para abrir retoricamente uma janela de imaginário ao pensamento do leitor, pense um pouco nos exames médicos aplicados nas últimas fases de concursos públicos, exames psicotécnicos ou demais formas de gestão dos recursos humanos em empresas transnacionais. Já pensou em ser policial federal? Executivo? O salário deve ser maior que o meu...

E além de tudo isso, sem ela tampouco iluminamos o tema de estudo de seu último ano de aulas no Collège de France, a coragem de dizer a verdade. Grau zero das figuras de linguagem em que sujeito de enunciado e sujeito de enunciação se imbricam mutuamente sem diferenciação, a questão da *parrhesia* se associa com o mote iluminista do *sapere aude* (“ousa saber!”), bem como com a problematização em *História da Loucura* de uma linguagem comum e indiferenciada entre a razão e a desrazão. Impossível, a meu ver, querer unificar a obra de um indivíduo que pensava por mutações sem estar a par desse movimento de ideias. Quer maior importância que isso?

IHU On-Line - Qual é a novidade que essa obra trouxe à época de seu lançamento? E qual é a importância desse livro hoje?

Augusto Bach - A primeira de suas perguntas é mais fácil de responder do que a segunda. Todavia mais desafiadora. Pois bem, a novidade de *História da loucura* à época de seu lançamento

reside no fato justamente de ela nos convidar a uma reflexão filosófica sobre a questão do novo. Gostaria que o leitor atentasse para o fato de que no último período vali-me de uma figura de linguagem chamada paradoxo, e não de redundância. Ocorre que, em 1961, Foucault o respirava e ainda hoje continuamos a respirá-lo. É a primeira obra de envergadura filosófica a nos convidar a pensar e refletir anonimamente; isto é, sem o primado da função do sujeito e da autoria. Sua associação com a questão literária de uma escrita intransitiva e autorreferencial advém daí.

Mas como escrever uma história da loucura que denuncia o aprisionamento da desrazão na linguagem do sujeito racional sem incorrer no mesmo crime que denuncia? Perguntava-se por sua vez Derrida⁵ há exatos vinte anos: como é possível um projeto como esse em nossos tempos? Pois bem, Foucault acreditava que o novo não se produziria por determinações oriundas do velho ou do antigo, mas que ele seria resultante de uma abundância inesgotável do próprio possível histórico, que em nosso período lacunar de passagem o novo encontraria paradoxalmente um meio muito novo de se manifestar. E em *História da loucura* ele enxergava sinais disso na literatura, na postura freudiana diante da linguagem do inconsciente e na própria possibilidade de seu empreendimento arqueológico: fazer falar a loucura; ou seja; devolver loquacidade a essas vozes “um tanto balbuciantes”, “sem

5 Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line edição 119, de 18-10-2004, disponível para download em <http://migre.me/s8bA>. Nesta quinta-feira, 09-06-2011, MS Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos, da Universidade de Caxias do Sul - UCS estará no IHU Ideias falando sobre *Derrida e a Educação: o acontecimento do impossível*. Maiores informações em <http://bit.ly/k0ffe9>. Confira, nesta edição, a entrevista concedida por Zevallos, adiantando aspectos que irá abordar no evento. (Nota da IHU On-Line)

“Mas como escrever uma história da loucura que denuncia o aprisionamento da desrazão na linguagem do sujeito racional sem incorrer no mesmo crime que denuncia?”

sintaxe fixa”, pois sem sujeito racional a lhes fazer referência sintática e significação semântica.

Problematizações

E a importância dele reside justamente no fato de estas questões continuarem abertas nos período em que vivemos. Período também chamado por muitos de pós-modernidade, na absoluta falta de um termo mais adequado para compreendermos a questão que atravessa de ponta a ponta sua obra: a questão do sujeito e sua relação com a verdade do presente. No último período de seu pensamento, ora chamado pelos intérpretes de “problematizações” ora de “arqueogenealogia”, essa questão do anonimato será responsável pela introdução da escrita ensaística no proceder do pensamento filosófico. Nesta prova, neste ensaio, nesta experiência modificadora de si no jogo da verdade, não é mais o sujeito a dominar o procedimento de elaboração. Ele é simplesmente algo resultante da experiência da escritura que invariavelmente se revela no riso irônico de Foucault a todas as “formas canhestras e distorcidas” de se escrever a história. No âmbito específico da filosofia brasileira, essa prática veio resultar na produção de ensaios de seu ex-colega de departamento Bento Prado⁶. Sobre essa questão remeto

6 Bento Prado Junior: filósofo brasileiro, graduado pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor pelo Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Docente na Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, é autor de

o leitor não aos meus artigos, muito acadêmicos, mas ao magistral *Por que rir da filosofia?*

IHU On-Line - Os loucos tomaram o lugar dos leprosos como bodes expiatórios da sociedade de seu tempo. Hoje, quem tomou o lugar dos loucos na sociedade pós-moderna?

Augusto Bach - Concordo com sua afirmação, embora ela seja polêmica. Dizer que o mesmo espaço dos leprosários aludidos por Foucault no início de *História da loucura* será ocupado pelas figuras da desrazão (bêbados, devassos, mendigos e sodomitas) do Hospital Geral no século XVII é marcar uma estranha linha de continuidade no tempo. Pois este mesmo espaço será objeto da reforma humanista operada por Tuke e Pinel transformando-o, enfim, em asilo psiquiátrico do século XIX. Qual o problema? Supostamente Foucault seria o “filósofo dos cortes e rupturas” assinalando descontinuidades e diferenças de percepção da loucura ao longo dos séculos. Ocorre que por trás de todas essas diferenças haja um processo contínuo de assimilação de suas figuras dentro da linguagem racional operado por meios institucionais. De fato, o poder em *História da loucura* era visto por Foucault ainda sob o aspecto repressor e negativo, mas está aí, ao mesmo tempo, o embrião de suas futuras análises genealógicas de um poder positivo, produtor de saber e de sujeitos assujeitados.

De todo modo, voltando a polemizar com sua afirmação, perceba que o Hospital Geral do XVII, malgrado o nome, não é ainda um ato médico. O louco era visto, juntamente de seus ilustres companheiros nessa época, como um problema de polícia, praticante do pecado moral da ociosidade. Data desse tempo a percepção da loucura como ausência de obra, por estar fora dos mecanismos de produção e do trabalho. Toda a ética de uma cidade moral expiava suas culpas para dentro dos muros do Internamento. Mas é só com sua transformação em casa de asilo, por Pinel e Tuke, que a cultura ocidental apostou em uma culpabilização do louco com o fito de aliená-lo ao processo civilizatório.

Erro, Ilusão, Loucura (São Paulo: Editora 34, 2004) e *Presença e campo transcendental: consciência e negatividade na filosofia de Bergson* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989). (Nota da IHU On-Line)

Que, no subjuntivo, esta apolínea aposta da cultura ocidental seja bem sucedida ou não, em nossa globalizada sociedade pós-moderna, é uma questão que deixo em aberto para o leitor. Mas se ela o está, devo responder de modo lacedemônico à sua pergunta: quem tomou o lugar dos loucos, hoje, são os indivíduos de imaginação criativa, livres em seu pensamento; os desempregados que não estão em busca de um emprego, uma alienação; as pessoas mais felizes...

IHU On-Line - Em que aspectos a loucura pode ser considerada uma exclusão social, um estigma?

Augusto Bach - Permita-me fazer uma citação do primeiro prefácio à *História "de cor"*. Você sabe que a memória não é algo confiável, mas vá lá: "No meio do mundo moderno... linguagem comum não há mais... O homem não se comunica mais com o louco senão através da universalidade abstrata da doença mental..." Ora, dizer que há uma universalidade, ainda que abstrata ou conceitual, é dizer que todos hoje estamos no mesmo barco. Sóbrios ou insanos, tanto faz. Em outras palavras, desaparecimento completo no horizonte de nossa cultura da *Stultifera Navis* do fim da Idade Média e início do Renascimento. Mas para falar com o estigma dos poetas delirantes de Foucault: âncora? Vela? Qual te leva? Qual te prende? São questões que não sabemos mais responder porque nós não mais as colocamos.

Sob esse aspecto, não há mais estigmatização da loucura, tal como existia nos séculos XVI e XVII, mas apenas alienação dela na linguagem abstrata da razão. Última etapa de um processo que a condenou ao desaparecimento completo. Processo sem o qual, digase de passagem, seria impossível governar os vivos desde a morte política de Deus com Maquiavel⁷ ou desde Sua morte epistemológica com Kant. Seria preciso levantarmos a questão de que lado nos encontramos nesse processo civilizatório...

⁷ Nicolau Maquiavel (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano do Renascimento. É reconhecido como fundador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. (Nota da IHU On-Line)

O monólogo da razão sobre a loucura

Recuperando ideias de Foucault, a psicóloga Andrea Scisleski argumenta que apenas a razão é "autorizada" a falar sobre a loucura e, quando esta quer se pronunciar, é calada. Os manicômios surgem para "defender" a sociedade dos loucos

POR MÁRCIA JUNGES

Criados para "defender" a sociedade. Essa é a tese de Michel Foucault no curso *Em defesa da sociedade*, referindo-se ao surgimento dos manicômios. De acordo com a psicóloga Andrea Scisleski, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, essas instituições pretendiam defender a sociedade, e não os "loucos". A pesquisadora argumenta que "a construção da loucura como patologia é algo da ordem de uma produção da razão, mas de uma razão que, ao classificar e categorizar, exclui inicialmente pelas práticas de confinamento e internação, e depois pela estigmatização que produz enquanto efeito". Scisleski fala, ainda, sobre o "monólogo" da razão sobre a loucura, ponderando que apenas a razão é autorizada a falar sobre a loucura. Quando há o movimento inverso, ocorre um silenciamento. De certa forma, considera, no Ocidente todas as pessoas passam por instituições para serem civilizadas, socializadas: é o caso da escola, do trabalho, da família. Quem disto desse modelo, pode ser internado em instituições para os desviantes, como prisões, escolas especiais, manicômios/hospitais psiquiátricos, fazendas terapêuticas. Outro tema explorado por Scisleski é a relação entre o surgimento da antipsiquiatria e a obra de Michel Foucault, que guardam conexões.

Andrea Scisleski é graduada em Psicologia pelo Instituto de Psicologia, mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS com a dissertação *Entre se quiser, saia se puder: o percurso dos jovens pelas redes sociais e a internação psiquiátrica*. É doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS com a tese *Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e a justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei*. É uma das organizadoras da obra *Psicologia, Formação, Políticas e Produção em Saúde* (Porto Alegre: Edipucrs, 2010). Atualmente, leciona no Departamento de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, no câmpus Santiago. Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que descobriu através de sua dissertação sobre "entrar se quiser, sair se puder" a respeito dos jovens que percorrem instituições psiquiátricas?

Andrea Scisleski - Foi um processo de pesquisa muito interessante porque a grande questão para mim foi o atravessamento das práticas institucionais e o perfil da população estudada. Primeiramente, é necessário contextualizar

que se tratou de uma investigação que se deu no Hospital Psiquiátrico São Pedro - HPSP, em Porto Alegre, numa unidade de internação para crianças e adolescentes. É importante destacar o comprometimento dos profissionais que atuam naquela unidade, todos muito implicados com os jovens que atendiam. No entanto, o outro fator de destaque, como tinha dito antes, referia-se ao perfil da população, no

caso, a grande maioria dos adolescentes internava pela dependência química, especialmente pelo uso do crack, e menos pelas “psicoses”, como a esquizofrenia, por exemplo. Além disso, destaco que muitos desses jovens internavam de um modo muito peculiar: por ordem judicial; ou seja, pelo atravessamento do judiciário. Outro aspecto relevante que caracteriza essa população de um modo geral é que muitos desses jovens usuários do HPSP também tinham passagem pela Fundação de Atendimento Socioeducativo - Fase justamente em função do uso da droga, pois muitos deles, sem dinheiro para comprar a droga da qual dependiam, também atuavam no tráfico ou cometiam alguns delitos para poder sustentar o vício. Além disso, a prática corriqueira da internação por ordem judicial fazia gerar, frequentemente, problemas maiores dentro da instituição. Como exemplo, a superlotação e a própria ideia de atendimento também se tornava complicada, já que muitas vezes os jovens estavam ali apenas para o cumprimento da ordem judicial e para fazer a desintoxicação. Mas depois da alta, o que acontecia é que os jovens retornavam à realidade do seu contexto: voltam para suas comunidades, onde muitos já estão envolvidos com o tráfico de drogas.

Precariedade

A conclusão do estudo apontou para a precária rede de serviços substitutivos à internação psiquiátrica, especialmente em Porto Alegre, onde há defasagem do número de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, por exemplo, em relação à população e, principalmente, há necessidade de um trabalho de articulação em rede. E no que se refere ao perfil dos jovens, cabe dizer que se trata de uma população previamente excluída de outras instâncias sociais, já que esses jovens não estudam ou possuem um nível de escolaridade bem abaixo do que condiz sua faixa etária, vivem em situação de abandono social, sendo que alguns deles têm passagem por abrigos e possuem vínculos frágeis com suas famílias, e vivem em uma situação econômica também bastante precária. Desse modo, o caminho do tráfico se

torna uma opção, já que é não apenas uma fonte de renda, mas de “socialização”.

IHU On-Line - O que significou a institucionalização da loucura, ou seja, a criação de instituições totais para confinamento dos “desviantes”?

Andrea Scisleski - Há um curso muito interessante que Michel Foucault proferiu no Collège de France em meados da década de 1970, chamado *Em defesa da sociedade*. Ali ele desenvolve a tese de que as instituições são criadas para defender uma determinada norma social. Ou seja, se criamos os manicômios, foi para defender a sociedade, e não os “loucos”. Então, a institucionalização da loucura se dá nessa via, muito mais para

“Levando em conta esse contexto, sim, há um vínculo desse trabalho de Foucault com o movimento da Reforma Psiquiátrica, mas não apenas ele”

proteger os “cidadãos de bem” do que para cuidar dos doentes mentais. Você também utiliza o termo “instituições totais”. É importante dizer que Erving Goffman¹, inventor dessa expressão, fez uma análise de algumas instituições totais, entre elas o próprio manicômio, e identificou que muitas vezes os pacientes que vão parar em instituições como essas têm como motivadores da internação outros fatores que não necessariamente

¹ Erving Goffman (1922-1982): sociólogo americano da chamada Escola de Chicago, cujas teorias se inspiravam no interacionismo simbólico. Autor de *Manicômios, prisões e conventos* (5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996). O antropólogo Édison Luis Gastaldo apresentou o livro *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano* (Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004), por ele organizado, no evento Sala de Leitura, promovido pelo IHU, em 17-08-2004. Sobre o evento, publicamos um artigo de Gastaldo na 111ª edição da IHU On-Line, de 16-08-2004, disponível em <http://bit.ly/hfM5sT>. (Nota da IHU On-Line)

possuem relação com a doença mental propriamente dita. Um exemplo disso é que uma família pode estar convivendo com aquele paciente já há muito tempo mesmo que ele esteja doente. No entanto, a partir do momento que ele se torna um incômodo é que essa família vai procurar interná-lo. Ainda sobre esse tema, tempos atrás, no que se refere às internações psiquiátricas no HPSP, desenvolvi junto da professora Rosane Neves da Silva (PPG Psicologia Social/UFRGS) e outros pesquisadores uma investigação que analisou, no período de 1884 a 1930, prontuários do referido hospital, na qual pudemos observar a diversidade de motivos e dos disparadores que levavam crianças à internação, muitas vezes sem uma relação direta com o que estava, naquela época, sendo “ensaiado” como diagnóstico de doenças mentais.

IHU On-Line - A partir do século XIX, a loucura é equiparada a doença mental e deveria ser tratada. Como a loucura é compreendida em nossos dias?

Andrea Scisleski - Aqui você abre para um campo bastante complexo, que extrapolaria a ideia de loucura como doença mental, pois ela também diz respeito a uma polissemia que extravasa o saber científico, já que é uma expressão usual também no cotidiano com diversos sentidos. Entretanto, vou tentar simplificar e colocá-la, aqui, de uma forma bastante reduzida, apenas no sentido restrito de doença mental. Se tomarmos a loucura como sinônimo de doença mental, veremos que hoje ela tenta ser ainda mais reduzida a um tipo de desvio que deve ser controlado e, quando possível, evitado.

IHU On-Line - História da loucura abrange o tema até o século XIX, e o movimento de antipsiquiatria surge nos anos 1960. Assim, há um vínculo específico entre o pensamento de Foucault e esse movimento?

Andrea Scisleski - A década de 1960 é um marco histórico-cultural enquanto crítica aos efeitos do saber da ciência - não é à toa que é nela que ocorre o movimento de Maio de '68. Também ressalto que o livro-tese de Foucault, *História da loucura na idade clássica*, foi publicado na década de 1960. Isto

é, foi um período marcado pela crítica à razão e ao saber da ciência positivista, principalmente pelos seus efeitos. Cabe ressaltar também que a geração que viveu a infância no período na II Guerra Mundial tornava-se adulta nesse momento, passando então a expressar movimentos sociais que questionavam o saber de uma ciência mais tradicional, reflexo da própria experiência que viveram. Então, levando em conta esse contexto, sim, há um vínculo desse trabalho de Foucault com o movimento da Reforma Psiquiátrica, mas não apenas ele. O próprio Goffman também publicou a primeira edição de *Manicômios, prisões e conventos* (5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1996). na década de 1960. Entendo que esse foi um grande contexto para os questionamentos do saber científico, dentre os quais Foucault é um dos grandes pensadores críticos dessa época, juntamente com outros.

IHU On-Line - Em que sentido *História da loucura* questiona os conceitos de normalidade e doença? É possível falar num outro ponto de vista a partir do corpus teórico dessa obra?

Andrea Scisleski - Prefiro responder a esta questão através de alguns exemplos. Participo de uma pesquisa em uma Estratégia de Saúde da Família que ocorre no interior do nosso estado. Lá, a equipe trouxe uma situação de um menino que tem o diagnóstico de hiperatividade e que esse menino, quando tem que jogar futebol, pede para mãe não lhe dar o remédio, pois ele joga melhor quando não o toma. Trago esse exemplo porque acho que ele ilustra bem essa relação de “saúde/doença”, pois põe em questão esses conceitos, exatamente em uma perspectiva foucaultiana. Acredito que a problematização que Foucault traz no livro é muito mais sobre os critérios da razão do que a loucura propriamente dita. Primeiramente, a construção da loucura como patologia é algo da ordem de uma produção da razão, mas de uma razão que, ao classificar e categorizar, exclui inicialmente pelas práticas de confinamento e internação, e depois pela estigmatização que produz enquanto efeito. Outro exemplo que posso te trazer,

também ocorrido no mesmo município - mas certamente não exclusivo deste -, diz respeito às pessoas não gostarem de ter em seus bairros o CAPS, dizendo que é uma instituição que desvaloriza o bairro, diferentemente de um shopping center. Essas colocações são interessantes porque revelam modos de subjetivação que apontam para uma outra forma de “internação”, que diz respeito ao deslocamento “subjetivo” e social, para territórios subjetivos que os usuários dos CAPS, por exemplo, habitam, mas também para o território discriminador que a grande maioria da população também vive. Isso produz uma forma de habitar não apenas geograficamente a cidade, mas também esse espaço subjetivo. Compramos casas pertos de referências comerciais, educacionais, etc., mas não perto de presídios, hospitais psiquiátricos, CAPS, etc. Por quê? O que esses lugares expressam é também a forma como a sociedade enxerga e trata, nesse isolamento, seus usuários, sem falar na noção de “perigo” que eles representam.

IHU On-Line - De que forma podemos compreender a afirmação de Foucault que a psiquiatria é um monólogo da razão sobre a loucura?

Andrea Scisleski - Essa questão se conecta com o que estava colocando antes. A ideia desse “monólogo” é bastante clara, já que apenas a razão fala sobre a loucura e, quando esta tenta “falar” sobre a razão, é calada. No entanto, acho que, ao mesmo tempo, a loucura sempre escapa à razão, que forja cada vez mais manuais, CIDs-10², DSMs³, em busca de aprimorar seus critérios classificatórios, mas algo sempre não se enquadra exatamente ali. Isso que não se enquadra, foge, escapa, e a razão, no seu esforço, não captura totalmente.

IHU On-Line - De que modo o discurso de sanidade e loucura atual é exemplificador da sociedade fragmentária em que vivemos? Essa sociedade se transformou numa “instituição total

² Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. (Nota da IHU On-Line)

³ Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais. (Nota da IHU On-Line)

aberta”?

Andrea Scisleski - Primeiramente é preciso dizer que o conceito de Instituição total é criado por Erving Goffman para se referir a um conjunto de instituições fechadas que apresentam características comuns como o isolamento e apartamento da vida social, divisão entre equipe dirigente e grupo de dirigidos, relação assimétrica de poder, etc. Contudo, Guilhon de Albuquerque desenvolveu uma crítica importante a esse conceito, alegando que vários tipos de instituições podem ser pensadas como totalitárias. Um exemplo que ele mesmo coloca em sua crítica seria o de um navio cruzado, ao problematizar que essa embarcação seria um tipo de “instituição total”, se utilizarmos os critérios de Goffman. Dentro dessa perspectiva de Albuquerque, o conceito de instituição total perde a sua força, pois é banalizado. Portanto, concordando com Albuquerque, eu diria que a sociedade não se transformou numa “instituição total aberta”, mas que a sociedade normatiza e normaliza pessoas pela inserção da população em instituições, ou melhor, em organizações. Com isso quero colocar que todos para se tornarem seres “civilizados”, ao menos na realidade ocidental, devem passar por uma socialização institucionalizada: devemos estudar (escola), trabalhar (empresas, fábricas, etc.), casar (família), etc. E para aqueles que não se adequam a esse tipo de socialização, há ainda outras para esses desviantes: prisões, escolas especiais, manicômios/hospitais psiquiátricos, fazendas terapêuticas, etc.

A fragmentação que você se refere, a meu ver, é fruto da própria organização baseada na lógica racional, não exclusiva apenas dos dias de hoje. Obviamente que, hoje, o cenário social que vivemos é um pouco diferente do que no passado. Talvez as práticas e os espaços sociais que temos agora sejam mais ainda fragmentários que antes. Mas eles são uma espécie de “continuidade/descontinuidade” desse momento anterior; são efeitos de uma lógica racional que fragmenta e exclui, colocando vidas em diferentes valores e escalas de classificação.

IHU On-Line - Philippe Pinel alterou significativamente a noção de loucura ao anexá-la à razão. Como compreender, nesse sentido, o louco que comete crimes?

Andrea Scisleski - Sem dúvida Pinel alterou algumas formas de lidar com os loucos, mas isso também se deu dentro de um contexto em que a razão passou, a partir desse momento, a esboçar o entendimento da loucura como doença mental e não apenas como disparates da paixão - para além da dimensão da irracionalidade, já que a doença precisa ser "tratada". É daí que nasce a ideia de "tratamento moral", o que também acarretou práticas bastante desumanas, como os banhos surpresas dados ao louco e a própria ideia de confinamento, uma vez que, nessa perspectiva, bastava o doente mental estar dentro de um hospital psiquiátrico para que ele estivesse sendo tratado automaticamente - o manicômio como um espaço terapêutico. Isso é uma coisa.

À margem da margem

Outra coisa é a questão do louco como delinquente, como criminoso, como perigoso. A prática do crime por um doente mental é uma questão interessantíssima e que perturba a razão e as nossas lógicas classificatórias. Não há como não comentar do livro de Foucault, chamado *Eu, Pierre Riviere, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Neste livro, ele discute o caso, que trata exatamente disso, de um criminoso e que todos tentavam o diagnosticar também como doente mental, mas o olhar de Foucault está muito mais no enfoque dos pareceres dos psiquiatras e dos juizes na época, do que a do próprio Pierre. O livro consta com alguns desses pareceres e no final, diante dos pareceres, não há um consenso sobre se Pierre seria ou não também doente mental. Deixo essa recomendação de leitura. De qualquer forma, se pensarmos a sobreposição da loucura com o crime, estaremos falando de uma "categoria de vida" que é excluída duplamente, pelo crime e pela doença mental, e que tem em comum o fato de estar na marginalidade, e neste caso, estar à margem da margem.

A fabricação da anormalidade

Há uma relação muito próxima entre normalidade e loucura, aponta o filósofo Celso Kraemer. A fim de sustentar o referente "normalidade", é preciso fabricar seu oposto. Produção da verdade acerca da loucura é o objeto da obra de Foucault

POR MÁRCIA JUNGES

“Talvez a loucura seja um tipo especial de normalidade”, e ambas estão imbricadas, amarradas, “uma brota e se alimenta da outra”. A reflexão é do filósofo Celso Kraemer, na entrevista que concedeu, por e-mail, à **IHU On-Line**. Segundo ele, a sociedade moderna “constitui-se a partir de padrões de normalidade e de processos políticos e educacionais de normalização. Dessa forma, para sustentar o referente da normalidade, nós precisamos fabricar a anormalidade, os intoleráveis em cada momento histórico, para servir de mecanismo regulador para nossos exercícios de poder”. Ao contrário de antigamente, hoje se internam menos pessoas em instituições psiquiátricas, mas cresce a medicalização em todas as faixas etárias. É algo alarmante, pondera. Sobre *História da loucura*, o pesquisador afirma que a obra é uma provocação a “pensarmos, seriamente, acerca do que são, para nós, a razão, a verdade, a lucidez”. O objeto do livro, em si, não é a loucura, mas “quer compreender como os homens, vivendo em sociedades complexas, produzem, não a loucura, mas a verdade acerca da loucura”.

Celso Kraemer é professor da Universidade Regional de Blumenau, no departamento de Filosofia e no programa de pós-graduação em Educação. É graduado em Filosofia e mestre em educação pela Fundação Educacional de Brusque. Doutorou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP com a tese *A liberdade em Michel Foucault. É um dos autores de Temas e Teorias da Filosofia* (Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009). Confira a entrevista.

IHU On-Line - História da loucura continua um livro atual? Por quê?

Celso Kraemer - Muito me honra conversar acerca de um autor que, mesmo já falecido há 27 anos, me é tão querido. Também me agrada falar um pouquinho acerca de seu primeiro trabalho, de grande notoriedade e repercussão, inicialmente chamado *Folie et déraison - Histoire de la folie à l'âge classique*, ou seja, *Loucura e desrazão: história da loucura na Idade Clássica*, hoje conhecido como *História da loucura*. Esse trabalho foi produzido por Foucault como tese para seu doutoramento. Junto

à tese principal os doutorandos têm que apresentar uma segunda tese, de menor envergadura, sobre um outro tema. Essa tese menor de Foucault versou sobre um estudo acerca da relação entre a Filosofia Crítica de Immanuel Kant¹, confrontada com

¹ Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo, indiscutivelmente um dos seus pensadores mais influentes da Filosofia. Kant teve um grande impacto no Romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, tendo esta faceta idealista sido um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existe.

textos como a *Lógica* e a *Antropologia* de Kant, seguida de uma tradução, do alemão para o francês, do texto integral do livro de Kant, *Antropologia em Sentido Pragmático*. Esta tese complementar só foi publicada em francês agora, em 2008. Em português ela só sairá publicada agora em 2011. Estudei demoradamente tanto a tese principal, *História da loucura*, quanto a tese complementar sobre a relação da *Antropologia* com a *Crítica*. Percebi que ambos os textos estão internamente relacionados. Mas a relação não é quanto ao objeto tratado, mas ao método filosófico-epistemológico. Percebi que o estudo sobre a *Crítica* kantiana serviu de fundamento metodológico para a maneira como Foucault pesquisou e escreveu a tese principal. Chamo a atenção sobre o fato de que dois textos escritos pelo mesmo autor, na mesma época, receberam destinos tão diferentes. Enquanto um se tornou mundialmente conhecido, usado para várias bandeiras e movimentos na sociedade contemporânea, o outro permanece extremamente desconhecido, até mesmo entre um grande número de leitores e pesquisadores de Michel Foucault.

A verdade sobre a loucura

Queria chamar a atenção também ao fato de Foucault não ser um leigo na área da saúde e da psicologia. Ele fez, além da faculdade de Filosofia, a graduação na faculdade de Psicologia. Também fez sua formação para exercer o ofício de psicólogo. Também trabalhou na ala psiquiátrica de internados no hospital, na qualidade de voluntário, bem antes de escrever *História da loucura*. Ele estava interessado no

tira em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A IHU On-Line número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://migre.me/uNrH>. Também sobre Kant foi publicado este ano o *Cadernos IHU em formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://migre.me/uNrU>. (Nota da IHU On-Line)

tema, queria ver de perto essa área do conhecimento que desperta tanto interesse e poder. Além disso, seu primeiro trabalho a ser publicado, em 1954, é um livro que chama *Doença Mental e Personalidade*. Em 1962 ele reedita esse mesmo livro, com algumas alterações, e lhe dá um novo título.

Essa mudança de título e de teor, de personalidade para psicologia, é importante para compreendermos *História da loucura*. Muita gente acredita que Foucault, nesse livro, estava interessado em

“A loucura significa
para nós, em termos
econômicos, um
custo, uma despesa,
gasto, improdutividade
e, em termos
sociológicos, um fardo.
Já a pobreza é
produtiva, fonte de mão
de obra barata, fácil de
ser treinada para o
trabalho, fácil de ser
usada e manipulada”

contar a verdadeira história da loucura, interessado em conhecer a verdade sobre a loucura. Reside aí um engano. O objeto do livro não é a loucura. O livro quer compreender como os homens, vivendo em sociedades complexas, produzem não a loucura, mas a verdade acerca da loucura. Foucault está interessado em conhecer as diferentes maneiras com que os homens construíram a verdade da loucura, quais foram as práticas sociais que engendraram tais verdades e de que maneira os homens, em diferentes momentos históricos, se relacionaram não com a loucura em si, mas com o modo como representaram a loucura para si mesmos.

Nesse sentido, o livro de Foucault é um trabalho crítico sobre a relação do homem com a sua loucura e a sua própria verdade acerca dessa loucura. Nesse trabalho já se pode perceber nitidamente os traços do procedimento arqueológico e genealógico de Foucault.

Instituições de sequestro

A atualidade do texto é inquestionável. Sua leitura, em primeiro lugar, é um mergulho profundo na história da relação, ainda tão atual, que mantemos cotidianamente com nossa loucura. Em segundo lugar é um mergulho sistemático com a história de nossas instituições, ainda tão atuais, como os hospitais, os asilos, os manicômios, etc., que, 15 anos mais tarde, em *Vigiar e Punir* Foucault irá chamar de *instituições de sequestro*. O livro é, também, uma excelente viagem no universo da história da psiquiatria. Ele mostra que muitas das crenças da objetividade, universalidade, neutralidade dessa área do saber estão fundados sobre crenças morais, princípios políticos, interesses econômicos, em nível muito mais profundo do que nossa ingenuidade positivista gostaria de admitir. Além disso, o livro é uma provocante reflexão acerca de nossa condição de homens da Modernidade, sempre tão crentes em nossa *natural* superioridade. O livro nos provoca a pensarmos seriamente acerca do que são, para nós, a razão, a verdade, a lucidez.

IHU On-Line - Tendo em vista *História da loucura*, quais são os nexos de proximidade em Foucault e Paulo Freire², pensando na questão dos ex-

² Paulo Freire (1921-1997): educador brasileiro. Como diretor do Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Recife, obteve sucesso em programas de alfabetização, depois adotados pelo governo federal (1963). Esteve exilado entre 1964 e 1971 e fundou o Instituto de Ação Cultural em Genebra, Suíça. Foi também professor da Unicamp (1979) e secretário de Educação da prefeitura de São Paulo (1989-1993). No II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, do dia 30-09-2004, o professor Dr. Danilo Streck, do PPG em Educação da Unisinos, apresentou o livro *A Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire. Sobre a obra, publicamos um artigo de autoria do professor Danilo na 117ª edição, de 27-09-2004. Confira, ainda, a edição 223 da revista IHU On-Line, de 11-06-2007, inti-

cluídos e oprimidos?

Celso Kraemer - O livro de Foucault não tem como foco o problema da pobreza e da exclusão. Conforme já apontado, seu foco é relativo à história, mais precisamente, a maneira como o homem, ao longo da história, é produtor da verdade e das normalidades sociais, políticas, morais, econômicas. O livro de Foucault é um trabalho extremamente crítico. Quando se refere aos pobres, seu interesse é diferente do interesse de Paulo Freire. Freire está interessado em identificar, a partir do método crítico do marxismo, a condição histórica e sociológica da produção da pobreza e do estatuto ontológico e antropológico do pobre em nossas sociedades capitalistas. Foucault quer entender de que maneira os pobres despertaram interesse na sociedade, o modo como foram, por um certo tempo, associados, iguais ao estatuto dos loucos, no século XVII, e por quais razões, depois, foram novamente separados, diferenciados dos loucos. Quer saber o que esse movimento com relação aos pobres, vagabundos, esfarapados, portadores de doença venérea, etc., pode revelar sobre o modo como se produziu a verdade sobre a loucura, de que modo esse movimento pode estar ou não associado ao surgimento da psiquiatria como área de ciência e a criação da noção de doença mental.

O tema dos excluídos e dos oprimidos tem sentido diferente entre esses autores, quando se toma o teor do livro *A história da loucura*. Isso não quer dizer que ambos não se aproximem mais quando se toma o texto de *Vigiar e Punir* e se o compara com *Pedagogia do oprimido*, de Freire. Nesse caso, ao que meus estudos apontam até esse momento, pode-se encontrar alguns nexos, em conceitos como disciplina, por exemplo, que ainda não estava constituído por Foucault em 1961, também o conceito de resistência, de maquinaria escolar, etc. Esses conceitos encontram proximidades com conceitos como educação bancária, docilidade, alienação, etc., em Freire.

IHU On-Line - Há uma crítica reiterada que aponta os pobres como “portadores” da loucura, enquanto que

titulada Paulo Freire. *Pedagogo da esperança*, disponível para download em <http://migre.me/2peDT>. (Nota da IHU On-Line)

os ricos acometidos por algum sintoma de doença mental são taxados como excêntricos, por exemplo. Há um nexo que une loucura e pobreza enquanto estigmas socialmente definidos e pré-estabelecidos?

Celso Kraemer - Creio que, em nossa sociedade, estão completamente diferenciados os conceitos de pobreza e de loucura. A loucura significa para nós, em termos econômicos, um custo, uma despesa, gasto, improdutividade e, em termos sociológicos, um fardo. Já a pobreza é produtiva, fonte de mão de obra barata, fácil de ser treinada para o trabalho, fácil de ser usada e manipulada. Já para os pesquisadores de psicologia ou, principalmente, de psiquiatria, a loucura é fonte rica de investigação, produção do verdadeiro, enquanto a pobreza, por si

“O livro de Foucault é um trabalho crítico sobre a relação do homem com a sua loucura e a sua própria verdade acerca dessa loucura”

mesma, enquanto fenômeno social, não desperta tanto interesse. Já com os sociólogos se passa o contrário. A única ligação que eu poderia ver entre pobreza e loucura, em nossas modernas sociedades, é o fato de ambos serem indesejados. Além disso, o destino de alguém tido como louco, sendo pobre, sofre uma dupla exclusão, enquanto que, se for louco, pode até gozar de algum privilégio.

IHU On-Line - A normalidade é um tipo especial de loucura? Por quê?

Celso Kraemer - Talvez a loucura seja um tipo especial de normalidade. É difícil estabelecer um referente neutro a partir do qual se possa avaliar o outro termo. Mas seguramente, disso não tenho dúvida, normalidade e loucura estão internamente amarrados um ao ou-

tro, um brota e se alimenta do outro.

IHU On-Line - Em que medida a transgressão, a fuga aos padrões comportamentais era compreendida e apontada como loucura? Esse quadro perdura hoje?

Celso Kraemer - No século XVII, na Europa, a transgressão, a fuga a certos padrões, como a dilapidação dos bens da família, foi, por longo tempo, motivo para internamento, exclusão social, junto com outros fenômenos de delírio, *desrazão*. Com o avanço das pesquisas, essa conduta de internação, mas também, e principalmente, por razões de ordem econômica e política, essa tendência de internação havia recuado significativamente. O que nós estamos vivendo, experienciando, é um fenômeno bastante novo. Não se interna mais, não se faz propriamente clínica. Ao contrário, medica-se. A medicalização (entupir de remédios) da infância, da adolescência, da juventude, de pessoas adultas, é algo assustador. No Brasil, os índices de pessoas ingerindo medicação com princípios psicoativos, com ou sem receita médica, é alarmante. Por outro lado, o número de médicos, muito longe da especialidade da psiquiatria, que receita esse tipo de medicação, também é alarmante. Valeria a pena tentarmos entender, em termos antropológicos, mas também políticos e econômicos, esse acontecimento em que estamos metidos.

IHU On-Line - Até que ponto nossa sociedade continua fabricando a loucura e outras formas de exclusão?

Celso Kraemer - Conforme já mencionado, a sociedade moderna, na qual nós vivemos, constitui-se a partir de padrões de normalidade e de processos políticos e educacionais de normalização. Dessa forma, para sustentar o referente da normalidade, nós precisamos fabricar a anormalidade, os intoleráveis em cada momento histórico, para servir de mecanismo regulador para nossos exercícios de poder. Assim, o importante não é perguntar se produzimos exclusões, mas buscar saber quais são os mecanismos de exclusão que regulam nossa normalidade nesse momento.

A loucura como mecanismo de exclusão

Em termos filosóficos e políticos, a doença mental continua sendo um mecanismo segregatório, vinculada a uma norma “faminta e incansável”, que atinge inclusive níveis microscópicos. Atualidade da obra de Foucault é imensa após os quase trinta anos de sua morte, avalia Alfredo Veiga-Neto

POR MÁRCIA JUNGES

Uma atualidade indiscutível. É o que o filósofo Alfredo Veiga-Neto aponta a respeito do pensamento foucaultiano: “mais do que nunca, Michel Foucault parece estar presente e falar sobre o nosso presente, mesmo quase três décadas depois de sua morte”. Segundo o pesquisador, na entrevista que concedeu por e-mail à **IHU On-Line**, “os usos da loucura fazem parte da imensa e variada rede de poderes que se exercem numa população; tais usos tornaram-se ainda mais notáveis à medida que cresceram e se firmaram os Estados, na Modernidade”. Ele esclarece que “não apenas filosoficamente, mas também, sobretudo politicamente, a doença mental continua participando fortemente dos mecanismos de exclusão. Costumo dizer que a norma é faminta e incansável. Com essas duas palavras refiro-me ao fato de que sempre e continuamente estão sendo criados/inventados novos critérios para classificar e enquadrar as pessoas”. Essa norma, continua Veiga-Neto, “não apenas alcança todos como também ela desce aos níveis mais microscópicos, particulares e ínfimos de uma população”.

Alfredo Veiga-Neto é graduado em Música e História Natural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. cursou mestrado em Genética e Biologia Molecular e doutorado em Educação pela mesma instituição, com a tese *A ordem das disciplinas*. É professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e professor titular (aposentado) do Departamento de Ensino e Currículo, Faculdade de Educação da UFRGS. É também professor no curso de graduação em Gestão Cultural da Unisinos. De sua produção intelectual, destacamos as seguintes obras, por ele organizadas: *Crítica pos-estruturalista y educación* (Barcelona: Laertes, 1997) e *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas*

IHU On-Line - Qual é a atualidade de *História da loucura*?

Alfredo Veiga-Neto - A resposta a esta pergunta deve se colocar no marco mais amplo que pode ser resumida na expressão “a atualidade de Foucault”. Assiste-se hoje, mundo afora, um verdadeiro *revival* do pensamento foucaultiano. Principalmente na Europa e nas Américas é impressionante a quantidade de publicações no campo que se costuma denominar “Estudos Foucaultianos”. Ora são as republicações das suas obras, ora é a publicação dos cursos que Foucault ministrou no Collège de France, ora são artigos e livros em que especialistas das mais diferentes áreas discutem o pensamento do filósofo. O fato é que, mais do que nunca,

Michel Foucault parece estar presente e falar sobre o nosso presente, mesmo quase três décadas depois de sua morte. Mais do que nunca, ele interessa à Literatura, à Filosofia, à Medicina, à Psicologia, à Educação, à História, à Ciência Política, ao Direito.

Assim, a *História da loucura* é não apenas uma obra fundamental que modificou o entendimento contemporâneo sobre os loucos e sobre a loucura como também ela continua importante para uma compreensão refinada do mundo de hoje. Além disso, cada vez fica mais claro que, nessa que foi a primeira grande obra escrita por Foucault, já estavam presentes aqueles que viriam ser os três domínios nos quais centrou suas investigações: o ser-poder, o ser-saber e o ser-

consigo, ou seja, os modos pelos quais os sujeitos são constituídos pelos saberes, pelos poderes (disciplinares, normativos etc.) e pelas ações que cada indivíduo pratica consigo mesmo.

IHU On-Line - Há influências dessa obra no movimento da antipsiquiatria?

Alfredo Veiga-Neto - *História da loucura* e, depois, *O nascimento da clínica* foram livros que, certamente, contribuiriam muito para mudar os entendimentos sobre a loucura e, num sentido mais amplo, os saberes que tratam da assim chamada área *psi*. Desse modo, o movimento da antipsiquiatria foi, em boa parte, alimentado por esses novos entendimentos.

IHU On-Line - Em que aspectos a loucura é controlada pelo biopoder?

Alfredo Veiga-Neto - Mesmo que o conceito de biopoder não tivesse sido formulado quando Foucault escreveu *História da loucura* - e, por isso, essa palavra não conste naquele livro -, não há dúvida de que a ideia de um poder que se exerce sobre todos (e sobre cada um individualmente, como parte desse todo) já está ali claramente presente. Os usos da loucura fazem parte da imensa e variada rede de poderes que se exercem numa população; tais usos tornaram-se ainda mais notáveis à medida que cresceram e se firmaram os Estados, na Modernidade. Assim, as biopolíticas - esse conjunto de ações, estratégias e táticas que colocam o biopoder em funcionamento - invariavelmente passam pelos entendimentos e representações que se têm sobre os loucos, a loucura, a doença mental.

IHU On-Line - A normalidade é um tipo especial de loucura?

Alfredo Veiga-Neto - Não entendo assim. A norma, uma invenção da própria Modernidade, segue um critério arbitrário; tal critério é retirado (ou inventado a partir) do próprio conjunto ao qual a norma se refere. O resultado disso é que a norma começa por dividir o todo (uma população, por exemplo) entre dois grupos principais: os normais e os anormais.

Por isso, é importante termos em mente que mesmo os anormais estão na norma, são previstos pela norma, são um caso da norma. De acordo, por exemplo, com o critério “doença mental”, uma população passa a ser dividida em sãos e doentes (mentais); se quisermos, passa a ser dividida em normais e anormais (loucos). É assim que opera a norma: distribuindo, classificando, separando etc.

IHU On-Line - Em que medida a transgressão, a fuga aos padrões comportamentais, era compreendida e apontada como loucura? Esse quadro perdura hoje?

Alfredo Veiga-Neto - Na medida em que a norma passa a ser uma “munição” do âmbito do biopoder, ela é usada para classificar e separar os comportamentos que se afastam daqueles

que são convencionados ou estatuídos como sendo os padrões comportamentais desejáveis num grupo humano, numa população. Quanto menos tais comportamentos se enquandrem em tais padrões tidos como desejáveis, mais os indivíduos que os apresentarem serão classificados como anormais. Lembro mais uma vez: serão anormais, mas estarão sob o domínio da norma, continuarão sob o domínio da norma. É por isso que se pode também compreender a loucura no quadro geral das anormalidades. Em *Doença mental e personalidade* - um livro publicado em 1954, com fortes influências do marxismo e que precedeu em sete anos *História da loucura* -, há uma frase muito interessante: “É a doença (mental) que torna possível o anormal

“O movimento da antipsiquiatria foi, em boa parte, alimentado por esses novos entendimentos”

e o funda”. A loucura tem essa força de instituir a anormalidade.

IHU On-Line - Para Foucault há uma diferença entre loucura e doença mental? Qual seria essa diferença?

Alfredo Veiga-Neto - É muito difícil formular uma resposta simples, curta e correta para essa questão. De saída, é preciso esclarecer que, para Foucault, não é possível pensar num conceito unitário para doença que abarcasse, nessa mesma palavra, tanto o domínio fisiológico quanto o domínio psicológico. Para ele, a coesão e a saúde, no plano orgânico, é diferente da coesão e da saúde, no plano psicológico. Além disso, para o filósofo, o conceito de loucura é estabelecido num jogo assimétrico de poder que se estabelece entre aquele que é (ou se diz...) dono da razão, sobre aqueles que são os desarrazoados. Com isso, Foucault abre a tematização sobre a loucura para muito além de simplesmente dizer que ela é

uma doença; pensada no marco das relações entre saberes e poderes, no marco da norma, do biopoder, da biopolítica e do governo (de si e dos outros), fica mais claro entender *como* e *por que* a loucura, num determinado momento da nossa História, passou a ser compreendida como doença e foi colocada “ao alcance” dos saberes e das práticas médicas.

IHU On-Line - Filosoficamente falando, a doença mental continua sendo um mecanismo de exclusão? Nossa sociedade prossegue fabricando a loucura e construindo naus para trancafiar seus párias? Que naus seriam essas, hoje?

Alfredo Veiga-Neto - Não apenas filosoficamente, mas também, sobretudo politicamente, a doença mental continua participando fortemente dos mecanismos de exclusão. Costumo dizer que a norma é faminta e incansável. Com essas duas palavras refiro-me ao fato de que sempre e continuamente estão sendo criados/inventados novos critérios para classificar e enquadrar as pessoas. E mais: tanto esses novos critérios quanto os mais antigos e conhecidos não cessam de se refinar, de se fazerem mais e mais microscópicos. A norma não apenas alcança todos como também ela desce aos níveis mais microscópicos, particulares e ínfimos de uma população.

Assim, não apenas todos têm de estar ao alcance das novas normas - que nos ajuda a compreender, por exemplo, até mesmo as políticas de inclusão -, mas também há um constante refinamento dos limites classificatórios e normativos que “se abatem” sobre todos nós.

IHU On-Line - Há uma crítica reiterada que aponta os pobres como portadores da loucura, enquanto que os ricos acometidos por algum sintoma de doença mental são taxados como excêntricos, por exemplo. Há um nexo que une loucura e pobreza enquanto estigmas socialmente definidos e pré-estabelecidos?

Alfredo Veiga-Neto - Certamente, sim. Na medida em que são os normais - isso é, aqueles que se consideram normais, que se autodenominam de normais, que são tidos como normais - que criam as

“Não é possível pensar num conceito unitário para doença que abarcasse, nessa mesma palavra, tanto o domínio fisiológico quanto o domínio psicológico”

normas e na medida em que tal criação se dá num processo carregado, impregnado, de relações de poder, é fácil compreender que há uma associação (às vezes bem expressiva) entre ser louco e ser pobre, ser doente e ser pobre. Aí é preciso ler “ser louco” como “ser tido como louco”; da mesma forma, é bom acrescentar sempre (ainda que não expressamente): “ser tido como pobre” etc. Não esqueçamos que, para Foucault, deve-se sempre pensar em termos relacionais, evitando-se pensar numa suposta essência que seria própria ao louco, ao pobre, ao anormal. A rigor, a questão que importa não é perguntar sobre uma suposta essência que seria própria a esse ou àquele; o que importa é a relação que se estabelece entre esse ou aquele e os demais...

O nexa não se dá na forma de uma determinação, pois não se trata de uma associação necessária; trata-se sempre de um nexa contingente. Ele não depende de alguma suposta natureza humana ou biológica, mas depende, sim, de relações (que são de dominação de uns sobre os outros).

LEIA MAIS...

Confira outras entrevistas concedidas por Alfredo Veiga-Neto à IHU On-Line.

* Compreensão e rebeldia sobre nós mesmos. Edição número 203 da revista IHU On-Line, de 6-11-2006, intitulada Michel Foucault. 80 anos, disponível em <http://bit.ly/kD5yNP>;

* Educação e crise são, reciprocamente, causa e consequência uma da outra. Notícias do Dia do sítio do IHU, em 28-01-2008, disponível em <http://bit.ly/l3tqTr>;

* Violência e poder. A violência viola, o poder seduz. Edição 293 da revista IHU On-Line, de 18-05-2009, intitulada O sistema prisional brasileiro, disponível em <http://bit.ly/lsvk1B>.

História da loucura: o retorno sobre um livro e sua recepção

“Foucault procura questionar os limites da doença mental tomando como contraponto os diferentes discursos oficiais mantidos sobre a loucura”, apontam Jean-François Bert e Philippe Artières. O ano de 1968 acelerou as reformas, emancipando a psiquiatria da neurologia

POR JEAN-FRANÇOIS BERT E PHILIPPE ARTIÈRES | TRADUÇÃO LUCIANA CAVALHEIRO

Compreender o surgimento de *História da loucura*, de Michel Foucault, em meio à efervescência dos anos 1960, é o objetivo do artigo de Jean-François Bert e Philippe Artières, enviado à IHU On-Line. De acordo com os autores, é num “quadro geral de reconfiguração da psiquiatria francesa que *História da loucura* vai se estabelecer no início dos anos 1970”. Eles explicam que Foucault “inegavelmente interpretou um papel no desenvolvimento da teoria ‘antipsi’ na França, particularmente por ter mostrado como a resposta do corpo social ao problema da loucura é sempre de ordem política”. A partir de 1968, essa obra foucaultiana passa a ser “vinculada a uma nova forma de sensibilidade social que trata do questionamento do funcionamento geral das instituições de tratamento. Os hospitais psiquiátricos foram atingidos pela onda de contestações de maio de 1968”, complementam.

Jean-François Bert nasceu na França, é sociólogo e leciona na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS. Philippe Artières é historiador, professor do Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS e da EHESS. Juntos, Bert e Artières escreveram *Un succès philosophique. L'Histoire de la folie à l'âge classique de Michel Foucault* (Caen: Imec/PUC, 2011). Confira o artigo.

Se a defesa do doutorado de Foucault em 1961, e sua publicação na Plon sob o título *Folie et raison: Histoire de la folie à l'âge classique* [Loucura e razão: História da loucura na idade clássica] marca o primeiro ato da história da sua “loucura”, como Foucault gostava de chamar, sua retomada em edição de bolso na 10/18 a partir de 1963, em uma versão resumida, constitui o segundo ato. Bem difundido, este segundo livro circula muito junto às ciências humanas e sociais, interessando tanto historiadores como filósofos.

Estes dois momentos da recepção,

uma acadêmica, difícil - é preciso lembrar-se da recepção hostil de uma parte da banca avaliadora -, a outra atenta à proposta foucaultiana, ao mesmo tempo em que se inquieta com algumas destas propostas, que contribuíram para afirmar Foucault como uma figura importante do pensamento contemporâneo dos anos 1960.

O filósofo, inclusive, não estranhou este reconhecimento, importando-se com força e constância em promover a tese através do livro, levando-a lá onde lhe parecia necessário, intervindo em colóquios, publicando artigos, respondendo palavra

por palavra aos seus detratores. (Ver suas respostas a Stone, Steiner ou a France Pelorson.)

Longe de abandonar a tese, Foucault não cessará de defendê-la e de retomá-la em seus trabalhos: *O Nascimento da clínica* era “os restos d’História da loucura”; a pesquisa sobre Roussel, seu apêndice... Enquanto que *As Palavras e as coisas* haviam por um tempo, pelo imenso sucesso conquistado em seu lançamento e a proposta foucaultiana da arqueologia das ciências humanas, desviado a atenção, no início dos anos 1970, a “loucura” retorna como protagonista. Desta vez, sem o conhecimento do seu autor, como ele salientará em seu prefácio da reedição que esta nova onda de leitores necessitará: “Foucault está constituído em teórico francês da antipsiquiatria”.

Um livro resgatado por seus contemporâneos

História da loucura é, a partir desta data, vinculada a uma nova forma de sensibilidade social que trata do questionamento do funcionamento geral das instituições de tratamentos. Os hospitais psiquiátricos foram atingidos pela onda de contestações de maio de 1968. Assembleias gerais, pela primeira vez, encontraram-se em um mesmo lugar, fora do estreito quadro terapêutico, seguidamente nas bibliotecas dos hospitais, se não diretamente os doentes e o técnico de enfermagem, ao menos os médicos chefes e os enfermeiros. Seria falso, todavia, fazer de 1968 um momento de ruptura no *aggiornamento* da psiquiatria francesa. Esta instituição não esperou o final dos anos 1960 para questionar suas práticas e a ilusão, ainda tenaz para alguns profissionais da saúde, de um humanismo terapêutico.

O estabelecimento, no hospital Saint Alban a partir de 1940, da psicoterapia institucional que consiste em uma redefinição profunda das relações entre os doentes, os profissionais da saúde e o mundo exterior, foi seguida de uma primeira acusação da estrutura do hospital psiquiátrico¹. Se, então, este

1 Jean Oury, “Psychiatrie et psychothérapie institutionnelles”. In: *L’Apport freudien: éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse*, sob a direção de Pierre Kaufmann. Paris:

processo se acelera na primeira metade dos anos 1960 com - por exemplo, em 15 de março de 1960 - a instituição, através de uma circular ministerial, da política de “setor” que implica em uma profunda mudança na ordem dos tratamentos, uma vez que a psiquiatria deve doravante ir à frente das necessidades das populações tentando organizar uma resposta terapêutica que leve em conta o ambiente social no qual evolui o doente, estas contestações da psiquiatria vão se seguir bem após os “acontecimentos” de maio.

Até o final dos anos 1970, os antipsiquiatras vão manter a esperança de uma mudança - ao mesmo tempo da própria instituição - mas, também da sociedade no seu todo que é julgada responsável de agravar a condição psi-

“O ano de 1968 acelera este movimento das reformas, uma vez que é quando se institucionaliza a emancipação da psiquiatria da neurologia”

cológica dos indivíduos. Enquanto que o humor esquerdista perde sua influência a partir de 1972, a antipsiquiatria francesa continua a pesar sobre o debate político e social denunciando os internamentos abusivos, as condições de vida desumanas no interior dos centros de tratamento, as consequências, a longo prazo, dos *neurolépticos*, mas também, a partir de 1973-74, a *fliciatricie*, ou como chamava Roger Gentic o *psychoflicage*², que é um dos piores efeitos da lei de 1838 que permite o internamento de pessoas sofrendo de problemas mentais sem passar pelo procedimento da interdição judiciária.

Bordas, 1993. (Nota dos autores)

2 Os dois termos franceses referem-se à internação forçada de um paciente, de uma maneira relacionada ao comportamento policial. (Nota da tradutora)

Os anos são marcados igualmente por uma modernização do ensino em psicologia clínica. Os estudantes de medicina são obrigados a seguir este ensino desde o primeiro ano de seu curso universitário. Até 1966, e segundo as universidades, são entre 25 e 100 horas de psicologia médica que são ensinadas a cada ano e mais de 26 temas que são abordados no momento dos ensinamentos, dentre os quais, a psicoterapia, a farmacopeia ou ainda a relação médico/paciente.

O ano de 1968 acelera este movimento das reformas, uma vez que é quando se institucionaliza a emancipação da psiquiatria da neurologia. Todavia, as recaídas reais sobre a organização e o funcionamento da instituição psiquiátrica não foram as que muitos tinham então esperado: terminou-se a informalidade, o partilhar dos saberes, a solidariedade entre os atendidos e os atendentes. Os grupos de trabalho não estatutário desaparecem e a não comunicação entre os serviços retorna. As críticas contra a instituição se leem. Várias publicações sobre a psiquiatria, suas práticas e sua história aparecem no momento da *História da loucura*. No mesmo ano, J.C. Pagé, hospitalizado em Saint Jean de Dieu, o maior hospital psiquiátrico do Quebec, publica *Les fous crient au secours*³. Este testemunho de uma rara violência conduz, um ano mais tarde, ao estabelecimento, pelo governo do Quebec, de uma Comissão de Estudo dos Hospitais Psiquiátricos⁴. É em 1961, igualmente, que Frantz Fanon publica no Maspéro os *Damnés de la terre*⁵. Ele se mostra, nesta publicação, hiper crítico diante do saber psiquiátrico, lembrando como este pode ser utilizado como instrumento de dominação, mas, sobretudo, como meio de legitimação e de justificação das posições de dominação existentes.

Máquina psiquiátrica russa

Fanon só retomava uma crítica que ele havia expressado dez anos antes em *Le syndrome nord-africain*⁶, arti-

3 *Os loucos gritam por socorro*. (Nota da tradutora)

4 Ver o trabalho desta comissão de Philippe e Edmée Koechlin, *Corridor de sécurité*. Maspéro, 1974. (Nota dos autores)

5 *Os condenados da terra*. (Nota da tradutora)

6 *A síndrome norte-africana*. (Nota da

go que é publicado na revista *Esprit* (1952), na qual ele tenta salientar o caráter assimétrico da relação médico/paciente, mas, sobretudo, a relação saber/poder próprio à psiquiatria que estabelece o diagnóstico e toma a decisão do internamento⁷. Em 1965, Jean Oury, Roger Gentis, Horrace Torrubia e Felix Guattari criam a Sociedade de psicoterapia institucional. Um ano mais tarde, Guattari empreende a publicação da revista *Recherches* cuja edição especial de junho de 1967 intitulada *Programmation, architecture et psychiatrie*⁸, aborda a questão arquitetônica e urbana tentando refletir sobre a instalação dos prédios de tratamento e recepção na cidade.

No mesmo ano, Fernand Oury e Aida Vasquez, nas edições Maspero, publicam *Vers une pédagogie institutionnelle*⁹, livro no qual eles lutam explicitamente contra a multiplicação das instituições *concentracionárias* e *hierárquicas* que estruturam a sociedade contemporânea no seu todo. Em termos de publicação, o ano de 1968 é também importante. Ele abre, em janeiro, com o *Livro branco da psiquiatria*, redigido por um grupo psiquiatras que testemunha sobre uma psiquiatria engajada, decididamente voltada para a atividade de prevenção e de ensino. O que está em jogo em tal livro branco é preparar a psiquiatria para as futuras mudanças estruturais, com o aumento do número de psiquiatras particulares e a chegada de um novo imperativo econômico e ético concernindo o tratamento e o pagamento dos custos dos doentes. 1968 encerra-se

tradutora)

7 No mesmo ano, a revista *Esprit* publica uma edição especial intitulada *Misère de la psychiatrie*, dirigida por Albert Béguin com artigos de Paul Sivadon, Georges Daumézou, François Tosquelles et al. Em sua introdução François Béguin não deixa nenhuma dúvida sobre o objetivo desta edição, uma introdução que, em vários aspectos, recorta o que dirá Foucault alguns anos mais tarde: “Se é verdade que cada civilização desloca os limites da tolerância além dos quais ela situa a alienação mental, deve ser igualmente verdade que uma civilização se julgue, em parte, pela definição que ela se dá, conscientemente ou não, da loucura, e ao tipo de esforço que ela lhe destina” (*Esprit*, n. 12, décembre 1952, p. 783, tradução nossa). (Nota dos autores)

8 *Programação, arquitetura e psiquiatria*. (Nota da tradutora)

9 *Rumo a uma pedagogia institucional*. (Nota da tradutora)

com a tradução francesa de *Asiles* (publicada em 1961 nos Estados Unidos). Esta violenta denúncia do universo do hospital psiquiátrico e da instituição psiquiátrica pelo sociólogo E. Goffman demonstra que a instituição psiquiátrica não deve nada às razões médicas.

A partir de 1969, a crítica da instituição psiquiátrica é abordada em várias revistas, entre as quais os *Études freudiennes* [Estudos freudianos, NT], a edição 46 de fevereiro-março de 1969 da revista *Partisans*, intitulada *Garde-fous, arrêtez de vous serrer les coudes*¹⁰, um encarte da revista *Présences* intitulado *Feux croisés sur l'hôpital psychiatrique*¹¹, enfim nas duas primeiras edições da revista *Topiques* são publicados artigos de Robert Castel e de Jacques Donzelot sobre a questão do processo de moralização defendida pela psiquiatria desde a lei de 1838. É a partir de 1969, também, que a tradução dos principais textos teóricos vindo dos antipsiquiatras internacionais se acelera. Pode-se notar a tradução de *La politique de l'espérance* [A Política da esperança, NT] de R. Laing, de *A Instituição negada* de F. Basaglia e de *Psiquiatria e Antipsiquiatria* de Cooper. Um livro que entrou imediatamente em eco com as principais teses enunciadas em 1968 sobre a família, uma vez que mostra como esta é primeiramente um instrumento de condicionamento ideológico encarregado de reforçar o poder da classe dominante¹². Pela primeira vez, a instituição, mas também a prática psiquiátrica, é interrogada a partir de uma perspectiva política claramente revelada. A reflexão que conduz os psiquiatras não se limita ao único campo das doenças mentais, ou à tentativa de destruição completa da prática psiquiátrica a partir da denúncia de sua

10 Edição que será republicada na *Petite collection Maspero* (N.145). Para Fr. Gantheret e Jean-Marie Brohm, a instituição psiquiátrica, mais do que qualquer outra, é uma empresa policial e carcerária. Trata-se de saber “que papel desempenham estas instituições no capitalismo moderno e como nele se inscrevem ou se mascaram as contradições”. (Nota dos autores)

11 *Fogo cruzado no hospital psiquiátrico*. (Nota da tradutora)

12 Sobre esta leitura de Cooper, ver as reações de P. Férida em seu relatório de outubro de 1969 para *Critique* (n. 257) intitulado *Psychose et parenté* (Naissance de l'antipsychiatrie), p. 870-895. (Nota dos autores)

função social, mas doravante se estende à estrutura e ao funcionamento da sociedade em seu todo.

Os meios psiquiátricos franceses abordam igualmente a questão do papel social e da psiquiatria e, mais particularmente, de seu papel nas práticas de normalização da sociedade. As violentas cargas de Vladimir Boukovski, em *Une nouvelle maladie mentale en URSS: l'opposition*¹³, contra a máquina psiquiátrica russa, o reino do arbitrário, do segredo e do uso inconsiderado da farmacopeia, constituem somente um dos vários aspectos desta crítica do papel dos hospitais especiais russos na repressão política. Basta lembrar a reação de J. M. Domenach, em uma de suas crônicas de *Esprit*, para compreender a que ponto este problema toca um ponto central nas tentativas de contestação da psiquiatria: “Imaginemos, por um segundo, senhor Marcellin internando em hospitais psiquiátricos dependendo de seu ministério senhor Marchais ou senhor Rocard - e imaginemos os protestos”¹⁴. *La chronique des événements en cours* [A crônica dos acontecimentos em curso, NT], revista russa Samizdat, publicada entre 1968 (após o internamento abusivo do escritor cristão Guénnady Mikhailovitch Chimánov,) e 1982, tentará ela também desvendar os instrumentos da repressão política fazendo saber como funciona realmente estes Hospitais Especiais russos.

Foucault tornou-se antipsiquiatra?

É neste quadro geral de reconfiguração da psiquiatria francesa que a *História da loucura* vai se estabelecer no início dos anos 1970. Para J. P. Rumen, Foucault inegavelmente interpretou um papel no desenvolvimento da teoria antipsiquiátrica na França, particularmente por ter mostrado como a resposta do corpo social ao problema da loucura é sempre de ordem política¹⁵. Em 1972, a tese Fou-

13 Uma Nova doença mental na URSS: a oposição. *Le Seuil*, 1971.

14 Jean Marie Domenach “Les hôpitaux prisons”. *Esprit*, janeiro de 1972, p. 59-63. Pode-se citar também no mesmo período a edição de *Esprit* de julho-agosto, 1971, intitulada *Les opposants en URSS isolés ou internés*. (Nota dos autores)

15 “Michel Foucault mostrou a correlação entre a estrutura socioeconômica e as formas de assistência: o grande confinamento ocorre na idade clássica. Os fatores de desordem, os que

cault torna-se uma referência explícita no mundo universitário. Em um livro intitulado *L'introduction du changement dans un hôpital psychiatrique publico*¹⁶, o sociólogo J-O Majastre trata da eliminação da cena social dos atores desviantes e da impermeabilidade sempre mais importante das fronteiras normativas usando conjuntamente os textos de W. Caudill, de E. Goffman e de Michel Foucault. Com *Asiles*, a *História da loucura* permite denunciar a realidade do hospital, o universo carcerário do tratamento psiquiátrico, assim como a natureza do tratamento da doença mental. Os dois atores fazem literalmente explodir a ideologia do hospital como máquina de tratamento, fantasia terapêutica e, sobretudo, lugar de uma sociedade que nega suas próprias contradições querendo se representar, a todo preço, como uma sociedade sadia.

Foucault especifica em três ocasiões de que maneira *Loucura e desrazão* obteve uma condição particular no seio dos diferentes movimentos antipsiquiátricos, franceses e estrangeiros. Em 1974, uma primeira vez, ele lembra ter escrito a *História da loucura* sem saber que a antipsiquiatria já existia: “A *História da loucura*, eu a escrevi um pouco às cegas, em um tipo de lirismo devido a experiências pessoais. Sou ligado a esse livro, é claro, porque o escrevi, mas, também porque servi de ‘caixa de ferramentas’ para pessoas diferentes umas das outras, como os psiquiatras da antipsiquiatria britânica, como Szasz nos Estados Unidos, como os sociólogos na França: eles buscaram, encontraram um capítulo, uma forma de análise, algo que lhes serviu posteriormente”¹⁷.

Um ano mais tarde, ainda em uma entrevista, ele indica que não conhece “a obra de Laing e de Cooper. (...). Meu livro foi publicado na França em

16 *Introduction à la mutation dans un hôpital psychiatrique publico*. (Nota da tradutora)
17 *Prisons et asiles dans le mécanisme du pouvoir*, n. 136. (Nota dos autores)

16 *Introduction à la mutation dans un hôpital psychiatrique publico*. (Nota da tradutora)

17 *Prisons et asiles dans le mécanisme du pouvoir*, n. 136. (Nota dos autores)

1960. Os primeiros livros de Laing e de Cooper apareceram em 1958-1959, e foi Cooper quem traduziu meu livro em inglês. São trabalhos contemporâneos, mas nós nos ignoramos mutuamente. É interessante: Szasz e Bettelheim trabalhavam nos Estados Unidos, Laing e Cooper na Grã-Bretanha, Basaglia na Itália; todos, eles desenvolveram seus trabalhos em função de suas práticas médicas respectivas. Na França, não foi um médico que realizou este trabalho, mas um historiador como eu. Seria interessante saber por que a antipsiquiatria somente foi retomada pelos médicos franceses posteriormente. Mas, desde 1960, há este fenômeno de pessoas, que sem se conhecer, traba-

“Os meios psiquiátricos franceses abordam igualmente a questão do papel social e da psiquiatria e, mais particularmente, de seu papel nas práticas de normalização da sociedade”

lham no mesmo assunto”¹⁸.

Voltando pela última vez em 1980, na recepção de a *História da loucura* para os psiquiatras e os antipsiquiatras franceses, Foucault relata em algumas linhas uma história da psiquiatria e de sua contestação na França: “Havia tido um pouco antes da guerra e sobre após a guerra, todo um movimento de questionamento da prática psiquiátrica, movimento nascido dos próprios psiquiatras. Estes jovens psiquiatras, após 1945, sem lançaram em análises, reflexões, projetos tais como o chamado antipsiquiatria teria provavelmente podido nascer na França no início dos anos 1950. Se isto

18 *Asiles*. Sexualités. Prisons, entretien avec M. Almeida, R. Chneiderman ... In: *Dits et écrits*, n. 160. 1975. (Nota dos autores)

não se produziu, ao meu ver, foi pelas seguintes razões: por um lado, vários desses psiquiatras estavam muito próximos do marxismo, se não eram marxistas, e, por este motivo, foram conduzidos a concentrar sua atenção no que acontecia na URSS e de lá a Pavlov e a reflexologia, em uma psiquiatria materialista e em todo um conjunto de problemas teóricos e científicos que não podia evidentemente conduzi-los muito longe. (...) Por outro lado, creio que muito rapidamente, vários foram conduzidos, devido à condição dos psiquiatras, que são funcionários públicos na maioria, a questionar a psiquiatria em termos de defesa sindical. Assim, estas pessoas, que, por suas capacidades, seus interesses e sua abertura para tantas coisas, teriam podido colocar problemas da psiquiatria, foram conduzidos a impasses. Diante da explosão da antipsiquiatria nos anos 1960, houve, por outro lado, uma atitude de rejeição cada vez mais marcada que tomou mesmo um viés agressivo. É neste momento que meu livro é apontado como se tivesse sido o evangelho do diabo. Sei que, em alguns meios, fala-se ainda de a *História da loucura* com um incrível desprezo”¹⁹.

Neste panorama bastante preciso da antipsiquiatria, Foucault toma o cuidado de tornar a grande diversidade teórica e prática destes movimentos, assim como os principais rebaixamentos epistemológicos sobre os quais eles se formaram. Uma informação cronológica importante é dada: o nascimento da antipsiquiatria teria sido paralela à escrita de *História da loucura*. Efetivamente, as primeiras práticas antipsiquiátricas foram iniciadas na Grã-Bretanha em 1962, data na qual Cooper estabelece o “pavilhão 21”, unidade experimental para esquizofrênicos que prefigura a *Philadelphia Association* de 1965 que lhe permitiu radicalizar os princípios de não diretividade e de comunidade terapêutica. No que diz respeito a Thomas Szasz, psiquiatra e psicanalista americano, são nos anos 1950 que este publica vários livros críticos sobre a instituição à qual ele pertencia. Ele denuncia particularmente a utilização da psiquiatria como meio de controle social, comparando o papel do psi-

19 Ver DE, p. 878, 1980. (ed Quarto). (Nota dos autores)

quiatra em relação aos desviantes aos dos inquisidores em relação herética. (*The Myth Of Mental Illness: Foundations of a Theory of Personal Conduct*, publicado em 1961.) Interrogado sobre o livro de Szasz em 1976, Foucault insiste sobre o fato de que a história da psiquiatria feita por este “revela a função social da medicina em uma sociedade de normalização”, mas que acima de tudo, e em um eco do que ele contava fazer em 1961, Szasz diz que “a prática pela qual se localizava um número de pessoas, pela qual os suspeitava, os isolava, os interrogava, pela qual os ‘reconhecia’ como feiticeiros, esta técnica de poder, colocada em prática na Inquisição, é encontrada (após transformação) na prática psiquiátrica”²⁰.

Da parte italiana, já nos anos 1960, e ao lado da experiência de Gorizia conduzida por Basaglia, de outras experiências de transformação institucional são conduzidos, como, por exemplo, a Varèse e Pérouse. Ele faz observar, também, que Foucault insiste na importante diferença entre estes diversos movimentos de antipsiquiatria: o fato de que na França a crítica da instituição tenha principalmente sido levada pelas ciências sociais. Foucault fez evidentemente referência dizendo isto ao sociólogo Robert Castel²¹, a quem se deve a tradução de *Asylum* em 1968, mas pode-se também ver uma referência aos trabalhos dos membros do CERFI²² (Centre d’Études, de Recherches et de Formation Institutionnelles)²³, animado por Felix Guattari, e que reagrupa um coletivo de pesquisadores em ciências sociais em torno da crítica dos aparelhos do Estado, das instituições, do poder e das burocracias dos parti-

20 Ver texto 173 *L’extension sociale de la norme*. (Nota dos autores)

21 FOUCAULT, Michel; CASTEL, Robert. *Résistances de la médecine et démultiplication du concept de santé*. Dossier Recherche sur les Résistances de la médecine et démultiplication du concept de santé, 1977. Proposition de recherche: dossier de demande de subvention au C.O.R.D.E.S. (Nota dos autores)

22 É em 1966 que Guattari cria a Fédération des Groupes Étude et de Recherche Institutionnelles - FGERI [Federação dos Grupos de Estudo e de Pesquisa Institucionais] com aquelas e aqueles que iam em seguida formar juntos o Cerfi. (Nota dos autores)

23 Centro de Estudo e de Pesquisa Institucionais. (Nota da tradutora)

dos políticos (Lion Murard e François Fourquet, *Histoire de la Psychiatrie de secteur, Recherches* n.17, 1975.)²⁴ Ainda aí, pode-se ver uma forma de contiguidade com o encaminhamento político que foi o de Foucault criando o GIP em 1971²⁵. A antipsiquiatria anglo-saxônica, de inspiração sartriana, encontra na França diversos ecos como Maud Mannoni, o qual denuncia as “polícias adaptativas” em *Psychiatrie, son fou et la maladie*²⁶; também Roger Gentis estigmatiza as paredes do hospício, e Jean Oury lacaniza sua psicoterapia institucional. É esquecer que Foucault, durante o mesmo período, funcionou para todo um conjunto de profissionais da psiquiatria, mas também militantes e doentes, de forma mais implícita e privada que explícita e assumida.

História da loucura, guia de ação política

As tentativas de colocar em crise o cotidiano do hospital, assim como de suas regras de funcionamento mais comuns, são no início dos anos 1960 fortemente ligados também à experiência do Grupo de Informação Prisão - GIP que, por uma lembrança das realidades da prisão procura fazer saber “quem vai, como e por que vai, o que acontece, o que é a vida dos prisioneiros e a, igualmente, do pessoal de vigilância, o que são os prédios, a comida, a higiene, como funciona o regulamento interno, o controle médico, os ateliers”²⁷. Nesta luta contra a instituição carcerária, Foucault desempenha um papel importante pelo seu engajamento. Ele próprio observa, inclusive, a importância, após a prisão, da crise de outras instituições do tipo carcerário como o hospício. Entretanto, especificidades tornam o trabalho difícil: “A diferença das revoltas de prisioneiros,

24 *História da Psiquiatria do setor, Pesquisas*. (Nota da tradutora)

25 Foucault divide algumas pesquisas com o grupo do qual, vindo do Ministério do Ordenamento do Território, do Equipamento, da habitação e do Turismo, uma missão sobre a pesquisa, os equipamentos de higiene mental nas novas cidades. (Nota dos autores)

26 *Psiquiatria, seu louco e a doença*. (Nota da tradutora)

27 Ver Philippe Artières e Alii, *Le GIP, archives d’une lutte 1970-1972*, éditions de l’Imec. Paris: 2003. (Nota dos autores)

a recusa do hospital pelo doente terá sem dúvida muito mais dificuldade de se afirmar como uma recusa coletiva e política. O problema é de saber se os doentes submetidos à segregação do hospício podem de erguer contra a instituição e finalmente denunciar o próprio partilhar que os designou e excluiu como doentes mentais”²⁸.

É diante deste tipo de problema que os grupos de lutas contra a psiquiatria hospitalar, cujo GIA, que se criou em 1971, devem confrontar-se. A nova política de setorização é, inclusive, muito incriminada para reconduzir, no enquadramento das populações que ela subentende, uma grande parte da situação hospitalar. Nesta situação inextricável, quais são as possibilidades: destruir o hospício? Recusar a posição do psiquiatra arriscando tornar os tratamentos inoperantes?

A criação do Grupo de Informação Hospício - GIA, na sequência do Comitê de Ação Saúde, grupo no início composto por jovens psiquiatras e paramédicos, vai totalmente transformar a instituição por ações de apoio aos doentes, mas também por um questionamento das práticas empíricas e científicas, produzidas pela instituição psiquiátrica. É denunciando sistematicamente os escândalos da psiquiatria hospitalar - mais particularmente aqueles relacionados com a lei de 1838 - que GIA procura repensar o “HP”, não somente transformando para que ele se integre “melhor” à sociedade moderna - o que certos psiquiatras esperavam com o setor -, mas tentando colocar deliberadamente em crise esta instituição em seus fundamentos epistemológicos, históricos, jurídicos e médicos. Após ter rapidamente estourado em grupos de bairros, maneira de opor uma luta regional à setorização do tratamento, o GIA arma uma modificação da relação de forças na instituição psiquiátrica. *La peur change de camp*²⁹ é o título de um dos seus fascículos.

Outros movimentos são também ativos e utilizam Foucault. *Psychiatrie*

28 FOUCAULT, M. (1971) “Par delà le bien et le mal”. In: *Dits et écrits*, tome II, p. 233. (Nota dos autores)

29 *O medo muda de lado*. (Nota da tradutora)

*et lutte des classes*³⁰ cuja edição 00 é publicada em dezembro de 1973; *Gardes-fous* que, a partir de fevereiro de 1974, tem por ambição lutar contra a psiquiatria e desenvolver uma luta geral contra a opressão exercida pelo estado de classe; o jornal da AERLIP (Associação para o Estudo e a Redação do livro *Francos das Instituições Psiquiátricas*), mensal que é publicado de fevereiro de 1976 a dezembro de 1978 e que opta por uma contestação do poder médico e do sistema profissional da saúde/paciente no seu todo. Divididos politicamente, estes grupos dividem ao menos duas coisas: o fato de considerar a psiquiatria como uma violência física que tem por função excluir aquele que não se conforma com as normas e, para os mais radicais, o fato de considerar a loucura e os comportamentos desviantes não como uma doença mental, mas como uma forma de revolta contra as normas da sociedade³¹. Eles têm todos por ambição de difundir das armas de lutas necessárias para que todos - ou seja, profissionais e internos - possam combater juntos as formas de opressão defendidas pela instituição psiquiátrica. A maioria das evocações de Foucault nestes grupos³² está implícita, mas testemunham sobre uma real comunidade de questionamento que diz respeito a, pelo menos, três pontos específicos que são também três exigências de transformação do paradigma psiquiátrico em seu todo.

A) O fato, primeiramente, de ler a “loucura” como um fenômeno de exclusão social, representativo de uma forma organizacional da sociedade. O doente mental é primeiramente um excluído, um homem sem direito, vítima de uma rejeição. De maneira geral, eles apontam como causas da loucura a sociedade, as desigualdades (esco-

lares, lazer, liberdades), a exploração de uma classe por outra, assim como o funcionamento cada vez mais autoritário e repressivo próprio ao sistema capitalista. Em sua publicação mensal, o jornal da AERLIP faz a loucura aparecer como o produto do estado econômico e político da sociedade ocidental. Trata-se de mostrar que a doença mental - mais que a loucura, é primeiramente o produto de transformação “do mal-estar de viver de um sujeito por uma série de instituições sociais (medicina, psiquiatria, justiça, assistência social, grande imprensa) que conferem ao dito sujeito um status, um lugar, uma identidade socialmente identificáveis,

“Foucault procura questionar os limites da doença mental tomando como contraponto os diferentes discursos oficiais mantidos sobre a loucura”

controláveis e remodeláveis. Este mal-estar em viver tem relações extremamente estreitas com o sistema social e seus hábitos que trancam cada um no mais profundo”³³.

B) É também o aspecto repressivo do aprisionamento psiquiátrico que é fortemente criticado. Se Foucault efetivamente mostrou a existência de uma correlação entre a estrutura econômica e as formas de assistência, a ambição claramente explicitada da revista *Psychiatisés en lutte*³⁴ é de visar, seguindo esta perspectiva, a transformação da lei de 1838 e “a destruição do saber psiquiátrico como saber especializado (...) enquanto que ele representa uma administração e relações políticas pela sua posição de agente a serviço da classe dominante”³⁵. A psiquiatria é uma questão ao mesmo tempo administrativa e médica na qual as práticas são rudimentares e as mudanças são fracas.

te”³⁵. A psiquiatria é uma questão ao mesmo tempo administrativa e médica na qual as práticas são rudimentares e as mudanças são fracas.

C) Enfim, uma última zona de transação diz respeito à incapacidade da psiquiatria de estar em bons termos com sua história. É em todo o caso a versão defendida pela revista *Psychiatrie et lutte des classes*³⁶ que lembra que a única forma de explicar as transformações atuais da psiquiatria - particularmente a política de setor - é “de compreender a história das instituições psiquiátricas, o lugar que a burguesia cede à loucura, o papel que ela faz desempenhar aos trabalhadores da saúde mental, desde a constituição do capitalismo no século XVII até o seu apogeu no século XIX e seu declínio atual”³⁷. Este retorno na história da instituição psiquiátrica supõe também uma crítica da noção de doença mental e de sua dimensão classificatória.

Para concluir, deve-se questionar como o próprio Foucault o fez, por que e como a “arqueologia” foucaultiana da loucura encontrou um lugar importante em críticas tão radicais da psiquiatria, o psiquiatra, do hospital ou ainda da política do setor. “Quando eu havia experimentado fazer ‘a história da loucura’, declara ele em 1977, eu havia tentado contar o que tinha acontecido até o começo do século XIX; ora os psiquiatras entenderam a minha análise como um ataque contra a psiquiatria... Por que uma arqueologia da psiquiatria funciona como antipsiquiatria, enquanto uma arqueologia da biologia não funciona como antibiologia?”³⁸

A razão tem sem dúvida a real “força” subversiva de sua arqueologia. Foucault, em efeito, procura questionar os limites da doença mental tomando como contraponto os diferentes discursos oficiais mantidos sobre a loucura, como, por exemplo, o de Henry Ey ou, principalmente, o mantido por Henri Baruk. Segundo eles, Fou-

30 Psiquiatria e luta de classes. (Nota da tradutora)

31 Cooper já havia mostrado que o doente esquizofrênico é aquele que está investido de um mal-estar familiar. O papel do psiquiatra é o de tentar compreender por que ele foi relegado a um comportamento psicótico. (Nota dos autores)

32 Revistas às quais seria necessário acrescentar, para ter um panorama mais completo do lugar de Foucault no seu campo da psiquiatria e, sobretudo, de sua contestação: *Recherches, Marges*, assim como *Cahiers pour la folie*. (Nota dos autores)

33 AERLIP, n.3, Abril 1976. (Nota dos autores)

34 *Psiquiatria em luta* (Nota da tradutora)

35 *Psychiatisés en lutte*, N.2, maio-agosto, 1975, p. 2. (Nota dos autores)

36 *Psiquiatria em luta de classes*. (Nota da tradutora)

37 *Psychiatrie et lutte des classes*, n. 00, dezembro 1973, p. 2. (Nota dos autores)

38 FOUCAULT, M. “Entretien avec Lucette Finas”. In: *La quinzaine littéraire*, n. 247, 1977. (Nota dos autores)

cault negaria a doença mental como fato médico. Seu olhar sobre a loucura aparece a estes dois psiquiatras como uma doutrina niilista que coloca deliberadamente em questão certos valores fundamentais: o da verdade, do progresso e da razão.

Sobretudo, o objetivo comum a estes grupos de contestação e à abordagem de Foucault é de tentar produzir efeitos políticos sob a forma de mudanças nas práticas. Para o GIA trata-se de fazer sair do “HP” todos aqueles que têm o mínimo de possibilidade de sobreviver no exterior. Para Psy en lutte, e como o havia feito antes o GIP, de informar os pacientes sobre os riscos de alguns tratamentos como a quimioterapia, mas também sobre os tratamentos, às vezes violentos, contra o alcoolismo. Uma denúncia que somente pode passar pela coleta de testemunhos de psicanalistas sobre os efeitos provocados pelos medicamentos, mas também pela coleta da informação do profissional da saúde. Na edição n.13-14 de Psy en lutte, a revista batalha por um “controle coletivo e permanente dos tratamentos, o conhecimento pelo interessado do tratamento aplicado e efeitos secundários eventuais. O direito de recusar um medicamento, o direito de ser informado, de estar em posse de uma receita clara em escrita não cifrada, a abolição dos tratamentos irreversíveis”. Como finalmente, mudar as condições de vida dos internos no próprio hospital, restituindo-lhes, no mínimo, os direitos que eles haviam perdido na entrada? Como, também, fazer penetrar mais do mundo exterior no interior da instituição e, em retorno, como fazer cruzar os muros do hospício para penetrar mais nos espaços públicos?

Tornando, pela primeira vez, a prática psiquiátrica duvidosa, mostrando como ela não tem objeto estável, a originalidade do uso de Foucault no centro dos movimentos de contestação, movimentos que nunca conseguiram se federar ou iniciar uma luta global contra o sistema, reside então menos no reemprego do conteúdo de suas teorias do que na capacidade que estas revistas tinham, então, de mobilizar este autor, segundo as urgências da prática.

A loucura como produção e construção sociais

Apenas a partir do século XIX é que a loucura se tornou um fato científico e médico, situa o filósofo Guilherme Branco. Ele recupera a provocação de Foucault segundo a qual, em nosso tempo, a política “funciona nos mesmos moldes dos hospitais psiquiátricos”

POR MÁRCIA JUNGES

A loucura ou o louco não existem como entidades fixas ou determinadas para sempre. “Na verdade, enquanto produção social, histórica, e do saber-poder, a loucura é uma produção, uma construção, com efeitos opressivos que se dão depois, no tempo da internação, que para muitos é um caminho sem volta”. A reflexão é do filósofo Guilherme Branco em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. De acordo com o pesquisador, a loucura “não é um fato científico e médico; mas passou a sê-lo apenas no século XIX”. Assim, não se pode dizer que *História da loucura* foi uma tentativa de denunciar a medicina ou libertar as vítimas do encarceramento psiquiátrico. Questionado se a sanidade e loucura eram construções sociais dos “saudáveis” sobre os “dementes”, Branco provoca: O mundo político, na atualidade, disse Foucault certa vez, “funciona nos moldes dos hospitais psiquiátricos”.

Guilherme Branco leciona no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Graduado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, é especialista em Filosofia pela Universidade Gama Filho - UGF e mestre em Filosofia pela UFRJ, onde cursou doutorado em Comunicação com a tese *Ontologia e psicanálise em Jacques Lacan. De sua produção bibliográfica destacamos Retratos de Foucault* (Rio de Janeiro: NAU Editora, 2000) e *O Olhar e o Amor. A Ontologia da Lacan* (Paulo de Frontin: NAU Editora, 1995). Confira a entrevista.

IHU On-Line - História da loucura pode ser lida como uma obra “em luta” pela autonomia do sujeito marcado pelo estigma da loucura? Por quê?

Guilherme Branco - Quando foi escrito, o livro *História da loucura* tinha como contexto as diferentes modalidades de percepção sobre o que era a loucura, nos últimos quatro séculos no Ocidente. A loucura, mostra Foucault, não é um fato científico e médico; mas passou a sê-lo apenas

no século XIX. Ainda, não era seu objetivo denunciar a medicina ou libertar as vítimas do encarceramento psiquiátrico. Tanto que o livro termina descrevendo o que se passava no século XIX. O que não impediu que os leitores do livro não se sensibilizassem com esta percepção de que não existe necessariamente esta forma de loucura submetida à medicalização e ao afastamento social, e procurassem desfazer as práticas opressivas que foram desenvolvidas desde então,

dois séculos antes de nós.

IHU On-Line - Em que medida podemos dizer que a loucura é uma experiência originária humana, recalçada pela pressão social e pelo biopoder?

Guilherme Branco - Talvez o que Michel Foucault tenha tentado descrever em *História da loucura* é que não existe “a loucura ou o louco” como coisas fixas e para sempre determinadas. Na verdade, enquanto produção social, histórica e do saber-poder, a loucura é uma produção, uma construção, com efeitos opressivos que se dão depois, no tempo da internação, que para muitos é um caminho sem volta.

IHU On-Line - Nessa lógica, a loucura deveria ser tratada pela escuta, pelo diálogo, e não por meios coercitivos?

Guilherme Branco - Não tenho condições de responder à questão, pois sou professor de Filosofia. Mas não posso deixar de ser simpático a um novo mundo, mais receptivo, do que a uma instituição psiquiátrica (ou processo terapêutico) receptiva (o). Prefiro um mundo livre a uma instituição que se diz tolerante.

IHU On-Line - Hegel¹ afirmou que a loucura não seria a perda abstrata da razão: “A loucura é um simples de-

¹ Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no século XX. Sobre Hegel, confira a edição nº 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito*, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007), em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. O material está disponível em <http://migre.me/ZAON>. Sobre Hegel, leia, ainda, a edição 261 da IHU On-Line, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://migre.me/ZAQX>. (Nota da IHU On-Line)

“Nunca devemos esquecer que foram grandes competências técnicas que idealizaram, construíram e fizeram e ainda fazem funcionar as diferentes modalidades de campos de extermínio, antes e agora”

sarranjo, uma simples contradição no interior da razão, que continua presente”. Como podemos compreender essa concepção de loucura face aos métodos tradicionais de tratamento e “cura”?

Guilherme Branco - Alguém realmente deseja curar? Quem é o curador? Um juiz, um psiquiatra, uma assistente social, um psicólogo, um pai de santo, um pastor, quem afinal, é que cura? O que significa “curar”? Quem deseja ser curado, e qual é o sentido de cura para os pacientes (o termo é bom!) deste processo? Um band-aid é um curativo, não?

IHU On-Line - Sob quais aspectos sanidade e loucura são construções sociais que demonstram o poder dos “saudáveis” sobre os “dementes”?

Guilherme Branco - O mundo político, na atualidade, disse Foucault certa vez, funciona nos moldes dos hospitais psiquiátricos. A afirmação foi feita numa das vindas de Foucault ao Brasil, quando permitiu que a Revista Manchete (que hoje seria a *Caras*) publicasse um pequeno texto com o sugestivo título O

mundo é um grande hospício. A publicação ocorreu em 16 de junho de 1973. O texto, no *Dits et écrits*, tem o número 126. Cito: “Hoje, o mundo está em vias de evoluir para um modelo hospitalar, e o governo adquire uma função terapêutica” (*Dits et écrits*, vol II, 19994, p. 433). “O mundo é um grande hospício no qual os governantes são psicólogos, e o povo, os pacientes” (p. 434).

O que está em jogo neste modelo político-terapêutico? A adequação das pessoas ao padrão de desenvolvimento social. Assim, em muitos países, assistentes sociais ensinam as famílias a adequar seus orçamentos domésticos; terapeutas ensinam pessoas a não se deixarem levar pela compulsão ao consumo; pedagogos e economistas tornam-se obcecados pela questão da mão de obra qualificada, médicos ensinam cuidados com a saúde, e por aí vai. Neste gigantesco “hospital”, as pessoas são incitadas a viverem segundo um certo padrão de normalidade, de saúde, de “comportamento”.

IHU On-Line - Como podemos compreender que a experiência da loucura foi “confiscada” pela razão? O que isso demonstra sobre o biopoder ao qual somos submetidos?

Guilherme Branco - Vivemos em um mundo no qual a razão tende a excessos, em nome da ciência, da técnica, malgrado as vantagens trazidas pelas construções e invenções da técnica e do conhecimento em geral. Nem todos os efeitos da ciência e da técnica são negativos. Muita coisa boa veio disto. Mas nunca devemos esquecer que foram grandes competências técnicas que idealizaram, construíram e fizeram e ainda fazem funcionar as diferentes modalidades de campos de extermínio, antes e agora. Por extensão, temos que visualizar os malefícios produzidos pela racionalidade ocidental, e não nos iludirmos quanto a seus efeitos.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

B.

Destques da Semana

Entrevistas da Semana

Reciprocidade, fraternidade, justiça: uma revolução da concepção de economia

Para o economista italiano Stefano Zamagni, um modo verdadeiramente revolucionário de conceber a economia é o de introduzir no agir econômico formas de empresa que não tenham como fim o lucro. Promove-se, assim, um “mercado pluralista”, democrático, e não apenas capitalista e ditatorial

POR MOISÉS SBARDELOTTO E GILBERTO FAGGION

Reciprocidade é “dar sem perder e receber sem tirar”. Foi assim que Stefano Zamagni, economista italiano, explicou, de forma simples, um dos pilares da chamada “economia civil” em sua passagem pela Unisinos no último dia 30 de maio, a convite do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, para a conferência Economia de Comunhão e outras formas de Economia Social: Limites, Possibilidades e Perspectivas. A economia civil - conceito estudado por Zamagni há anos - é um fenômeno marcado, por exemplo, pelas empresas de economia de comunhão, pela responsabilidade social empresarial, pelas empresas sociais, pelas empresas cooperativas. Ou seja, “um modo verdadeiramente revolucionário de conceber a economia”, que “não é o de exaltar o mercado ou o Estado, mas sim o de introduzir no agir econômico formas de empresa que não tenham como fim o lucro, isto é, a maximização do lucro, e muito menos o fim especulativo”.

Nesta entrevista, concedida pessoalmente, Zamagni aborda as ideias-chave do seu pensamento, perpassando economia, história, administração, sociologia. Também fala sobre o processo de produção da encíclica *Caritas in Veritate*, de Bento XVI, publicada em 2009, sobre o “desenvolvimento humano integral”, da qual Zamagni foi o único leigo, em um seleto grupo de 11 estudiosos, a colaborar com o papa. E analisa ainda o fundamento mais profundo do seu pensamento: a fé católica. “Eu sempre me senti bem na fé católica porque ela dá a liberdade, a liberdade verdadeira. Digo isso, sobretudo, porque satisfaz uma exigência que eu tive desde pequeno que é a justiça, que deve ser buscada pelo caminho do amor, não da revolução. E o único lugar que me dava a possibilidade de unir justiça e fraternidade era a Igreja”. E, por último, desafia as universidades para que, a exemplo da Igreja, produzam “pensamento pensante” e não calculante: não um pensamento que apenas ajude a resolver os problemas, mas sim um pensamento que dê a direção, o saber se se deve ir “por aqui ou por lá”.

Economista italiano, Stefano Zamagni é professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Recentemente, Zamagni ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas in Veritate*, publicada em 2009, acerca do “desenvolvimento humano integral”. Desde 2007, é presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social - Onlus, entidade do governo italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano. De 1999 a 2007, foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações - ICMC. Em 2008, foi homenageado com o título de Cavaleiro-Comendador da Ordem de São Gregório Magno, uma das cinco ordens pontifícias da Igreja Católica. Em 2010, recebeu o título de doutor honoris causa em economia da Universidade Francisco de Vitoria, de Madri, Espanha. É autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Microeconomia* (Ed. Il Mulino, 1997), *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione* (Ed. Il Mulino, 2005) e *L'Economia del Bene Comune* (Ed. Città Nuova, 2007). Em português, publicou em 2010 *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade* (Ed. Cidade Nova), com coautoria de Luigino Bruni. Confira a entrevista.

IHU On-Line - A economia de comunhão consegue pôr em prática, efetivamente, a economia do dom, da dádiva? Ou ainda está em um estágio muito inicial em que a reciprocidade é algo ainda muito embrionário?

Stefano Zamagni - A economia de comunhão nasceu no Brasil, em São Paulo, há exatamente 20 anos, no dia 29 de maio de 1991, a partir de uma intuição de Chiara Lubich¹, a fundadora do Movimento dos Focolares², que, não sendo economista, teve a coragem de fazer com que se entendesse que um modo verdadeiramente revolucionário de conceber a economia não é o de exaltar o mercado ou o Estado, mas sim o de introduzir no agir econômico formas de empresa que, mesmo sendo privadas do ponto de vista jurídico, não tenham como fim o lucro, isto é, a maximização do lucro, e muito menos o fim especulativo.

Qual é a ideia que estava na base desse projeto? O de introduzir, no agir econômico, o princípio de reciprocidade, mostrando que se pode ser empreendedor e ter resultados positivos também respeitando o princípio de reciprocidade, isto é, a fraternidade. Hoje, no mundo inteiro, são cerca de 1.500 as empresas que aderiram voluntariamente a esse projeto. E essas empresas se desenvolveram em todos os países, por exemplo, nos Estados

¹ Chiara Lubich (1920-2008): fundadora e presidente do Movimento dos Focolares. No início da década de 1940, com pouco mais de vinte anos de idade, trabalhava como professora em escolas primárias de sua cidade natal, Trento. Ingressou no curso de filosofia da Universidade de Veneza. Procurava a verdade profunda das coisas, justo no clima da Segunda Guerra Mundial, uma época plena de ódio e violência. Enquanto desmoronavam casas, homens e todas as coisas, descobre que Deus era para ela o único ideal que não passava. Divide, então, esta descoberta com outras companheiras e juntas formam um pequeno grupo, constituindo assim o primeiro núcleo do futuro movimento. Em 7 de dezembro de 1943, sozinha em uma capela, faz uma promessa a Deus de doar somente a Ele, e para sempre, toda a sua vida. Esta data é considerada, hoje, o início do Movimento dos Focolares. (Nota da IHU On-Line)

² Movimento dos Focolares: Nascido e aprovado na Igreja Católica, o Movimento dos Focolares, atualmente, está presente em 182 países, com mais de 120 mil membros internos e mais de dois milhões de aderentes e simpatizantes. Aberto a todos, reúne - pelo seu ideal de unidade, de fraternidade universal -, além dos católicos, cristãos de várias denominações, fiéis das grandes religiões e pessoas que não professam uma fé religiosa. (Nota da IHU On-Line)

“Um modo verdadeiramente revolucionário de conceber a economia não é o de exaltar o mercado ou o Estado, mas sim o de introduzir no agir econômico formas de empresa que não tenham como fim o lucro”

Unidos - ninguém imaginaria isso. Justamente nestes dias, tive a possibilidade de falar com uma empresa de Indianápolis, dos EUA, cujo empresário aderiu ao projeto e me disse que as coisas estão andando muito bem, do ponto de vista econômico.

Então, a primeira notícia importante é que aplicar esse cânone não lhe faz estar mal do ponto de vista econômico. Esse é o grande mérito da economia de comunhão. É verdade que são poucas [as empresas] ainda. Mas essa não é a questão. A questão é explicar aos outros que é possível ser empreendedor também sem explorar os demais. Por quê? Eis a questão. Porque se demonstra - e aqui é a teoria econômica que o demonstra - que, se em uma empresa, quem tem a sua responsabilidade adere ao princípio de reciprocidade, aumenta a sua produtividade. Por quê? Porque aumenta a sua inovação e, sobretudo, a participação daqueles que trabalham na empresa à condução dos negócios. E esse é um resultado que a teoria econômica há muito tempo havia demonstrado, mas que ninguém havia traduzido para a prática. Se nas empresas de tipo especulativo você, empresário, deve gastar tanto dinheiro no monitoramento e sobretudo para obter resultados que vão além da ordinariedade, deve lhes dar incentivos. Mas, como a crise mostrou, dando incentivos se pro-

duzem desastres. Eis porque as empresas de economia de comunhão, mesmo não explorando ninguém, mesmo não fazendo corrupção, mesmo pagando todos os impostos, têm resultados positivos, porque existe a compensação, por parte dos funcionários, que colaboram e, portanto, dão o melhor de si mesmos.

Para concluir, se você trata bem a uma pessoa, essa pessoa lhe será recíproca desse bem. Ao contrário, nas empresas tradicionais, pensa-se em obter dos funcionários uma certa disciplina com o chicote, e o resultado é que eles procurarão boicotar ou evitar os requisitos e demandas do empresário.

IHU On-Line - E as empresas que fazem aquilo que se chama de “responsabilidade social empresarial” seriam também uma forma de economia civil ou de comunhão, ou não?

Stefano Zamagni - A responsabilidade social da empresa - que em inglês é *corporate social responsibility* - nasceu nos EUA em 1954, quando um economista norte-americano, chamado Robert Bowen, escreveu um artigo em que usou essa expressão. Nos primeiros 10 ou 15 anos, esse autor foi ridicularizado, particularmente por Milton Friedman³. Mas, depois, tornou-se uma marca difundida em todo o mundo, com nomes diversos - em italiano se diz *responsabilità sociale d'impresa*. O que demonstra esse fenômeno? Demonstra que a análise baseada na teoria da economia civil, a que nós estamos levando adiante, é verdadeira. Por quê? Porque quer dizer que até o mundo da empresa capitalista tradicional entendeu que há uma responsabilidade social da empresa e não apenas uma responsabilidade le-

³ Milton Friedman (1912-): nascido em Nova Iorque, foi professor da Universidad de Chicago de 1946 a 1976, pesquisador do National Bureau of Economic Research, de 1937 a 1981, e presidente da American Economic Association, em 1967. Friedman é o mais conhecido líder da Escola de Chicago, isso devido em parte ao fato de que seus escritos são muito fáceis de serem lidos por leigos também. Defensor do livre mercado e monetarista, opôs-se ao keynesianismo no momento de seu máximo apogeu, nos anos 1950 e 1960. Propõe resolver os problemas da inflação limitando o crescimento da oferta monetária a uma taxa constante. Obteve o Prêmio do Banco da Suécia, em Ciências Econômicas, em memória de Alfred Nobel no ano de 1976. (Nota do IHU On-Line)

gal ou individual.

Essa é a melhor confirmação de que, se até nesse mundo consegue-se compreender essa necessidade e urgência, com maior razão têm valor expressões como a da economia de comunhão ou das empresas cooperativas que estão nascendo em todo o mundo. Nos EUA, são, de fato, 2 milhões de cooperativas. A empresa cooperativa não é especulativa e não tem fins lucrativos.

Estamos diante de uma realidade na qual as tipologias de empresa estão se multiplicando. A última, nascida na Europa, é a empresa social - em inglês, *social enterprise* - que foi avaliada por uma deliberação do Parlamento Europeu de Estrasburgo no dia 19 de fevereiro de 2009, votada com uma maioria de 80%. Foi a primeira vez que isso aconteceu. Nessa resolução, o Parlamento Europeu, com 80% de maioria, diz que não podemos seguir em frente só com as empresas de tipo capitalista. Precisamos dar força às empresas sociais, as *social enterprises*. Isto é, empresas que não têm fins lucrativos, mas têm outros fins a serem alcançados. Portanto, o Parlamento Europeu pediu aos 27 governos da Europa que adaptem a legislação e as regras da concorrência para permitir que as empresas sociais alcem voo. E essa é uma grande novidade.

E o que há na base de todos esses fenômenos - empresas de comunhão, responsabilidade social da empresa, empresas sociais, empresas cooperativas? A conclusão desse discurso é que precisamos tornar o mercado pluralista. Isto é, a analogia é com aquilo que ocorre na política: na esfera política, se você tiver um só partido, pode haver a democracia? Há a ditadura. Ocorre a mesma coisa na área econômica: se houver um só tipo de empresa - a empresa capitalista -, você não pode dizer que há democracia econômica, porque há um único tipo de empresa. Essa é, hoje, uma grande descoberta que só certos professores de economia que não têm cultura não conseguem compreender. Atenção, porém: não se está dizendo que as empresas devem desaparecer. Não, ninguém diz isso. Os marxistas diziam isso. Aqui, ao invés, devemos pensar em uma economia como um mar, no qual nadam diversos

tipos de peixes. E então a organização institucional - o Estado, os parlamentos etc. - devem adaptar as leis para permitir esse pluralismo.

IHU On-Line - Na própria economia de comunhão, ainda se vê, de um lado, uma pessoa que possui os meios de produção, e, de outro lado, os empregados, que não possuem esses meios. Chegará um ponto em que a propriedade também será comum nas empresas de economia de comunhão?

Stefano Zamagni - O ponto é este: a ideia de base da economia de comunhão é o de traduzir, na prática e em princípio, a fraternidade. Ora, é claro que, na fase inicial, se você quiser dar à empresa de comunhão uma forma de propriedade comum, isso não é uma exceção, porque dentro da economia de comunhão há empresas cooperativas e empresas não cooperativas, mas muitas são cooperativas. Portanto, veja que há a propriedade comum.

Naquelas que não são cooperativas, é verdade que alguns têm a propriedade, e os outros são funcionários. É verdade. Mas, atenção: na regra do projeto da economia de comunhão, diz-se que o funcionário, se o requerer, pode se tornar sócio da empresa, mas obviamente deve pôr à disposição uma parte do seu capital. Nem todos estão em condição de poder pagar a cota de capital, mas também não são excluídos. Não é como nas outras empresas que, sendo cotadas na bolsa, estão sujeitas à especulação.

Em segundo lugar, os funcionários são tornados partícipes do processo decisório. Essa é a questão. Isto é, as empresas de economia de comunhão realizam aquilo que se chama de *democratic stakeholding*. Portanto, vão além da responsabilidade social, porque, na responsabilidade social da empresa, ninguém fala ainda de *democratic stakeholding*, isto é, tornar os funcionários partícipes do processo decisório. Assim, alguém tem a propriedade, essa propriedade não lhe autoriza a excluir os funcionários das decisões estratégicas etc.

O terceiro ponto é que os lucros, ou o resultado líquido no final do ano, é dividido em três partes. Uma parte fica

na empresa; outra parte é utilizada para levar ajuda aos necessitados da região; e a terceira parte é usada para fazer investimentos em capital humano, dos funcionários e de outros. Portanto, mesmo que alguns sejam proprietários, eles ficam com 1/3 do lucro.

Então, é óbvio que esse tipo de crítica é sem sentido. Primeiro, porque se fica apenas com 33%. Segundo, porque se realiza o *democratic stakeholding*, isto é, uma governança democrática. Terceiro, porque os funcionários, quando tiverem feito as suas economias, podem se tornar sócios da empresa.

IHU On-Line - Dom, comunhão, bem comum, solidariedade, reciprocidade, fraternidade: esses conceitos dialogam? Como? E de que forma são concretizados pela economia civil?

Stefano Zamagni - Nos estudos de economia, há dois grandes paradigmas: o paradigma da economia civil e o paradigma da economia política. Depois, havia um terceiro paradigma que é o da economia marxista que já desapareceu. E, portanto, hoje, permaneceram em cena só esses dois paradigmas. O paradigma da economia civil começa a se desenvolver em 1400 na Itália e continua até a metade de 1700. Depois, ele é superado pelo paradigma da economia política. Adam Smith⁴, inglês, é quem batiza a economia

4 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente. Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU promoveu em 2005 o I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à IHU On-Line nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://migre.me/xQmm>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 do Cadernos IHU ideias, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://migre.me/xQnc>. Smith foi o tópico número 1 do Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009.

política, mas ele conhecia a economia civil, porque havia estado em Paris por dois anos e ali havia conhecido italianos como Antonio Genovesi⁵, o máximo representante da economia civil.

A primeira coisa a ser dita é que não há um só modo de fazer a ciência econômica. Infelizmente, todos os estudantes e professores pensam assim, porque não estudam a história. Se tivessem estudado a história da ciência econômica, saberiam que essa ciência nasce na época do humanismo - 1400 - e continua até, como disse, a metade de 1700. Muitos não sabem que a primeira cátedra universitária do mundo de economia foi instituída pela Universidade de Nápoles em 1753 e se chamava Cátedra de Economia Civil. E o primeiro catedrático foi Antonio Genovesi, que era um abade.

A pergunta que muitos se fazem é: como é possível que a economia civil tenha cedido espaço à economia política? A resposta está aqui: a revolução industrial. E onde a revolução industrial estoura? Na Inglaterra, em 1700. E Adam Smith era inglês. É óbvio que a revolução industrial põe um problema econômico novo, isto é, a acumulação de capital. Era preciso acumular capital físico, as máquinas. Por várias décadas, foi preciso realizar uma rápida acumulação de capital para permitir que as empresas adotassem os novos maquinários. Mas, para fazer isso, o que era preciso fazer? Era preciso aceitar a exploração do trabalho. Se lermos a *Rerum Novarum*⁶, de Leão XIII, vemos que ela está mais à esquerda do que Marx⁷. Isso porque as

O Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da IHU On-Line)

5 Antonio Genovesi (1712-1769): foi um escritor de filosofia e política econômica e padre agostiniano italiano. Obteve a cátedra de metafísica e de ética da Universidade de Nápoles, em 1741. (Nota da IHU On-Line)

6 *Rerum Novarum*: Encíclica do Papa Leão XIII «sobre a condição dos operários», publicada no dia 15 de maio de 1891, disponível em <http://migre.me/4mXsP>. (Nota da IHU On-Line)

7 Karl Heinrich Marx (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Marx foi estudado no Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia. A

“Precisamos tornar o mercado pluralista. Se houver um só tipo de empresa - a empresa capitalista -, você não pode dizer que há democracia econômica, porque há um único tipo de empresa”

condições do trabalho eram terríveis. Na América ainda havia a escravidão. Mas por quê? Porque era preciso acumular capital para fazer funcionar as máquinas. E então a economia civil já não andava bem, porque ela falava que não era preciso explorar ninguém, falava de bem comum. Eis como aconteceu. As exigências da revolução industrial tornaram obsoleta a economia civil, porque a reciprocidade e a fraternidade não podem ser aplicadas onde há escravidão. Eis porque se considerou eliminar a palavra fraternidade, que incomoda. Como você faz para ser meu irmão se é meu escravo?

Por isso, então, que a economia política se desenvolve, porque ela não fala mais de reciprocidade, de fraternidade, e, portanto, as novas categorias permitem que a nascente burguesia decole e se desenvolva. Esse processo continua até um quarto de século atrás, porque, há um quarto de século, inicia um fenômeno que se chama de globalização, mas, sobretudo, a terceira revolução industrial. E o que está acontecendo hoje, então, é que, com

edição número 41 dos Cadernos IHU ideias, de autoria de Leda Maria Paulani tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://migre.me/s7lq>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível para download em <http://migre.me/s7lE>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da revista IHU On-Line, de 3-05-2010, disponível para download em <http://migre.me/Dt7Q>. (Nota da IHU On-Line)

a nova fase histórica da globalização e da terceira revolução industrial, o paradigma da economia política está se tornando obsoleto e se está retornando à economia civil. A economia civil é como um rio cársico - que corre pela superfície, depois vai para o subsolo e depois retorna à superfície. Hoje, a economia civil está voltando ao auge porque todos se dão conta daquilo que está acontecendo com a economia política: uma crise financeira após a outra, o aumento das desigualdades, o aumento da infelicidade e assim por diante. Eis porque, nos últimos 10 ou 15 anos, palavras como reciprocidade, dom, gratuidade estão retornando aos livros e à internet.

IHU On-Line - Quais são os pontos centrais dessa outra economia, da economia civil?

Stefano Zamagni - É o de mostrar que o erro básico da economia política está em uma tese antropológica, isto é, a do *homo economicus*, segundo a qual todos os seres humanos são egoístas e estão interessados somente em usar a metáfora de Hobbes⁸ que dizia “*mors tua, vita mea*”, que quer dizer “a tua morte é a minha vida”. Ora, nós sabemos que há um percentual de agentes econômicos que são assim, é verdade, mas não todos. A maior parte não é assim. Então, o reducionismo da economia política não é aquele que diz algo errado, mas aquele que diz somente uma parte da verdade. Nós sabemos que há sujeitos que, ao invés, não são antissociais, mas são pró-sociais. Bastaria pensar em todos aqueles sujeitos econômicos que são movidos por uma motivação ideal, como, por exemplo, dizíamos antes, as empresas da economia de comunhão. Por que os empresários decidem dar dois terços do seu

8 Thomas Hobbes (1588-1679): filósofo inglês. Sua obra mais famosa, *O Leviatã* (1651), trata de teoria política. Neste livro, Hobbes nega que o homem seja um ser naturalmente social. Afirma, ao contrário, que os homens são impulsionados apenas por considerações egoístas. Também escreveu sobre física e psicologia. Hobbes estudou na Universidade de Oxford e foi secretário de Sir Francis Bacon. A respeito desse filósofo, confira a entrevista *O conflito é o motor da vida política*, concedida pela Profa. Dra. Maria Isabel Limongi à edição 276 da revista IHU On-Line, de 6-10-2008. O material está disponível em <http://bit.ly/BDUpAj>. (Nota da IHU On-Line)

próprio lucro? Ninguém os obriga. Há uma escolha livre.

Eis então o ponto em questão: a microeconomia que nós desenvolvemos não diz: “Se os sujeitos econômicos são hobbesianos - isto é, seguem Hobbes, que dizia ‘*hominum hominum lupus*’, isto é, todo homem é um lobo perante outro homem -, então, vejamos o que acontece e os desdobramentos da teoria”. Depois, dissemos: “Se mudarmos a perspectiva e assumirmos que haja, ao contrário, sujeitos pró-sociais, então, estes outros serão os resultados”. Depois disso, o estudante, o estudioso é, nesse caso, livre para escolher qual é a perspectiva que mais o agrada.

Enfim, a última coisa que deve ser recordada é que a teoria econômica não é como a teoria das ciências naturais, mas tem um efeito chamado de “dupla hermenêutica” - isso é filosofia da ciência, e os economistas não sabem nada disso, são ignorantes. O que é a teoria da “dupla hermenêutica”? É que a teoria econômica, quando é explicada, estudada, sobretudo pelos jovens, muda a sua mente. Se eu lhe explico uma teoria econômica baseada na tese antropológica do egoísmo, você, depois de pouco tempo, torna-se egoísta, mesmo que não o quisesse. Aqui há uma grave responsabilidade moral dos professores, que não podem dizer: “Eu explico uma teoria”. Porque, se eu explico somente essa teoria, você, que é o meu estudante, no final, se convence, e, portanto, eu estou exercendo uma violência sobre você. Porque você, estudante, não tem a possibilidade de criticar, porque tem um pouco de medo do professor e no final se convence de que esse é o modo. Hoje, existem provas experimentais da teoria dos jogos que mostram que certos jogos feitos com os estudantes de doutorado de economia dão resultados diversos se forem feitos com os estudantes de outras matérias.

IHU On-Line - Muitos estudiosos dizem que há diversas crises: ecológica, alimentar, energética, financeira, do trabalho, e que tudo isso é uma crise ético-cultural. A economia civil seria uma possibilidade de um novo paradigma civilizacional?

Stefano Zamagni - O paradigma da economia civil libera as energias cria-

tivas das pessoas na proposição concreta de vias de solução. Nós vemos que onde esse modo de explicar a economia é executado, muda a realidade, porque os estudantes, depois de estudar essas coisas, começam a se tornar empreendedores sociais, fazem o microcrédito, a finança ética. A finança ética é uma coisa importante hoje. Ela chega aos 20% do volume mundial das transações financeiras. Trata-se de centenas de bilhões de dólares. E o comércio ecossolidário aqui entre vocês ainda é pouco, mas na Europa está muito difundido. As pessoas, as famílias, quando vão ao supermercado, compram os produtos do comércio ecossolidário.

Como dizia antes, a teoria econômica não é como a teoria física. Se eu estudo astronomia e me equivoco na minha teoria, o movimento do Sol, da Terra etc. muda? Não, porque seguem em frente segundo suas leis. Mas, na economia, se eu ensino uma teoria de um certo tipo, como disse antes, isso faz com que você se convença que esse é único modo de se comportar. Eis por que a economia civil tem uma forte capacidade de transformação, porque diz: “Você quer ser empresário capitalista? Seja. Siga em frente, ninguém lhe impede”. Mas eu tenho que dar a possibilidade a um outro que queira ser empreendedor social que o possa fazer; àquele outro que quer fazer uma cooperativa, que o possa fazer. Portanto, amplia-se a gama de possibilidades. E, assim, vai-se contra a ditadura, porque a ditadura é ter só um tipo de empresa.

Hoje, há tantas necessidades que poderiam ser resolvidas se fosse aumentada a tipologia de empresas. Porque a grande empresa capitalista não vê certas necessidades. Eis porque a economia civil tem uma forte carga operativa, porque libera as energias e, sobretudo, a fantasia.

IHU On-Line - O senhor trabalhou junto com o Papa Bento XVI na confecção da encíclica *Caritas in Veritate*⁹. Como foi esse processo?

⁹ *Caritas in Veritate*: Terceira encíclica do Papa Bento XVI, publicada no dia 7 de julho de 2009, «sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade». Foi a primeira encíclica de Bento XVI que versa sobre vários

Stefano Zamagni - Eu faço parte do Pontifício Conselho “Justiça e Paz” desde 1991 e, como membro desse conselho, nesses 20 anos, participei de diversas iniciativas e na produção de muitos textos. Quando João Paulo II preparou a encíclica *Centesimus Annus*¹⁰, por meio do Pontifício Conselho, o papa me pediu que organizasse um seminário no Vaticano, com a presença do papa, com os melhores economistas em nível mundial. Eu o organizei e, no final, foi publicado um livro - traduzido em todas as línguas -, que teve um sucesso extraordinário. O papa queria saber se os princípios da *Centesimus Annus* eram adequados. Depois, sucessivamente, escrevi documentos sobre outros temas de matéria de economia e de sociologia do Pontifício Conselho.

Quando chegamos à *Caritas in Veritate*, este papa queria publicá-la em 2007 pelos 40 anos da *Populorum Progressio*¹¹, que havia sido publicada por Paulo VI em 1967. Então, para recordar esse evento, em 2007, ele queria justamente publicar uma nova encíclica que remontasse àquela. E, como sempre é práxis, o Pontifício Conselho “Justiça e Paz” foi encarregado no final de 2005 de preparar os materiais, isto é, um esquema de base que, depois, o papa, de tempos em tempos, olhava. Ao longo desse trabalho, evidentemente, eu, fazendo parte do Pontifício Conselho, me envolvi participando do primeiro esboço do documento. Esse primeiro esboço, depois, circulou por todas as conferências episcopais do mundo e entre um grupo selecionado de chamados “leitores” para se ter um *feedback*, um efeito de retroação.

Quando isso ocorreu, e já estamos em 2007, ficou evidente toda uma série de diversidades de pontos de vista, porque algumas conferências epis-

temas socioeconômicos, após a profunda crise econômica e financeira das últimas décadas, disponível em <http://migre.me/4mY6b>. (Nota da IHU On-Line)

¹⁰ *Centesimus Annus*: Encíclica publicada pelo Papa João Paulo II no centenário da *Rerum Novarum* em 1º de maio de 1991, disponível em <http://migre.me/4mZEm>. (Nota da IHU On-Line)

¹¹ *Populorum Progressio*: Encíclica escrita pelo Papa Paulo VI e publicada em 26 de março de 1967 sobre o desenvolvimento dos povos, disponível em <http://migre.me/4mYTT>. (Nota da IHU On-Line)

copais não respondem - porque não eram obrigadas a responder -, e algumas dizem de um modo, outras dizem de outro, alguns teólogos dizem de um modo, outros dizem de outro e assim por diante. Nesse ponto, para buscar colocar em harmonia, em sintonia as diversas respostas, foi constituído um grupo mais restrito de 11 pessoas presidido pelo cardeal norte-americano [William Joseph] Levada¹², que já era o presidente da Congregação para a Doutrina da Fé. Dessas 11 pessoas, eu era o único leigo - os outros eram três cardeais, quatro bispos e três professores de Teologia. Entre as observações, sob um pano de fundo, havia um vivaz debate, começando do título: alguns queriam que se chamasse *Veritas in Caritate*, outros *Caritas in Veritate*. E também sobre a fundamentação teológica da própria encíclica.

Ora, dois papas diferentes, em outras encíclicas, haviam declarado até Pio XI, que a teologia oficial da Igreja é a tomista, de São Tomás [de Aquino]¹³. O então cardeal [Joseph] Ratzinger era pró-presidente da doutrina da Igreja e faz um documento em que, ao contrário, diz que não existe uma escola teológica única da Igreja. O tomismo é um grande ponto de referência, mas também há diversas escolas. Quando se tornou papa, ele fez um documento, um *motu proprio*, em que diz essas coisas, como que dizendo: não podemos ligar o cristianismo só ao tomismo. O tomismo merece uma grande atenção. Mas também existem a escola franciscana, a escola beneditina e também outras correntes de pensamento.

Voltando, então, à encíclica, eu tornei presentes essas coisas. Porque quem queria o título *Veritas in Caritate*

12 William Joseph Levada (1936-): cardeal norte-americano e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé desde o início do pontificado de Bento XVI e presidente da Pontifícia Comissão Ecclesia Dei. (Nota da IHU On-Line)

13 São Tomás de Aquino (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus* pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas *Summae*, sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae*, a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da IHU On-Line)

“A ideia de base da economia de comunhão é o de traduzir, na prática e em princípio, a fraternidade”

tate se apoiava na linha do tomismo, porque São Tomás retoma a frase de São Paulo: “*Veritas in Caritate*”. E então diziam: “Nós devemos seguir isso”. E eu disse: “Não, porque o tomismo não é a única impostação teológica da Igreja”. Este papa tem, como fundamento teológico, Agostinho [de Hipona]¹⁴ e o franciscanismo, porque Ratzinger escreveu sua tese de doutorado, quando estava na Alemanha, sobre São Boaventura de Bagnoregio¹⁵, que é o “segundo São Francisco”, o que veio depois de São Francisco e se tornou o superior-geral. Isso quer dizer que o fundamento teológico deste papa é menos tomista e mais agostiniano - de fato, o papa sempre cita Santo Agostinho e o franciscanismo.

No final, foi dito: “Apresentemos os textos ao papa e que ele escolha o que quiser para a sua encíclica”. E a escolha foi “*Caritas in Veritate*”. E a encíclica *Caritas in Veritate*, sem citá-la, retoma temas da economia civil, porque esta nasce, como disse antes, com o franciscanismo. Tendo o papa uma fundamentação teológica franciscana, quando chegou o texto com essas referências, disse: “Ah, isso me agrada muito”. Ele, não sendo um economista, não podia saber. Quando viu que existe uma teoria econômica que é a economia civil, ele disse: “É aquilo que eu esperava”. A propósito do título, que diferença existe entre *Caritas in Veritate* e *Veritas in Caritate*? A diferença é que

14 Aurélio Agostinho (354-430): Conhecido como Agostinho de Hipona ou Santo Agostinho, bispo católico, teólogo e filósofo. É considerado santo pelos católicos e doutor da doutrina da Igreja. (Nota da IHU On-Line)

15 São Boaventura O.F.M. (1221-1274): nascido em Bagnoregio, na Itália, foi filósofo e teólogo escolástico medieval, contemporâneo e amigo de Tomás de Aquino. Pertenceu à Ordem dos Frades Menores e foi cardeal de Albano. Em 1257 foi eleito ministro-geral dos franciscanos. Foi canonizado em 1482 e declarado Doutor da Igreja em 1588. (Nota da IHU On-Line)

Caritas in Veritate quer dizer afirmar o primado do bem sobre o verdadeiro. Primeiro está o bem, depois vem a verdade. Porque *Deus caritas est* [Deus é amor]. O Deus cristão é o Deus do bem, da caridade, não da verdade. A verdade vem depois. O que diz São João? Que a essência do Deus cristão é o amor. Porque, se tivesse dito que é a verdade, então Alá também é assim. Qual é a característica da religião cristã? O amor, a caridade. De fato, a primeira encíclica do papa é *Deus caritas est*. Ele não disse *Deus veritas est*. Eis porque a abordagem da economia civil lhe agradou muito. E isso demonstra que esse papa é verdadeiramente inteligente, porque compreende o novo. Ou seja, não é um conservador. É alguém que olha para a frente.

IHU On-Line - O senhor tem referências muito fortes e conhece muito a tradição católica. Como foi o seu percurso de fé?

Stefano Zamagni - Eu tive a sorte de sempre ser católico. A minha família era católica, e, desde pequeno, abracei, mesmo sendo criança, essa perspectiva. Digo apenas isto: aos oito anos, há 60 anos, eu venci um concurso de catequese, cujo prêmio consistia em ir a Roma e ser recebido pelo Papa Pio XII. Era um concurso internacional, por isso havia também crianças de outros países europeus. Quando fui, o Papa Pio XII, que era alguém que não falava com ninguém, que era muito severo, diferente de João Paulo II, me deu um tapinha na cara e me perguntou: “Tu gostas de Jesus?”. Eu o olhei e lhe disse: “Mas que tipo de pergunta é essa?” [risos]. E lhe respondi: “Mas é óbvio, é evidente que eu gosto de Jesus”. E naquela vez Pio XII se pôs a rir, ele que não ria com ninguém - se pôs a rir. E ele depois me disse, se despedindo: “Continua, então, sendo assim e verás”.

Depois entrei na Ação Católica, da qual me tornei dirigente, depois na Federação Universitária Católica Italiana - Fuci, e depois estive na Universidade Católica de Milão para fazer a faculdade e depois assumi toda uma série de cargos. De 1998 a 2007, fui presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações - ICMC, uma

ONG do papa que se ocupa de migrantes e refugiados. No final desses oito anos, este papa me nomeou - eu não digo mais - Comendador-Cavaleiro da Ordem de São Gregório Magno¹⁶, que poucos são - e geralmente ou se é Comendador ou Cavaleiro; eu sou ambos. O papa me deu todas aquelas coisas de ouro, que eu não visto nunca, porque não gosto dessas coisas. Depois entrei no Conselho de Administração do Hospital Bambino Gesù, que é o hospital do papa, em Roma, e que me deu muita satisfação.

Eu sempre me senti bem na fé católica porque - muitos pensam o contrário - dá a liberdade, porque eu sempre encontrei uma grande liberdade, a liberdade verdadeira. Isto é, a possibilidade, em qualquer momento, de dizer sim ou não, sem chantagens. Digo isso, sobretudo, porque a fé católica satisfaz uma exigência que eu tive desde pequeno que é, de um lado, a justiça - eu sempre sofri com a injustiça, porque eu venho de uma família muito pobre -, que deve ser buscada pelo caminho do amor, não da revolução. Porque muitos pensam que, para fazer justiça, é preciso negar a existência do outro. Isso nunca me agradou. Até quando eu não entendia a economia, quando eu era pequeno, eu dizia: "Não é possível que eu, para fazer justiça - e é preciso fazê-la -, esqueça que os outros são meus irmãos". E então o único lugar que me dava a possibilidade de unir justiça e fraternidade era a Igreja, que, a partir do exemplo de Jesus, pregava exatamente essas coisas. Porque os outros âmbitos - partidos, ideologias, sistemas vários de pensamento - ou exaltavam um aspecto, ou exaltavam o outro; não conseguiam uni-los. Eis porque sempre achei natural, para mim, estar dentro deste âmbito.

IHU On-Line - E como o senhor vê a Igreja hoje, com este papa? Que futuro tem?

Stefano Zamagni - Nós sabemos que a Igreja se apoia sobre dois princípios: o princípio petrino e o princípio mariano. Essa é a grande distinção do famoso teólogo [Hans Urs] von Balthasar¹⁷. Na história da igreja, há momentos em que prevaleceu o princípio petrino; em outros, o princípio mariano. João Paulo II foi um papa que fez prevalecer o princípio mariano. De fato, o pontificado de João Paulo II foi o pontificado dos movimentos. Ele deu amplo respiro a todos eles. Este papa [Bento XVI] tende a pôr maior ênfase sobre o princípio petrino, para balancear. Em outras palavras: a história da Igreja é a história dos cavalos¹⁸ de Platão¹⁹, isto é, deve sempre manter na mesma velocidade o princípio mariano e

o princípio petrino. Se, em certas fases, um cavalo vai mais rápido do que o outro, o papa intervém para ajustar. Neste momento histórico, o atual papa está balanceando sobre a frente do princípio petrino, porque, nos últimos 25 anos, o princípio mariano foi muito em frente.

Pode-se ver isso a partir de muitos sinais. Por exemplo, o último em ordem de tempo, que me agradou muito, foi quando papa disse que os seminaristas que devem se tornar padres devem estudar mais - até mesmo latim, porque ninguém mais sabe o latim, que é a língua universal da Igreja. E o que significa estudar mais? É que, nos últimos 25 anos, de modo a se ter padres, foram ordenadas pessoas que não são capazes de desenvolver um pensamento. No passado, não era assim. Quem eram os mais inteligentes? Os padres. Quem estudava mais? Eles. Agora, ao invés, é o contrário. Esse é só um exemplo. O outro se refere ao problema da mulher na Igreja.

Portanto, eu estou muito contente com este papado porque equilibra a fase precedente. Mas, na fase anterior, era necessário dar força ao princípio mariano. Eis porque João Paulo II foi um grande papa e foi beatificado. Porque, se não fosse ele, depois do Concílio, os perigos seriam muitos.

Não nos esqueçamos de Antonio Rosmini²⁰, quando, em *Delle cinque piaghe della Santa Chiesa*, pergunta: "Qual é a forma mais alta de caridade?". Resposta: "A caridade intelectual". Nós pensamos que a forma mais alta é servir sopa, a filantropia. A forma mais alta da caridade é quando você leva a mensagem cristã a todos, quando faz com que todos a entendam. Porque, se eu conseguir fazer com que você entenda a grandeza da mensagem cristã, você não será mais pobre, porque a pobreza dos meios, de dinheiro é a consequência, não é a causa. Jamais vi uma pessoa com fé robusta ser pobre. Nunca. E isso tam-

17 Hans Urs Von Balthasar (1905-1988): teólogo católico suíço. Estudou Filosofia em Viena, Berlim e Zurique, onde doutorou-se em 1929, e em Teologia em Munique e Lyon. Destacou-se como investigador dos santos padres e da Filosofia e Literatura modernas, especialmente a franco-germana. Criou sua própria Teologia, síntese original do pensamento patristico e contemporâneo. Entre suas obras destacam-se *O cristianismo e a angústia* (1951), *O mistério das origens* (1957), *O problema de Deus no homem atual* (1958) e *Teologia da história* (1959). A edição 193 da IHU On-Line, de 28-08-2006, Jorge Luis Borges. *A virtude da ironia na sala de espera do mistério* publicou uma entrevista com Ignácio J. Navarro, intitulada *Borges e Von Balthasar. Uma leitura teológica*, disponível em <http://migre.me/4Hkbv>. (Nota da IHU On-Line)

18 Em outra entrevista, Zamagni explicou a metáfora da seguinte forma: "Diz Platão: 'o sulco sairá direito se os dois cavalos que puxam o arado, andarem à mesma velocidade'. À Economia de Comunhão, eu diria: preocupem-se em fazer com que os dois cavalos andem à mesma velocidade e próximos um do outro. Os dois cavalos são: por um lado aquilo que em termos econômicos representa a eficiência, ou seja, a capacidade de estar dentro do mercado sem subvenções; o outro cavalo representa a fraternidade, ou seja, a tradução no agir econômico do princípio da reciprocidade". A entrevista na íntegra foi publicada nas *Notícias do Dia* do sítio do IHU, 27-04-2011, disponível em <http://migre.me/4HEvu>. (Nota da IHU On-Line)

19 Platão (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a teoria das ideias e a dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* e *Fédon*. Sobre Platão, confira e entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Prof. Dr. Marcelo Perine à edição 194 da revista IHU On-Line, de 4-09-2006, disponível em <http://migre.me/uNq3>. Leia, também, a edição 294 da revista IHU On-Line, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em <http://migre.me/uNqj>. (Nota da IHU On-Line)

20 Antonio Rosmini (1797-1855): padre italiano, dedicou sua vida aos estudos de filosofia, política, ascética e pedagogia. Depois de terminar seus estudos na Universidade de Pádua, foi encorajado pelo Papa Pio VIII a conduzir os homens à religião por meio da razão, colocando-se contra movimentos de pensamento como o sensismo e o iluminismo. (Nota da IHU On-Line)

“O Deus cristão é o Deus do bem, da caridade, não da verdade. A verdade vem depois”

bém o diz um empresário que se tornou santo que se chamava [José] Tovini²¹, quando dizia: “Com a fé, os nossos filhos jamais serão pobres”. Portanto, a primeira forma de caridade é a caridade intelectual. Levar a palavra - não para recitá-la, mas para encarná-la.

Por fim, hoje, o esforço da Igreja é o de produzir pensamento pensante. A encíclica *Caritas in Veritate* conclui com isso. Diz: “O mundo hoje sofre a carência de pensamento”. Não diz: “Sofre a carência de recursos”, mas sim a carência de pensamento. E hoje a Igreja deve voltar a produzir pensamento, porque depois o resto vem em consequência. Mas o pensamento deve ser pensante, não calculante. Porque o pensamento calculante, aquele que nos ajuda a resolver os problemas, é pensado pelos outros. O pensamento pensante lhe dá a direção, o saber se deve ir por aqui ou por lá. Eis porque, de fato, jamais como neste momento, a Igreja é respeitada, até por quem não é cristão, porque as pessoas veem que ela é uma das poucas instituições às quais se pode pedir o pensamento pensante. Porque as universidades quase todos nós as temos - e ali está o pensamento calculante.

LEIA MAIS...

Stefano Zamagni já concedeu outra entrevista à IHU On-Line.

* “Eficiência e justiça não bastam para assegurar a felicidade: o valor do princípio do dom na economia, publicada na edição nº. 360 da Revista IHU On-Line, de 09-05-2011, disponível em <http://migre.me/4lliU>.

²¹ José Tovini (1841-1897): leigo terciário franciscano italiano, advogado e político da Bréscia, foi beatificado por João Paulo II em 1998. Foi uma figura central nas difíceis relações Igreja/Estado do final do século XIX. (Nota da IHU On-Line)

Os jovens indígenas e a inclusão digital

A web é encarada pela juventude indígena como “janela para o mundo”, com uso bastante focado e de interação fluida, destaca o professor José Francisco Sarmiento. Domínio das ferramentas tecnológicas é forma de inclusão em uma sociedade que não os vê

POR MÁRCIA JUNGES E PATRÍCIA FACHIN

Assim como os jovens brancos, os indígenas compartilham da sensação de “pertencimento” em relação às novas tecnologias como a internet, por exemplo. “As comunidades devem se preparar para discutir o que querem dos espaços virtuais, como podem aproveitar de maneira melhor do que fez e faz a nossa sociedade”, afirma José Francisco Sarmiento, professor da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, de Campo Grande, MS, em entrevista concedida, por email, à IHU On-Line.

Ele conta que “poucas aldeias têm acesso à internet nas escolas, e existem famílias e grupos que vivem na beira da estrada esperando o momento de retomada de suas terras. Imagino, então, que não podemos dizer que a inclusão digital seja uma realidade, mas podemos dizer que existem focos digitais em algumas comunidades”. Algo que chama sua atenção é a diferença entre o foco no uso da internet pelos jovens indígenas e os da cidade: “a capacidade de se concentrar até atingir um objetivo. Posso dar como exemplo as oficinas de edição, em que o aprendizado ocorre de maneira mais rápida, desde a manutenção de equipamentos até o acesso às mídias sociais. É impressionante como essa interação se dá de maneira fluida”.

Em sua opinião, a forma como os indígenas se relacionam com a web, por exemplo, é mais focada, como “uma janela para o mundo”, ao passo que os brancos compreendem-na de forma mais recreativa, quase como sinônimo de rede social. “Já o jovem indígena vê essa possibilidade de manipulação e domínio como uma ferramenta que possa incluí-lo em uma sociedade que não o vê”.

José Francisco Sarmiento é professor da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS. É graduado em Desenho Industrial/Comunicação Visual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, onde cursou mestrado em design, defendendo a dissertação *Um estudo do grafismo das cestarias dos M byá guarani de Paraty-Mirim*. É doutorando em Educação pela UCDB, sob a orientação do Prof. Dr. Antônio Brand e coordena o Fórum de Discussão Sobre Inclusão Digital nas Aldeias - Fida. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como caracteriza os jovens indígenas hoje? Eles também sentem necessidade de interagir com as novas tecnologias, acessar a internet, por exemplo?

José Francisco Sarmiento - Penso que

essa sensação de “pertencimento” é uma característica da juventude de um modo geral, independente de sua etnia, grupo cultural, social ou nacionalidade. A juventude tem esse movimento natural de “pertença” e essa

inquietação, essa curiosidade normalmente só se ameniza na maturidade - quando as descobertas de um modo geral se consolidam. Logo, voltando à sua pergunta, sim: os jovens indígenas têm essa curiosidade e já sentem essa necessidade de interação com os novos recursos midiáticos, quando lhes são oportunizados.

IHU On-Line - O que muda nas comunidades indígenas e no perfil dos jovens a partir do acesso à rede? Como as diferentes gerações interagem e se relacionam a partir deste fenômeno?

José Francisco Sarmiento - Acredito e tenho percebido que nas comunidades onde desenvolvemos projetos com este foco, em especial na nação Kaiowá, a relação está próxima das comunidades urbanas. A mudança está na percepção do acesso à informação. E digo percepção, porque a internet permite se ter uma informação rapidamente, mas nem sempre com um conteúdo bom, completo. Para se ter uma ideia dessa problemática informacional cibernética, o maior ou o mais popular “buscador” de informações, o Google, possui apenas 10% das informações disponíveis na rede. Logo, esse jovem, conectado com este universo, imagina que tem todas as informações do mundo e na verdade não as tem. As comunidades devem se preparar para discutir o que querem desses espaços virtuais, como podem aproveitar de maneira melhor do que fez e faz a nossa sociedade. Tenho ouvido relatos maduros a esse respeito entre professores indígenas. Em relação à interação das diferentes gerações, tenho percebido que há um distanciamento dialógico a respeito desses assuntos, pois o que se tem observado é que esses acessos de um modo geral acontecem na maioria das vezes no ambiente escolar.

IHU On-Line - O acesso à internet e as tecnologias já é uma realidade entre os jovens indígenas? A partir de que momento as novas tecnologias passaram a fazer parte do cotidiano destes jovens?

José Francisco Sarmiento - Sinceramente, não tenho dados concretos para lhe afirmar esta proposição. Eu, pela

experiência nesses projetos em nosso estado (Mato Grosso do Sul), como observador e como agente, tenho visto que não podemos afirmar que seja uma realidade. Poucas aldeias têm acesso à internet nas escolas; existem famílias e grupos que vivem à beira da estrada esperando o momento de retomada de suas terras. Imagino, então, que não podemos dizer que a inclusão digital seja uma realidade, mas podemos dizer que existem focos digitais em algumas comunidades. A escola, em meu entender, tem um papel fundamental na inserção dessas novas tecnologias nas aldeias. Para isso, as escolas têm que ter uma estrutura que comportem

“Sempre nos surpreendemos com a velocidade desses jovens indígenas no controle e manipulação dessas ferramentas. Eu particularmente, insisto, falo de nossa experiência com os Kaiowá. Nunca vi essa relação se não pelo viés da fluidez”

esses equipamentos, o que na maioria das vezes não acontece. Acho que, com a chegada de projetos relacionados à inclusão digital, como os pontos de cultura digitais, a proximidade com esses recursos tecnológicos digitais se fizeram mais presentes.

IHU On-Line - Que relação os jovens das comunidades indígenas mantêm com as novas tecnologias? Como se deu essa relação e como define o interesse deles pelas novas tecnologias?

José Francisco Sarmiento - Um ponto que sempre me chamou a atenção, e é impossível não comparar com os jovens

da cidade, foi o foco: a capacidade de se concentrar até atingir um objetivo. Posso dar como exemplo as oficinas de edição, em que o aprendizado ocorre de maneira mais rápida, desde a manutenção de equipamentos até o acesso às mídias sociais. É impressionante como essa interação se dá de maneira fluida. Acho que a curiosidade e concentração unidas resultaram neste processo rápido de aprendizagem, que contribui em muito nos processos educacionais dessas ferramentas digitais. Sempre nos surpreendemos com a velocidade desses jovens indígenas no controle e manipulação dessas ferramentas. Eu particularmente, insisto, falo de nossa experiência com os Kaiowá. Nunca vi essa relação se não pelo viés da fluidez.

IHU On-Line - O contato com a internet é uma realidade entre os jovens brasileiros. Como a relação internet/juventude se dá nas comunidades indígenas? Qual o sentido da tecnologia para essa juventude?

José Francisco Sarmiento - Na verdade, não vejo diferença na relação. Como falei anteriormente, jovem é sempre jovem. O que me chama a atenção é o olhar e os fins. Parece-me que nas cidades essa relação se tornou mais recreativa, fútil mesmo. Hoje, o jovem acha que internet é rede social. Tenho percebido que, para os jovens indígenas, a web é uma janela para o mundo, não excluindo as redes sociais. Hoje, essa tecnologia tem um sentido que acho que perdemos. Acredito que nossa facilidade de acesso a essas ferramentas banalizou essa relação. Já o jovem indígena vê essa possibilidade de manipulação e domínio como uma ferramenta que possa incluí-lo em uma sociedade que não o vê. Podemos fazer uma reflexão sobre esse assunto quando pensamos na mídia de um modo geral, na qual o índio ainda é retratado como atrasado, arcaico, preguiçoso. E só é notícia quando sequestra agentes da Funai, ocorrem suicídios, brigas por retomada de terra (que a mídia trata como invasão) e, claro, no dia do índio. A internet possibilita a eles criar canais, onde eles são os protagonistas, são agentes. Eles podem colocar na rede e com um alcance grande o

que eles realmente são, nem pior, nem melhor, apenas diferentes. Acho que esse processo de relação midiática autônoma pode levá-los a conquistas importantes em nossa sociedade. Podemos citar como exemplo os vídeos que estão sendo postados na internet, em canais criados por jovens indígenas.

IHU On-Line - Como vê a busca da população indígena brasileira pela inclusão digital?

José Francisco Sarmiento - Não posso sinceramente responder pela população indígena brasileira. A percepção que tenho dentro da realidade no estado em que moro e alguns outros que conheço, é a de que existe realmente um grande desejo de se inserir nesse processo. Porém, falta um projeto sério estatal que possibilite este acesso. Este caminho não pode ficar nas mãos apenas de organismos não governamentais. Tem que ser um projeto de governo.

IHU On-Line - Quais são as características culturais dos jovens indígenas nos contextos urbanos?

José Francisco Sarmiento - Minha resposta à sua pergunta parte muito do meu olhar de professor em uma instituição privada que tem um número considerável de alunos indígenas. Pois bem, quando falamos de manifestações culturais, representação cultural etc., temos que nos atentar para dois fatores importantes. Um importante nome nos estudos interculturais Milton Bennett, em seu artigo *Intercultural Communication: A Current Perspective* de 1993, caracterizou dois tipos de cultura: a cultura objetiva e a cultura subjetiva. Cultura objetiva, segundo este autor, consiste nas manifestações produzidas pela sociedade, como literatura, música, ciência, arte, língua, enquanto estrutura, entre outras. Por outro lado, a cultura subjetiva pode ser encontrada em manifestações abstratas, como valores, crenças e no uso da língua.

A linguagem é um fenômeno que diz ao mundo quem nós somos e a cultura é atravessada pela linguagem - e nós também. Esse jovem tem outra língua como primeira (que não é obviamente a nossa), estuda em uma

escola indígena (que ainda busca uma identidade, um caminho próprio, mas que, com certeza, é diferente da nossa) e cresce em um ritmo e dinâmica diferente da cidade. Ele chega à universidade, em que os alunos estão acostumados com as novas tecnologias de educação, com o ritmo frenético urbano, com a competitividade, com a exclusão e que não sabem lidar com o diferente. Esse jovem, mesmo “travestido” de jovem urbano, apresenta de alguma forma, ou em algum momento, suas características culturais - objetiva ou subjetiva.

IHU On-Line - Como tradição e tecnologia se entrelaçam na cultura indígena?

José Francisco Sarmiento - Eu e um ex-aluno indígena do curso de design, da etnia terena e que tem se aventurado no universo do cinema com belos resultados estéticos, Gilmar Galache,

“Tenho percebido que, para os jovens indígenas, a web é uma janela para o mundo, não excluindo as redes sociais”

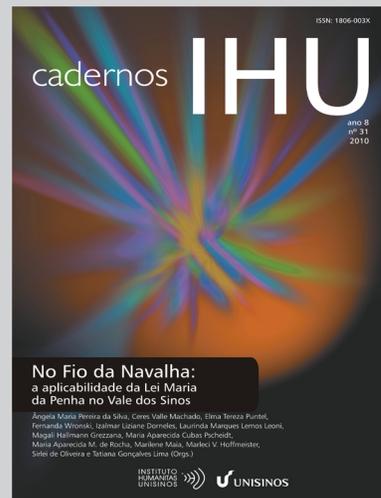
estamos à frente de um evento que teve a sua primeira versão no ano passado, chamado Fórum de Discussão Sobre Inclusão Digital nas Aldeias - Fida. Este encontro, que já está caminhando para a segunda edição, tem como objetivo proporcionar uma reflexão junto às populações indígenas, em especial aos atores que de alguma forma estão envolvidos com essas dinâmicas digitais nas aldeias (pessoas que já realizaram filmes e ou estão inseridas nas redes sociais e professores interessados neste processo de inclusão digital). Enfim, pessoas que possuem uma vivência e senso crítico a respeito deste tema nas mais diversas etnias. Reunimos-nos na aldeia Teykue no município de Caarapó, interior de Mato Grosso do Sul, e durante o encontro tivemos depoimen-

tos surpreendentes de como os usos dessas tecnologias podem caminhar e contribuir para a “divulgação” entre os jovens dos vários processos tradicionais. A afirmação da oralidade como instrumento fundamental para o conhecimento de histórias relacionadas aos seus povos, pode receber uma contribuição dessas ferramentas, como, por exemplo, animação de mitos, registro fílmico de anciões contando suas histórias, registro de áudio de rezas para que as crianças possam ouvir em casa etc. Esses exemplos são muito importantes para fazermos uma desmitificação da assimilação dessas tecnologias na cultura indígena. É interessante perceber a preocupação com uso dessas ferramentas para fins educacionais e de registros históricos.

Ferramentas midiáticas

Ainda a respeito do Fida, ocorreu-me a lembrança de questões pontuais que foram discutidas, como a necessidade de projetos nesta área que atendam realmente às necessidades dos indígenas e que seja possível eles participarem efetivamente. Ou seja, projetos que levem em conta a falta de prática na formulação dos projetos, que é extremamente burocrática para se poder participar de editais nas áreas, ficando esses projetos apenas nas mãos de organizações não governamentais, que na sua grande maioria executam os projetos na área do audiovisual e não deixam equipamentos para as produções futuras, nem fazem um aprimoramento contínuo. Outra questão é o uso dessas tecnologias como ferramentas midiáticas que podem exercer um papel fundamental a estes povos que não tem voz na mídia, que é o de mostrar a realidade das aldeias, as injustiças cometidas por quem detém o poder e, claro, de dar visibilidade à sua cultura, criando assim um verdadeiro canal de informação das populações indígenas. Acredito que por meio dessas redes teremos, muito brevemente, uma possibilidade maior de ver expostos esses temas que permeiam a realidade dos povos indígenas no Brasil.

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR



A crise da PlayStation Network na perspectiva da EPC

POR DOUGLAS ALVES MEDEIROS E ANDERSON DAVID G. DOS SANTOS*

Roubo de dados da plataforma online da Sony nos dá a importância da análise do oligopólio midiático dos games

Para os estudiosos do eixo teórico-metodológico da Economia Política da Comunicação - EPC, o surgimento da indústria cultural se dá ao longo dos dois últimos séculos num contexto em que a informação passa a ser produto fundamental na atribuição de valor às mercadorias. Assim, os receptores dos bens culturais se transformam em meros consumidores - e, no caso das mídias “massivas”, até em outras mercadorias -, que têm que se adequar às diferentes, ou renovadas, maneiras de se apropriar de produtos e serviços.

A sociedade contemporânea se tornou mais complexa, em especial após as Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs. Na economia do mercado tecnológico, a convergência modifica o modelo clássico de trabalho, produção e consumo e as novas mercadorias passam a apresentar um alto nível de circulação de dados, informações, redes, imagens, sons e interatividades. Dentre vários produtos que contêm de forma intrínseca essas tecnologias, estão os videogames.

A indústria dos *games*, da mesma forma que nas mídias ditas tradicionais e mais conceitualizadas quanto à sua participação do mercado enquanto indústria, também é formada por um oligopólio que controla a distribuição de hardwares e jogos: a Nintendo, com o Wii; a Microsoft, com o Xbox 360; e a Sony, com o PlayStation 3.

A diferença específica das reformulações das novas versões dos jogos em relação ao que se vinha tendo desde a década de 1980, para além da interface gráfica, é a possibilidade da utilização online através desses consoles. Em plataformas virtuais como WiiWare, Xbox Live e PlayStation Network, há uma nova forma de interação, em que basta estar conectado para jogar com alguém de qualquer parte do mundo.

Além dessa plataforma, existe também a PlayStation Store, no caso do *game* da Sony, que nada mais é que uma loja virtual. Nesse local, o jogador terá a oportunidade de baixar músicas, demonstrações dos próximos jogos, reali-

* Douglas Alves Medeiros é relações públicas formado na Universidade Federal de Alagoas e participa regularmente das atividades do Cepos. E-mail: <diskdoug@hotmail.com>. Anderson David G. Dos Santos é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (bolsista Capes RH-TVD) e membro do Grupo de Pesquisa Cepos (apoiado pela Ford Foundation). E-mail: <anderson.santos@gmail.com>.

zar atualizações dos *games* existentes, dentre outras coisas, em que a transação financeira pode ser feita através do cartão de crédito do jogador cadastrado na PlayStation Network - PSN, que conta atualmente com dados de cerca de 77 milhões de usuários.

Vale destacar que na criação da sua primeira versão a empresa o vendeu com o sistema operacional Linux, que permite o aprimoramento por qualquer programador, no intuito de se criar novos jogos; numa perspectiva que não só não parecia se preocupar com a pirataria dos jogos, como incentivava a produção de forma independente.

Entretanto, em meio ao desbloqueio dos consoles concorrentes, a Sony aproveitou o lançamento do formato *slim* (fino e menor) para retirar o sistema operacional. Isso teria causado grande revolta nos programadores. Desde o início de 2011 vários grupos tiveram como objetivo “destravar” o videogame e dentre eles um hacker se destacou: George Hertz. Ele descobriu como utilizar as chaves de segurança do PS3 possibilitando assim a utilização de games alternativos no console.

A Sony processou o hacker, só que outro grupo, chamado Anonymous, não se conformou com a situação e prometeu que os ataques ao videogame e à rede da PSN iriam continuar. 14 dias após o anúncio, mais precisamente no dia 19 de abril deste ano, a empresa detectou atividades não autorizadas em sua rede online, reiniciando vários sistemas e desativan-

do-a. No dia seguinte, anunciou que informações dos clientes foram tiradas dos seus servidores.

A desativação de rede como a PSN é bastante prejudicial para o mercado de jogos eletrônicos. Atualmente, a indústria de *games* movimenta muito dinheiro. Para se ter uma ideia da importância desse mercado, uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria Strategy Analytics destacou que, durante cinco anos, a venda dos três maiores videogames somaram cerca de 161,4 milhões de

“A indústria dos games (...) também é formada por um oligopólio que controla a distribuição de hardwares e jogos”

dólares no mundo. Para o fim de 2011, o relatório ainda afirma que as vendas globais do Xbox 360 crescerão 13,7 milhões, enquanto a base instalada de PlayStation 3 se expandirá para 15,7 milhões (mesmo com problema da rede na PSN).

Após cinco dias do desligamento da rede, a Sony confirmou que os dados pessoais dos jogadores foram expostos a terceiros e não sabe se os dados dos cartões de créditos dos usuários foram roubados. Com isso, vários jogadores solicitaram informações para a empresa, mas sem sucesso, apesar da or-

ganização estadunidense ter recebido pedidos de informações sobre o caso de entidades regulatórias e do próprio Senado do país. Seria responsabilidade da empresa notificar de forma imediata as ações tomadas para solução do problema, que deveria cobrir as despesas dos usuários para o monitoramento das contas dos jogadores por dois anos e que garantisse a proteção dos jogadores que tiveram seus dados pessoais expostos.

A rede da PSN só voltou a funcionar, de forma parcial, no dia 14 de maio de 2011. O prejuízo causado pelo ataque custou até agora à empresa 171 milhões de dólares. Logo após esse dado o presidente da Sony lançou um vídeo na internet anunciando o retorno da rede numa tentativa de reconquistar o seu público.

Hoje, nós temos alguns estudos referentes às mudanças tecnoestéticas no produto audiovisual do videogame, que segue um processo de inovação tecnológica vista nas mídias mais analisadas. Ainda não temos, porém, estudos de produção, distribuição e consumo, na expectativa de indústria cultural mesmo.

O caso do acesso aos dados na rede da Sony expôs o tamanho dessa indústria, que deveria ser mais estudada numa perspectiva de que essa forma de entretenimento agrega um público cada vez maior e que o atual jogador-consumidor de um PS3 é bem diferente do que se tinha nas décadas anteriores, de Atari ou de Master System.



ESPECIALIZAÇÃO EM TELEVISÃO E CONVERGÊNCIA DIGITAL

TURMAS EM PORTO ALEGRE

Inscrições pelo site www.unisinos.br/especializacao/televisao_digital/
ou pela central de relacionamento da Unisinos Fone : 3590-8131

**AULAS EM CONJUNTO
COM A GLOBO
UNIVERSIDADE**

REALIZAÇÃO:
 UNISINOS

Destaques On-Line

Essa editoria veicula entrevistas que foram destaques nas **Notícias do Dia** do sítio do IHU. Apresentamos um resumo delas, que podem ser conferidas, na íntegra, na data correspondente.

Entrevistas especiais feitas pela IHU On-Line e disponíveis nas Notícias do Dia do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) de 30-05-2011 a 03-06-2011.

Belo Monte, o calcanhar de Aquiles do governo
Entrevista especial com Telma Monteiro, ativista ambiental

Confira nas Notícias do Dia de 30-05-2011

Acesse no link <http://migre.me/4lcRx>

A pesquisadora afirma na entrevista que “com a hidrovía Tapajós-Teles Pires-Juruena, o governo brasileiro pretende viabilizar a implantação de cerca de 20 mil quilômetros de malha hidroviária navegável, só na Amazônia”.

O novo Código Florestal e o atual panorama político. Uma análise

Entrevista especial com Fabiano Santos, cientista político

Confira nas Notícias do Dia de 31-05-2011

Acesse no link <http://migre.me/4lcUz>

O cientista político constata na entrevista que “o PCdoB não mudou. Ele é de esquerda, mas é um partido nacionalista. É uma esquerda que tem na questão nacional um ponto fundamental para avançar no processo do socialismo”.

O novo Código Florestal contribui para o crescimento econômico?

Entrevista especial com Carlos Eduardo Young, economista

Confira nas Notícias do Dia de 1-06-2011

Acesse no link <http://migre.me/4ld7z>

Segundo o economista Carlos Eduardo Young, o Brasil não terá ganhos econômicos caso o texto do Código Florestal seja aprovado pelo Senado. Para ele, a visão predatória do uso da terra será reeditada caso o Código seja aprovado.

Oceanos. Mergulho num mundo ainda desconhecido

Entrevista especial com Paulo Brack, biólogo

Confira nas Notícias do Dia de 2-06-2011

Acesse no link <http://migre.me/4ldkT>

O biólogo comenta que o filme Oceanos é um mergulho emocionante nas águas dos oceanos do planeta, explorando a vida e os mistérios marinhos.

A luta pela Participação nos Lucros e Resultados das empresas

Entrevista especial com Sebastião Fagundes e Jamil D'Ávila

Confira nas Notícias do Dia de 3-06-2011

Acesse no link <http://migre.me/4ldDI>

A luta dos trabalhadores das montadoras paranaenses é o tema abordado pelos representantes das Comissões de Fábrica da Volvo do Brasil, de Curitiba, e da Volkswagen, de São José dos Pinhais, PR. A greve dos trabalhadores da Volkswagen, em São José dos Pinhais (PR), já é a mais longa da história da luta dos trabalhadores das montadoras no estado.

Giorgio Agamben: Homo Sacer I, II, III . A exceção jurídica e o governo da vida humana

Início: 15 de agosto de 2011
Término: 24 de outubro de 2011

Informações em www.ihu.unisinos.br



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU **ON-LINE**

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

C.

IHU em Revista

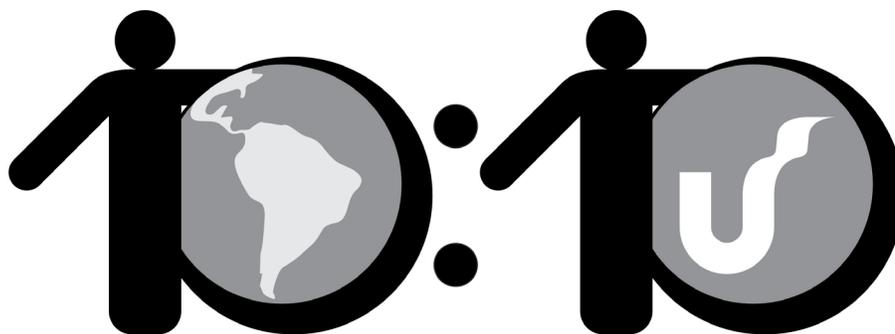
REDUZIR: uma atitude cada vez maior.

A **C**ampanha 10:10 Global surgiu em 2009 com a ideia de **reduzir** em 10% o **C**onsumo de carbono no mundo a partir de 2010.

Inspirada nessa ideia, a Unisinos implantou o projeto **10:10 Unisinos**, que iniciou no dia 10 de outubro de 2010 com o objetivo de reduzir em 10% a emissão de **carbon** na universidade.

CO₂

A Agência Experimental de Comunicação da Unisinos colaborou com essa campanha através da criação do logotipo.



Pra viver, tem que cuidar e fazer acontecer.

ABRACE ESSA CAUSA

Criada em julho de 2002, a Agexcom reúne em um único espaço professores, profissionais e estagiários dos cursos de Comunicação Social da Unisinos. A agência realiza trabalhos de criação e divulgação para diversos setores e cursos da universidade.

Além disso, é responsável pelo site de comunicação portal3.com.br, a revista Primeira Impressão e os jornais Enfoque e Babélia.

IHU
@ihu São Leopoldo
O IHU busca apontar novas questões e respostas para os grandes desafios de nossa época...
<http://www.ihu.unisinos.br>

18,238 Tweets | 343 Following | 2,216 Followers | 168 Listed

Following 343 | Followers 2,216

About Help Blog Mobile Status Jobs Terms Privacy Shortcuts
 Advertisers Businesses Media Developers Resources
 © 2011 Twitter

Timeline | Favorites | Following | Followers | Lists

_ihu IHU
 "O argumento mais absurdo é 'as mulheres usam a burca porque querem'. Não acredito nesse papinho multiculturalista"
<http://bit.ly/k65dya>
 12 minutes ago

_ihu IHU
 "Não sendo o centro do mundo, o homem não pode criar propostas como esta do novo Código Floresta" <http://bit.ly/kfx3CI>
 28 minutes ago

_ihu IHU
 "As 60 mil famílias que se declararam gays para o Censo 2010 podem sair do armário sem medo da insegurança jurídica"
<http://bit.ly/jsh7W0>
 43 minutes ago

http://twitter.com/_ihu

Agenda da Semana

Confira os eventos desta semana realizados pelo IHU.
A programação completa dos eventos pode ser conferida no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

Dia 9-06-2011
Evento: IHU ideias - junho 2011 Profa. MS Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos - Universidade de Caxias do Sul - UCS Derrida e a Educação: o acontecimento do impossível
Dia 13-06-2011
Evento: Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável - Edição 2011 Pensar global e agir local

Ciclo de Palestras: Economia de Baixo Carbono. Limites e Possibilidades

Início: 22 de agosto de 2011

Palestra: Limites da economia sustentável na perspectiva de Georgescu-Roegen

Palestrante: MS Andrei D. Cechin

Horário: Das 20h às 22h

Informações em www.ihu.unisinos.br

Eventos

Derrida e a educação. O acontecimento do impossível

A pesquisadora Verónica Zevallos analisa a obra do filósofo Derrida e relaciona conceitos do autor com a educação

POR PATRÍCIA FACHIN

Quando o tema é educação, “ainda se têm expectativas e espera-se por fórmulas prontas que ofereçam soluções imediatas ou manuais que apresentem ‘passo a passo’ aquilo que precisa ser feito”, assinala a pesquisadora. Segundo ela, para atender aos desafios da educação na atualidade, “faz-se necessário inventar, nas situações concretas, sem a procura de um critério preestabelecido que regule o agir na educação”.

Autora da dissertação *Derrida e a educação. O acontecimento do impossível*, Verónica menciona que não é mais possível pensar a educação apenas no sentido tradicional e para que o acontecimento aconteça, defende, “é preciso que a educação seja pensada como invenção, como abertura incondicional à vinda do impossível. É necessário pensar uma educação como abertura à vinda do outro, ou seja, naquele que não pode ser apreendido”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ela acrescenta que na educação “é preciso ir além dos preconceitos que impedem abordagens mais amplas sobre questões educacionais”. Nesta perspectiva, o conceito de desconstrução do filósofo francês ganha destaque, pois não se pode pensar “a educação como uma definição correta, exata e acabada. Mas sim um pensamento que abrigue a ideia de educação desprovida de toda segurança, interrompida no talvez, como abertura do porvir”.

Verónica Zevallos é especialista em Corpo e Cultura: ensino e criação pela Universidade de Caixas do Sul - UCS, onde cursou o mestrado em Educação. Ela abordará o tema desta entrevista no **IHU Ideias** da próxima quinta-feira, 9-06-2011, às 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que aproximações estabelece entre o pensamento do filósofo Jacques Derrida e a educação?

Verónica Zevallos - A princípio é possível argumentar que a desconstrução não pode ser entendida como uma teoria ou uma filosofia que possa ser aplicada a alguma coisa, neste caso, à educação. A desconstrução é antes um novamente pensar de novo, estrita e radicalmente sobre o que há de mais central na educação: a vinda do *outro*. Neste sentido, na educação, a desconstrução não consiste em aplicar certos princípios ou pôr em ação uma filosofia, uma ação ou um método. É possível afirmar que a desconstrução é sempre uma tomada de decisão, uma abertura de fronteiras e ultrapassagem de limites. Essa decisão somente se realiza no respeito à singularidade que se inscreve, à alteridade, ao *outro*. Talvez seja possível aproximar

a educação e a desconstrução como uma decisão que é tomada como uma exigência da *responsabilidade* determinada pelo *outro*.

IHU On-Line - Em que consiste a desconstrução derridiana?

Verónica Zevallos - A desconstrução derridiana começa estrategicamente a operar dentro do discurso filosófico a partir de uma leitura no interior de certos textos da tradição filosófica, tendo como objeto imediato a metafísica ocidental, cujos pilares estariam assentados num logocentrismo. De modo geral, pode-se afirmar que esse pensamento, embora seja uma crítica à tradição filosófica, não significa simplesmente sua negação, mas de certo modo uma confirmação anterior. Através dela, pretende-se, por meio de uma leitura minuciosa de textos (filosóficos, literários, psicanalíticos,

linguísticos ou antropológicos), revelar as ambiguidades ou incompatibilidades instauradas, ou seja, uma transformação textual como resultado da ultrapassagem de certas fronteiras e limites. Desse modo, com a desconstrução, tenta-se desfazer-se, decompor, desmontar uma estrutura para fazer aparecer o seu esqueleto, a fim de desvendar pressupostos que, de algum modo, teriam permanecido implícitos e ocultos. O interesse da desconstrução é investigar como as estruturas foram realizadas, como foram acopladas e articuladas, assim como também quais são as forças não controladas que nelas operam.

IHU On-Line - A partir da perspectiva de Derrida, a educação pode vir a ser um movimento em desconstrução? Por que e em que sentido?

Verónica Zevallos - A desconstrução

é um pensamento destranquilizante e desafiante perante qualquer pensamento ou estrutura pretensamente sólida. Esse desafio leva o pensamento às últimas consequências em decorrência da responsabilidade da não paralisação do pensamento. Na educação, é preciso ir além dos preconceitos que impedem abordagens mais amplas sobre questões educacionais. Esse movimento, no olhar da desconstrução, não pensa a educação como uma definição correta, exata e acabada. Mas sim um pensamento que abrigue a ideia de educação desprovida de toda segurança, interrompida no *talvez*, como abertura do porvir. Essa ideia de educação desestabiliza os modelos tradicionais, sobretudo da modernidade, entendida como um tempo de ordem, estabilidade e precisão da história.

Pensar a educação como um acontecimento (no sentido derridiano), afeta e transforma as singularidades de toda espécie interrompendo a ordem da temporalidade. É preciso lembrar que a educação se endereça sempre às singularidades, à singularidade do *outro*, embora (ou mesmo) em razão de sua pretensão à universalidade. Surge, desse modo, a necessidade de colocar questões críticas não somente sobre as mudanças e transformações do conceito de educação, ou como *velhas* teorias pedagógicas foram *superadas* por *novas* teorias e propostas de ensino, mas, antes, o que acontece na educação e o que acontece com a educação.

A educação, na concepção derridiana de acontecimento, é uma ideia que requer a necessidade de inserir a educação dentro do pensamento do *possível* como *porvir*, ou seja, dentro do pensamento do possível-impossível. Se se pensar a educação apenas como um possível, no sentido tradicional - dentro das condições de possibilidade -, não se faria senão explicitar, revelar e realizar o que já é possível, aquilo que foi pensado como possibilidade; desse modo, somente se reproduz e se coloca *em prática* tudo o que anteriormente foi planejado e programado, sob a ótica do *mesmo*, quer dizer, na programação de alguém com a pretensa ideia de alcançar ou apreender o *outro*. Em sentido contrário, para que o acontecimento aconteça, é preciso que a educação seja pensada como *invenção*, como abertura incondicional à

vinda do impossível. É necessário pensar uma educação como abertura à *vinda do outro*, ou seja, naquele que não pode ser apreendido.

IHU On-Line - Outros conceitos trabalhados por Derrida como, por exemplo, amizade, democracia, hospitalidade e justiça se relacionam com a educação? De que maneira?

Verónica Zevallos - Questões como hospitalidade, justiça, amizade tem uma relação direta com o pensamento do impossível proposto por Derrida. Elas confirmam o pensamento do possível como impossível, de um “possível-impossível”. Desse modo, pensa-se sobre a educação como aquilo que não se deixa mais determinar pela interpretação metafísica da possibilidade. Para desempenhar um papel educativo, seja ele qual for, é preciso compreender as normas e interpretar as regras de funcionamento da sociedade. Ou seja, entender os mecanismos utilizados para atingir determinados objetivos desejados pela própria sociedade. Derrida argumenta que no pensamento ocidental existem vários discursos metafísicos sobre a justiça, sobre a liberdade, sobre a amizade, etc. Entretanto, ele apresenta, talvez, uma forma de pensar estes conceitos de um modo que não sejam necessariamente metafísicos. Justifica-se essa afirmação uma vez que, para o autor, não há conceitos que sejam por si mesmos metafísicos ou não metafísicos.

IHU On-Line - Na sua dissertação, a senhora enfatiza a necessidade de “conceber a educação com o olhar do que está porvir, a partir do qual é possível pensar o outro como aquele que chega inesperadamente, e cujo encontro não pode ser calculado e programado, pois o outro é sempre imprevisível e totalmente outro”. A partir desse conceito, como deveria ser, na prática, na educação e nos processos educacionais?

Verónica Zevallos - Ao se pensar que o acontecimento guarda alguma singularidade do não programável, portanto, incalculável e imprevisível, é possível conciliar e manter o ideal outorgado à educação, dentro dos parâmetros concebidos pelas teorias e programas pedagógicos e as instituições de ensino,

com métodos eficazes de legitimidade universal? Impõe-se, aqui, o desafio ao agir educativo, visto como modo que permite o acontecimento. Ou seja, a abertura para aquilo que não pode ser programado, nem estruturado, seja no âmbito geral ou nas ciências da educação, seja no campo particular como nas teorias e práticas pedagógicas. Claro está que não se trata de um *vale tudo*, de uma desordem, ou de um abandono de visões, pensamentos e teorias educacionais. Diferentemente, trata-se principalmente de uma *atenção* para aquilo que não foi pensado, a saber, o *impensado*, não pela falta do aprofundamento como teoria ou a falta de fundamentação no conhecimento científico, mas porque é próprio do acontecimento e, por consequência, da ideia proposta de educação como acontecimento, escapar da fixidez de toda e qualquer estrutura e programação antecipada. A educação não pode ser tratada dentro do pensamento do acessível, apreensível e previsível ou da ordem do cálculo, do mesmo. Enquanto acontecimento, a educação é da ordem da alteridade, do imprevisível, do impróprio e, justamente por isso, a educação é sempre uma resposta, uma responsabilidade.

IHU On-Line - Como a senhora avalia a condução da educação atualmente? Quais suas responsabilidades e desafios?

Verónica Zevallos - Sabe-se que existem inumeráveis discursos e debates sobre a educação, muitos deles, realmente comprometidos com as atuais necessidades e desafios que se apresentam. Entretanto, acredito que ainda se têm expectativas e espera-se por fórmulas prontas que ofereçam soluções imediatas ou manuais que apresentem ‘passo a passo’ aquilo que precisa ser feito. Enquanto desafio e responsabilidade à condução da educação na atualidade, faz-se necessário inventar, nas situações concretas, sem a procura de um critério preestabelecido que regule o agir na educação. Precisam ser inventadas, a cada situação, as normas, as regras para que as decisões sejam tomadas. Ou seja, é preciso reinventar a cada situação, dar abertura àquilo que não é possível prever: o *outro*.

Eduardo Veras

POR ANELISE ZANONI E GRAZIELA WOLFART | FOTO ARQUIVO PESSOAL

Ele é jornalista, pesquisador no campo de artes visuais e professor nos cursos de Comunicação e de Realização Audiovisual da Unisinos, e também coordena a equipe de estagiários do Portal3, na Agência Experimental de Comunicação da Universidade. Eduardo Veras gosta de ler, estudar, nadar, ir ao cinema e aproveitar o tempo ao lado de sua turma. Conheça um pouco da vida do pai de Pedro e Manuel.

Origens - Nasci em Porto Alegre, em 1965, e acho que sou um típico porto-alegrense, sem ligação nenhuma com o interior do estado. Minha mãe nasceu na capital e o pai dela também. A mãe dele, minha bisavó, era italiana. Meu bisavô, português. Minha avó materna vinha de Rio Grande. Meu pai e toda a família dele, do Ceará. Digamos que sou porto-alegrense, mas pouco gaúcho. Gosto do centro da cidade e de estar perto do rio. Me criei no Menino Deus, um bairro hoje desfigurado, e já há 13 anos moro na Zona Norte.

Formação - Tive o privilégio de não ter precisado pagar para estudar. Fiz o jardim da infância e o primeiro ano do primário em uma escola particular, e depois cursei a quarta e a quinta séries em uma escola militar particular que existia no centro de Porto Alegre. Fora isso, sempre fui aluno de escola pública. Fia a graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1989, e, dois anos depois, fiz o vestibular para Artes Visuais, também na UFRGS. Segui esse curso por três anos, mas não me formei. Mais tarde, fiz o mestrado em História e Teoria Crítica da Arte, ainda no Instituto de Artes da UFRGS, e

depois emendei o doutorado, que devo terminar ainda este ano, também nesta instituição.

Paixão pela arte - Sempre gostei de desenhar como qualquer criança. Mas, quando entrei no Instituto de Artes da UFRGS, fiz uma descoberta: abriu-se um mundo para mim. Era um curso sério, trabalhava-se muito. Mas, para azar meu, não me tornei um artista. Hoje, eu desenho quando falo ao telefone, só isso.

Experiência profissional - Quando eu fazia a faculdade de Jornalismo, trabalhei como estagiário na Rádio da UFRGS por um ano e depois fui monitor de fotografia, também por um ano. Logo que me formei, ou melhor, duas semanas antes da formatura, já estava empregado como redator na Rádio Cidade, que na época pertencia ao Jornal do Brasil. O JB tinha uma sucursal com seis repórteres em Porto Alegre e ali eu aprendi muito. Depois, a rádio foi comprada pela RBS e fiquei na função por mais dois ou três anos. Saí de lá para trabalhar na Zero Hora, em 1993, no Segundo Caderno. Trabalhei lá por 17 anos e, profissionalmente, vivi ali experiências muito marcantes, fiz grandes amigos, entrevistei

pessoas muito interessantes, aprendi um bocado. Gostava de escrever e editar, mas principalmente de entrevistar pessoas. Em 2008, entrei na Unisinos para dar a disciplina de Comunicação e Arte para os cursos de Comunicação. No final de 2009, passei a ministrar mais disciplinas, saí do jornal e comecei a orientar estagiários na Agexcom. Dar aulas é uma experiência nova e muito estimulante. Também venho trabalhando como curador de arte.

Família - Casei cedo, acho. Tinha 25 anos. Em 2011, Clarice e eu completamos 20 anos de casados. É uma parceria e tanto, toda uma vida. Em 1997, viramos uma família: nasceu o Pedro e depois, em 1999, o Manuel. Os guris são... tudo. Quando a gente tem crianças em casa, é obrigado a rever quem a gente é. O mais bacana é a convivência dia a dia. Nos divertimos muito.

IHU - Acredito que tem um papel fundamental na Unisinos. A universidade, qualquer universidade, não é apenas um lugar que forma pessoas. A universidade é um espaço privilegiado para a reflexão, para o pensamento crítico. Ter um instituto dedicado a isso é um privilégio.

Destaques

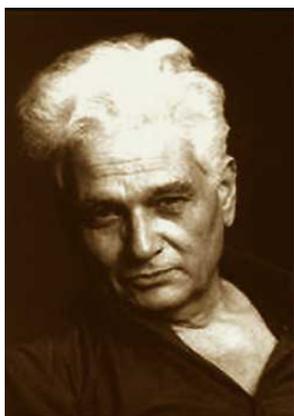
Cidadania, autonomia e renda básica

Acaba de ser lançada a 149ª edição dos **Cadernos IHU ideias**, com o título **Cidadania, autonomia e renda básica**, de autoria de Josué Pereira da Silva. Neste texto, o autor traz a reflexão, a partir de um estudo do pensamento de André Gorz e Jürgen Habermas, de que a renda básica poderia contribuir para a superação de determinados obstáculos à construção de uma cidadania verdadeiramente autônoma, no contexto de um mercado de trabalho que vem enfrentando sua própria limitação. O texto completo desta edição estará disponível para download a partir de 27 de junho em formato PDF no sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br). A versão impressa pode ser adquirida na Livraria Cultural da Unisinos e/ou fazendo o pedido a humanitas@unisinos.br.



Usinas hidrelétricas no Brasil

Está disponível para download, em PDF, a edição número 39 dos **Cadernos IHU em formação**, intitulada **Usinas hidrelétricas no Brasil: matrizes de crises socioambientais**. Uma série de entrevistas com ambientalistas, estudiosos, pesquisadores e líderes comunitários das regiões envolvidas, permite a reflexão atualíssima a respeito da realidade das usinas hidrelétricas no Brasil, cujo panorama é polêmico. Leia em <http://bit.ly/cANW5J>.



Derrida, a educação e o impossível

No próximo dia 9 de junho o tema **Derrida e a Educação: o acontecimento do impossível** será debatido no evento **IHU Ideias**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU a partir das 17h30min, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU. A palestrante será a professora MS Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos, da Universidade de Caxias do Sul - UCS. Leia nesta edição uma entrevista com a professora, onde ela analisa a obra do filósofo e relaciona conceitos do autor com a educação.

Siga o IHU no



(http://twitter.com/_ihu)

E também no

facebook

(<http://bit.ly/ihufacebook>)



Apoio:


UNISINOS


INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

IHU Contracapa